

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LILLIAN MICHELI SILVA

GONÇALVES DE MAGALHÃES:
POLÍTICO E HISTORIADOR

GUARULHOS

2018

LILLIAN MICHELI SILVA

**GONÇALVES DE MAGALHÃES:
POLÍTICO E HISTORIADOR**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História (PPGH) como requisito
final para obtenção de Título de
Mestre em História. Linha de
Pesquisa: “Instituições, Vida
Material e Conflito” pela
Universidade Federal de São Paulo.

Orientadora: Maria Luiza Ferreira
de Oliveira

Guarulhos

2018

SILVA, Lillian Micheli.

Gonçalves de Magalhães: político e historiador. / Lillian Micheli Silva. 2018. 154 f

Dissertação (Mestrado. Área de concentração: Instituições, vida material e conflito). – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018.

Orientação: Maria Luiza Ferreira de Oliveira.

Título em inglês: Gonçalves de Magalhães: politics and historian.

1. Brasil. 2. Império. 3. História. 4. Literatura. 5. Política. I. Maria Luiza Ferreira de Oliveira. II. Gonçalves de Magalhães: político e historiador.

COMPOSIÇÃO DA BANCA

Profa. Dra. Maria Luiza Ferreira de Oliveira (UNIFESP)

Orientadora

Profa. Dra. Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)

Examinadora externa

Profa. Dra. Wilma Peres da Costa (UNIFESP)

Examinadora interna

Prof. Dra. Mônica Duarte Dantas (USP)

Suplente externa

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a atuação de Domingos Gonçalves de Magalhães em campos pouco estudados quando se fala do poeta: na política e nos primórdios da historiografia no Brasil Império. No campo político, Magalhães exerceu vários cargos importantes. Participou da contenção de duas revoltas no Império - Balaiada e Farroupilha -, exercendo o cargo de secretário de governo, e foi representante diplomata brasileiro em vários países por mais de trinta anos. Como homem de letras, foi membro do IHGB e professor do Colégio D. Pedro II, além de participar ativamente na produção das principais revistas literárias brasileiras e de ter suas obras referenciadas pelos contemporâneos. Assim, procuraremos nessa pesquisa entender quais eram as ligações políticas de Magalhães e suas concepções sobre a nacionalidade brasileira, refletindo sobre as alianças firmadas pelo poeta em diferentes espaços e durante momentos conturbados do século XIX brasileiro.

Palavras-chaves: Brasil; Império; História; Literatura; Política.

ABSTRACT

This research has a goal the analyze of the actuation of Domingos Gonçalves de Magalhães in less studied fields when talking about the poet: in politics and in the beginnings of the historiography in Brasil, in particular moments of the Brasil Império. In the politic field, Magalhães exert many important roles. Participated in the contention of two revolts in the Empire – Balaiada and Farroupilha- exercising the role of government secretary, was a Brazilian diplomat in several countries for more than thirty years. As a man of letters, was member of the IHGB and professor in the Colégio D. Pedro II, besides actively participating in the production of the main Brazilian literary magazines and to have his works referenced by contemporaries. Thus, we will seek in this research to understand the political connections of Magalhães and his conceptions about the Brazilian nationality, reflecting about the alliances signed by the poet in different areas and during troubled moments of the Brazilian nineteenth century.

Keywords: Brazil; Empire; History; Literature; Politics;

AGRADECIMENTOS

Certa vez ouvi um colega dizer, com amargor na voz, que o trabalho de pesquisa era um exercício bastante solitário. Talvez em partes ele seja mesmo. Leitura, análise, mapeamento de fontes, escrita. E, tudo isso, sob a pressão dos prazos de entregas, faz o caminho parecer um pouco tortuoso. Mas, apesar do processo de pesquisa apresentar angústias e receios, acredito que ele não é vivenciado sozinho. Muito pelo contrário. O compartilhamento de experiências e de conhecimento é fundamental e esteve presente nos anos em que me dediquei a entender um pouco melhor sobre o trabalho do historiador. Por isso, aqui, tentarei modestamente agradecer a algumas pessoas que estiveram presentes nessa caminhada.

Agradeço ao corpo docente de História da Universidade Federal de São Paulo pelas ótimas aulas que tive na graduação e na pós. Em especial, agradeço à professora Wilma Peres da Costa e ao professor Fábio Franzini que participaram da banca de qualificação dessa pesquisa. As leituras atentas, os comentários generosos e as críticas realizadas nesse momento importante do trabalho contribuíram significativas para o prosseguimento e adensamento da pesquisa.

Agradeço aos colegas do curso de pós-graduação pelas diversas trocas de experiências. Foram manhãs de muito aprendizado com uma turma bastante diversificada com mais de quarenta alunos. Dali também surgiu o grande time “Futebar F. C.” do qual tive o privilégio de participar. O expressivo saldo de gols negativo na tabela do campeonato não faz jus a qualidade técnica e a garra do time. O meu forte abraço para Alexandre Magno, César Nakashima, Carlos Malaguti, Victor Figols, Fredson Pedro e Daniela Ribeiro.

Também deixo aqui meu agradecimento em especial a Josiane Sampaio, Pedro Vagner e Ana Gabriela Silva Santos, o grupo do “Fubá historiográfico”. Grandes parceiros de discussões bibliográficas, de arquivos, de viagens, de simpósios. O percurso da pesquisa e da vida não seria tão divertido sem vocês.

Agradeço aos meus pais, Loreli Silva e Wilson da Silva, pelo total apoio e incentivo para a realização de um curso superior e de uma pós-graduação, mesmo quando eles não entendiam muito bem o que eu estava fazendo. Aos meus irmãos, Regiane Novais e Willian Deker, por estarem sempre próximos, em todos os momentos.

A professora Maria Luiza Ferreira de Oliveira, ou simplesmente Malu, pela orientação generosa dessa pesquisa. Seu profissionalismo, repertório e sensibilidade de pesquisadora/professora sempre me serviram de grande inspiração, desde a época da iniciação científica. Tentei aproveitar e aprender muito nesses anos.

Agradeço também a Capes pelo financiamento da pesquisa.

E, por fim, agradeço as boas surpresas da vida que deram fôlego e alegria na reta final da pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução	8
1. Os caminhos do poeta	16
1.1 Ser poeta para salvar a nação, os anos formativos	23
1.2 A política como infernal comédia, o <i>Jornal dos Debates</i>	32
1.3 A História nos ensina a não desesperar	51
2. O Olhar do historiador e a construção da narrativa	64
2.1 <i>A Memória da Balaiada</i>	71
2.2 O tempo de publicação e as disputas pelo passado recente	86
3. O homem de letras diplomata, as disputas políticas e de identidade	102
3.1 Interlocutores em confronto: Alencar e Varnhagen	108
3.2 A diplomacia e o silêncio de Magalhães	118
3.3 A diplomacia e a defesa da Monarquia	123
Considerações finais	140
Fontes e Bibliografia	144

INTRODUÇÃO

Um dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Moreira de Azevedo, foi o escolhido para ler durante a sessão do Instituto a biografia de Domingos José Gonçalves de Magalhães pouco tempo após o falecimento do literato, que ocorreu em Roma, no ano de 1882. Azevedo, além da apresentação dos principais dados relacionados à vida e à trajetória de Magalhães, aproveitava para reforçar também alguns “feitos” atribuídos ao poeta: líder do movimento romântico brasileiro, um “gênio criador” na poesia, iniciador do teatro nacional, partícipe do início de importantes instituições brasileiras, como o próprio IHGB, colaborador de Revistas literárias e autor de obras referencias para o país. Enfim, enfatizava que a pátria havia perdido um de seus filhos mais ilustres e que apesar do afastamento de Magalhães do território brasileiro por vários anos, devido às funções de diplomata, ele deveria ser considerado um dos grandes pensadores do país, preocupado com a formação do Estado Brasileiro e da identificação das características de nossa nacionalidade. Assim, Azevedo apontava que o afastamento de Magalhães do Império brasileiro por vários anos tinha como motivação objetivos louváveis, pois o poeta buscava:

... [o] amor da sabedoria, o desejo de colher lições do mundo e ideias para alimentar seu cérebro; e percorrendo povos, como o bardo inglês, visitando países, procurou fortalecer o talento com o estudo, a vida com a experiência e a inteligência com ideias novas. Se deixou saudoso as plagas da pátria jamais dela se esqueceu em terras longínquas em que vagou; se quase sempre viveu longe de seus concidadãos que pouco lhe reconheciam as feições, sabiam estes quanto lhe era a pátria devedora pelos seus livros e pelos seus serviços.”¹

A fala em homenagem a Domingos de Magalhães sintetizou alguns pontos fundamentais para entendermos as referências feitas, ainda no século XIX, à figura do poeta como um dos mais importantes literatos brasileiros. Suas produções literárias foram consideradas marcos na literatura brasileira, estabelecidos ainda por homens de sua época e colaboraram para as leituras e trabalhos realizados posteriormente sobre a atuação do literato. Ainda no século XIX, antes mesmo da morte de Magalhães, por exemplo, o francês Ferdinand Wolf, na obra *Le Brésil Litteraire. Histoire de la littérature brésilienne*

¹ AZEVEDO, Moreira de. “Domingos José Gonçalves de Magalhães.” In: *Revista do IHGB*, Tomo XLVI, Parte I. 1883. p. 248.

suivie d'un choix de morceaux tirés des meilleurs auteurs bésiliens, publicada na França em 1863, reservou um lugar de destaque na História da Literatura Brasileira para a atuação de Magalhães, colocado então como o “chefe da escola verdadeiramente nacional.”² O austríaco mantinha uma relação de amizade com Magalhães, e, inclusive mencionava na introdução de sua obra que alguns documentos utilizados para a apresentação de seu estudo sobre a História da literatura brasileira tinham sido fornecidos pelo próprio poeta.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda considerava que apesar da pouca recepção da obra de Magalhães pelo grande público, a consagração de Magalhães nos círculos literários veio de seu prestígio pessoal, pois formou-se à sua volta um grupo de admiradores, não tanto pelo seu caráter intelectual, ou pela sua produção literária, mas pela sua “influência na administração do país”.³ Assim, “esses admiradores pensavam em transformar o poeta em uma espécie de instituição nacional, sublime e intangível”⁴.

Antonio Candido também concluiu, ao pesquisar sobre a História da Literatura brasileira, que Magalhães foi reconhecido por seus contemporâneos como a maior referência da literatura brasileira, e, ao refletir sobre o início do movimento romântico no Brasil, apontou que “durante pelo menos dez anos ele [Magalhães] foi a literatura brasileira; a impressão de quem lê artigos e prefácios daquele tempo é que só se ingressava nela com o seu visto”.⁵

Ao ler, analisar e refletir sobre as diversas fontes relacionadas à trajetória de Domingos José Gonçalves de Magalhães, que inclui a nota lida por Moreira de Azevedo na sessão do IHGB, a nossa pesquisa também compartilha das considerações expostas por Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido, de que Magalhães tornou-se uma importante referência para o seu próprio tempo. Durante a elaboração de seus poemas, considerações sobre a nação e posicionamentos relacionados à política e ao Estado nacional, o poeta articulou-se muito bem, manteve uma rede de sociabilidade com outros homens de letras e políticos importantes, e participou das discussões literárias, históricas e políticas do Brasil no século XIX.

² WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário: história da literatura brasileira*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1955. p. 209.

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Suspiros poéticos e saudades: prefácio”. In: *Livro de prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 368.

⁴ *Idem*; p. 368.

⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2009. 12ª. Edição. p. 375.

Todo esse contexto de ação e também de construção de representações sobre Gonçalves de Magalhães instiga o historiador que se propõe a compreender momentos-chaves em sua trajetória, momentos que se relacionam com o recrudescimento de crises agudas no caminho político do Império. Quais as respostas possíveis de um homem de letras como Magalhães diante do imprevisível, das múltiplas possibilidades, das revoltas, do questionamento das estruturas políticas? Magalhães foi homem de letras, foi homem de ação, fez política, escreveu história. Assim, é a partir das considerações sobre a atuação de Gonçalves de Magalhães no cenário do Império brasileiro, da vasta produção de suas obras (literárias e históricas), das relações estabelecidas com diferentes agentes em espaços distintos que procuraremos observar e problematizar aspectos da trajetória de Domingos José Gonçalves de Magalhães relacionando-as com a sua trajetória no mundo dos homens de letras do século XIX brasileiro que esteve em diferentes lugares durante o Império Brasileiro.

É importante destacar que a trajetória de Magalhães no Império brasileiro é similar a de muitos outros homens de letras do Brasil do século XIX, que, assim como o poeta, exerciam várias atividades que estavam interligadas. Domingos José Gonçalves de Magalhães participaria destes embates na construção do Estado Nacional, exercendo a atividade de escritor ao longo de quase toda a vida e dedicando-se à ocupação de cargos do Estado: foi secretário do governo em duas províncias rebeladas (Maranhão; 1839-1841 e Rio Grande do Sul; 1843-1846); deputado provincial (1846-1847); e diplomata brasileiro por mais de trinta anos em diversos países. Além disso, foi professor do Colégio D. Pedro II (1838 e 1842), sócio do IHGB, membro do conservatório Dramático do Rio de Janeiro (1843), e recebeu os títulos de Barão e Visconde do Araguaia como reconhecimento dessas atividades.

As funções em instituições políticas e culturais do Império alternavam-se constantemente e algumas vezes aconteciam simultaneamente, aspecto que nos indica a necessidade de pensar a multiplicidade que está presente em momentos de escrita e atuação de Magalhães, como um escritor que desempenhou funções políticas e que também produziu textos literários e históricos permeados pelas tensões de seu presente. Portanto, as facetas de político e historiador vêm para contribuir na compreensão do processo de construção de Magalhães como uma referência também para o campo literário. Assim, percorrer o desenrolar dos acontecimentos, entender os desafios e as questões que fazem parte de momentos decisivos para a História do Brasil Império, correlacionadas com as principais ações de Magalhães é o objetivo do trabalho.

Dessa forma, antes de prosseguirmos com a apresentação dos recortes temporais e escolhas metodológicas realizadas nesta pesquisa, vale destacar que Magalhães desde a década de 1830, marcada pelas conturbações do período regencial, fez parte do grupo de homens que estava preocupado em construir uma memória nacional após a independência do país. O movimento do romantismo seria, então, a expressão iniciadora do processo de constituição de uma consciência nacional, no qual a independência literária aparecia como essencial para a concretização da emancipação política.⁶ A vontade de construir bases mais sólidas para a nação era latente nesses anos após a abdicação de D. Pedro I, assim como o desejo de identificar as singularidades da literatura brasileira que apresentasse uma ruptura com o passado colonial.

Além das questões literárias, a preocupação com o conhecimento do passado da nação também comporia o cenário. É nesse momento do final da década de 1830 que foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e iniciou-se uma pesquisa histórica mais sistematizada no Brasil. Assim, “uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo de ‘Nações’.”⁷ Portanto, precisava-se conhecer a história do país e suas especificidades para refletir sobre os próximos passos para a nação.

Magalhães marcou presença nesses anos cruciais para pensar a nação em diferentes lugares. Foi estudante na França, produzindo textos e reflexões sobre as peculiaridades literárias brasileiras, debateu nos impressos no Brasil, participou do contexto de fundação do IHGB, do colégio Pedro II, e, refletindo sobre o contexto efervescente de novas possibilidades para o país, imbuíu-se da missão de escrever e ocupar cargos públicos no Império brasileiro. Dessa forma, o poeta pensou sobre os símbolos na literatura e nos aspectos históricos do país, além de exercer funções peculiares para um literato da corte, como ocupar o cargo de secretário de Estado para duas províncias do Império que estavam rebeladas (Balaia e a Farroupilha), momento singular de sua trajetória.

Apesar dos cargos ocupados por Magalhães e das relações estabelecidas em diferentes lugares por Magalhães, poucos foram os trabalhos que buscaram analisar de

⁶ CANDIDO, Antonio. *Op. Cit.* 329.

⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Revista Estudos Históricos*, RJ, n. 1, CPDOC, 1988. p. 6.

forma mais detida os diferentes aspectos de sua trajetória. O primeiro viria na década de 1930, com Alcântara Machado, o autor da biografia de Gonçalves de Magalhães, que o adjetivou como um “romântico arrependido” para indicar que apesar do ambiente após a abdicação favorecer o aparecimento de uma nova corrente literária, segundo o autor, Magalhães ainda apresentava características que não permitiam definir como uma verdadeira ruptura.

Outro estudioso que se interessou pela trajetória e obra de Gonçalves de Magalhães foi o cearense José Aderaldo Castelo, que organizou livros para a publicação de trechos da obra do literato ainda na primeira metade do século XX. Aderaldo Castelo destacou a influência de Magalhães na literatura brasileira, atentando-se também para as contradições do estilo literário do autor e destacando a variedade de estilos de escrita de Magalhães - gênero lírico, filosófico, épico, ensaísta, histórico.

Na década de 1980, Magalhães voltaria a ser objeto de análise no estudo de Roque Spencer Maciel de Barros, que propôs uma “biografia espiritual” do poeta, ou seja, uma análise do conjunto das obras escritas por Magalhães. Barros, em *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*, afirmou que a vida de Magalhães não foi cercada por “episódios relevantes” e o que predominou em sua trajetória foram “cenários banais do cotidiano”.⁸ E, dessa forma, o autor não considerou densamente as experiências vividas por Magalhães em diferentes momentos que influenciaram ativamente na produção de seus escritos.

Portanto, percebemos que pouco destaque foi dado para a atuação de Magalhães na política imperial brasileira em cargos do Estado⁹, principalmente quando relatou sua impressão sobre a revolta dos balaíos através da escrita de uma narrativa histórica e também quando atuou como representante diplomático do Império Brasileiro em diversos países. Assim é importante pensarmos a figura de Magalhães em diálogo com as tensões de seu tempo, suas ações e produções. Acreditamos que as experiências vividas pelo poeta em diferentes momentos influenciaram ativamente na produção de seus escritos. O historiador Luiz Felipe de Alencastro indica-nos a importância de pensarmos as

⁸ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: USP, 1973. p. 2.

⁹ Podemos citar outros trabalhos produzidos sobre a figura Magalhães que estão voltados para a análise de seu estilo literário e sua atuação como poeta no Império. Maria Orlanda Pinassi, em *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: um estudo da Revista Niterói, 1836*, analisa a publicação dos dois volumes da revista fundada por Magalhães, Torres Homem e Porto Alegre. Nesta obra, a autora expõe dados biográficos dos três fundadores e editores da revista e caracteriza Magalhães como um homem voltado para poesia. In: PINASSI, Maria Orlandi. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: um estudo da Revista Niterói, 1836*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

produções das obras literárias de Magalhães em diálogos com outros textos escritos pelo poeta e também em relação aos lugares frequentados por ele. Assim,

Domingos José Gonçalves de Magalhães, teve a má sina de passar para a história como poeta romântico (...). Decerto, Gonçalves de Magalhães escreveu poemas, mas também foi autor de peça de teatro, de ensaio literário seminal, de agudo texto antropológico e de documentos.¹⁰

Magalhães viajou, pensou, escreveu e refletiu sobre o Império e o lugar que o país deveria ocupar entre as nações do mundo. O momento em que o poeta foi para a província do Maranhão é bastante peculiar em sua trajetória e possibilitou ao literato o contexto necessário para a elaboração de uma reflexão sobre as principais questões enfrentadas pelo país naquele momento conflituoso. A província do Maranhão encontrava-se em meio a uma verdadeira guerra civil e Magalhães relatou em sua *Memória* os acontecimentos do conflito, realizando uma apreciação sobre as circunstâncias históricas do país e as dificuldades encontradas para a formação da nação brasileira e da construção do Estado nacional.

Os relatos de viagem realizados por brasileiros no império Brasileiro eram ainda bastante escassos nesse momento em que Magalhães se desloca para o Maranhão. Apesar de toda a preocupação em conhecer o Brasil, suas especificidades e superar as análises regionais em nome de uma história da nação, que o próprio Instituto procurava enfatizar, raros eram os trabalhos que ajudavam a preencher essa lacuna. Assim, conforme a pesquisa de Flora Süssekind, o aumento do interesse da escrita dos relatos de viagem produzidos por brasileiros aconteceria de forma mais sistematizada apenas na segunda metade do século XIX.¹¹ Nesta dinâmica, a ida de Magalhães para uma província distante da capital do Império foi uma oportunidade também de ter uma reflexão sobre o país realizada por um brasileiro. A viagem era peculiar, e a produção de um texto reflexivo sobre a Balaiada ganharia destaque nas páginas da *Revista do IHGB*. O estilo narrativo literário de Magalhães agregaria elementos na escrita da História, assim como as ligações políticas estabelecidas pelo poeta pode-nos ajudar na compreensão da escrita e publicação da *Memória da Balaiada*. Assim, o entendimento das formulações de obras e reflexões de Magalhães, proposto nesse capítulo em diferentes momentos, tem como objetivo

¹⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Memórias da Balaiada”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.23, março, 1989.

¹¹ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 74.

analisar os múltiplos elementos que compõe o cenário de produção e atuação de Magalhães.

É importante destacar que os últimos estudos que foram realizados sobre as questões relacionadas à trajetória de Magalhães procuraram entender o amálgama das relações entre a produção literária e Histórica em diálogo com as ações dos cargos públicos, perspectiva que desenvolvemos em nosso trabalho. O historiador Danilo José Zioni Ferretti analisou, por exemplo, a produção de Gonçalves Magalhães entre 1832 e 1838, procurando identificar quais seriam as principais características referentes ao homem de letras no surgimento do romantismo brasileiro, considerando principalmente que a indeterminação do período regencial seria uma das questões mais importantes para a formulação discursiva que relacionava a construção de uma nação e a noção de palingenesia social, indicando que houve nesse período “uma maior amplitude da participação dos intelectuais românticos no universo político, social e cultural do Império, configurando um verdadeiro ‘programa civilizador’”.¹²

O historiador Pedro Puntoni também analisou a produção dos textos escritos por Magalhães – literários e históricos – em diálogo com os debates políticos da nação durante a atuação de Gonçalves de Magalhães. Com enfoque nas discussões relacionadas à publicação da *Confederação dos Tamoios*, Puntoni observou como o campo literário e historiográfico estavam bastante relacionados, realizando uma análise que propõe pensar as especificidades da atuação dos homens de letras no século XIX brasileiro.

Assim, é a partir das considerações sobre a atuação de Gonçalves de Magalhães no cenário do Império brasileiro, da produção de suas obras, das relações estabelecidas com diferentes agentes em espaços distintos que procuraremos observar e problematizar a produção de seus textos, reflexões e ações. Dessa forma, diante da multiplicidade das atividades de Magalhães, propomos acompanhar os debates em que o poeta se envolveu e atuou, especialmente no contexto de reflexão sobre a independência literária brasileira, nas dificuldades para a construção/consolidação do Estado e da nação brasileira, e, na manutenção de determinados símbolos e instituições do país.

Não teremos como prioridade percorrer linearmente a trajetória de vida de Gonçalves de Magalhães, pois propomos pensar como recorte inicial de pesquisa o período regencial e as conturbações decorrentes da abdicação de D. Pedro I, quando Magalhães vivenciou os debates em torno dos rumos da nação, e, teremos como horizonte

¹² FERRETTI, Danilo José Zioni. “Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil”. *Revista Almanack*. Guarulhos, n. 02, 2º semestre de 2011. p. 67.

de chegada a participação do poeta como renomado diplomata na América do Sul em outro período efervescente de ideias no Brasil, no qual ocorriam várias críticas ao governo monárquico. Veremos como o poeta vivenciou os momentos de crises e indeterminações durante o Império brasileiro, e como atuou, seus posicionamentos, suas formulações.

Dessa forma, resta-nos apresentar brevemente as propostas dos capítulos que compõem a dissertação.

No primeiro capítulo, realizaremos uma imersão sobre a figura de Magalhães no contexto do início do romantismo brasileiro, destacando o esforço pela criação de um passado nacional, característico do movimento romântico. Os projetos para a construção da nação eram constantemente debatidos após a abdicação de D. Pedro I e as perspectivas dos contemporâneos para o futuro estavam rodeadas de incertezas. Magalhães, ainda um jovem poeta, estabeleceria ligações com homens importantes do período, no Brasil e na França, que influenciariam sua trajetória e suas produções. Além disso, refletiremos também sobre a forma com a qual o poeta destacava a importância da História nacional no próprio campo literário, pois, suas peças de teatro tomavam como objeto os temas da História que o literato julgava importante na compreensão do passado brasileiro, destacando os principais ensinamentos que poderiam ser obtidos.

No segundo capítulo, apresentaremos as questões relacionadas ao período em que Magalhães ocupou o cargo de secretário do governo na província do Maranhão, durante a revolta dos balaios. O poeta, recém-egresso da Europa, jovem promessa para o campo das letras brasileiro, foi nomeado para acompanhar Luís Alves de Lima na missão de pacificar uma província distante, e, escreve um texto narrando sobre estes acontecimentos, que será premiado pelo IHGB anos após a sua produção. Problematizaremos assim o processo de escrita da *Memória sobre a Balaiada* e o seu período de publicação, marcado por divergentes formulações que visavam apresentar interpretações do passado recente que pudessem influenciar as disputas políticas do final da década de 1840 no Brasil.

Por fim, no terceiro capítulo trabalharemos com as funções desempenhas por Magalhães como diplomata do Império, que continuava a pensar e a debater sobre a nacionalidade brasileira na História e na Literatura. Período pouco estudado da trajetória de Magalhães, as suas ações como diplomata nos países sul-americanos, após a Guerra do Paraguai, nos apresenta um grande defensor do Império e articulador político em outro momento de intensas reformulações políticas no Brasil.

CAPÍTULO 1 – Os CAMINHOS DO POETA

“Aos vinte anos de minha idade parti para a Europa, a fim de completar os meus estudos (à custa de meu tio, já se sabe). Estudei com efeito muito em Paris, onde assentei a fateixa: oh! Sim, estudei muito! Passei pelos *boulevards*; fui aos teatros; apaixonei-me loucamente por vinte *grisettes*; tive dez ou doze primeiros amores; por me faltar o tempo não pude ver uma só biblioteca; por me acordar sempre tarde nunca frequentei aula alguma; e no fim de cinco anos dei um pulo à Alemanha, arranjei uma carta de doutor (palavra de honra que ainda não tive a curiosidade de examinar em que espécie de ciência), e voltei para este nosso Brasil, apresentando-me a meu tio logo no primeiro instante com as mais irrecusáveis provas do meu aproveitamento, isto é, vestido no último rigor da moda, falando uma algaravia, que é metade francês e metade português, e ostentando sobretudo por cima do meu lábio superior um bigodinho insidioso, por baixo do meu lábio inferior uma pera fascinadora, e para complemento desses encantos, um charuto aromático preso de contínuo entre os lábios, perfumando a pera e o bigode.”

Joaquim Manuel de Macedo. *A Carteira de meu tio*¹³

O narrador da obra literária *A Carteira de meu tio* é um jovem nascido no Brasil que resume suas atividades realizadas no período em que esteve na Europa, destino que tomara para aperfeiçoar-se nos estudos. Este era, pelo menos, o desejo de seu tio, que empolgado com o percurso, investiu financeiramente para que o sobrinho realizasse a viagem e idealizava vê-lo retornar para a pátria com o título de doutor, completando uma trajetória louvável para um jovem do Império Brasileiro que deveria buscar desenvolver no Velho Mundo sua intelectualidade e ocupar um lugar social de destaque no Brasil quando retornasse.

O sobrinho, todavia, não se empenhou demasiadamente em cumprir com a sua parte no plano que o tio traçara. Não se mostrou muito empenhado nos estudos, estava ocupado com outras atrações que a capital da França oferecia para um jovem. Mas, mesmo assim, conseguiu, por meios pouco aprazíveis, o que iria significar o coroamento de sua estadia, o título de doutor, em alguma ciência, que não importava especificar.

¹³ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Carteira de meu tio*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo & Henrique Laemmert, 3ª. Edição, 1867. (Primeiro folheto). p. 7-8.

Este é o resumo do início da sátira escrita por Joaquim Manuel de Macedo, importante escritor do século XIX que atuou como jornalista, político e professor no Império brasileiro. *A Carteira de meu tio*, impressa pela primeira vez nas páginas do jornal *A Marmota fluminense*, em janeiro de 1855, sem identificação do autor, tem como principal característica a crítica realizada sobre a política e sobre os costumes da sociedade brasileira oitocentista, com uma boa dose de humor em uma narrativa coloquial que parece nos contar um acontecimento, uma trama familiar.¹⁴

Segundo o crítico literário Antonio Candido, esta característica das obras de Macedo atrai o interesse atual dos leitores e auxilia na caracterização da sua literatura pelo grande valor documentário. Assim, ao conhecer as produções literárias do autor, o público pode construir referenciais sobre a percepção que o literato possuía a respeito da sociedade brasileira do século XIX, sobretudo com relação à dinâmica cotidiana da corte do Rio de Janeiro.¹⁵

A passagem da sátira selecionada para o início deste capítulo, pode nos auxiliar na reflexão sobre a trajetória de jovens brasileiros que seguiam para a Europa com o propósito de ter maior proximidade com as discussões culturais ocorridas no Velho Mundo, e, também sobre o regresso destes jovens para o Brasil. O personagem criado por Macedo evidencia um tipo escrachado de aventureiro e aproveitador da boa vida, que se apoia na fama, reputação e fortuna de seu tio para manter-se na alta sociedade tanto no Brasil quanto na Europa, e que ao retornar para ao seu país de origem, decide dedicar-se à carreira política, pois acreditava que “a pátria deve[ria] pagar bem a quem quer fazer o enorme sacrifício de viver à custa dela.”¹⁶ A narrativa era também uma crítica à política feita sem compromisso, apenas como meio de vida e de ostentação social – algo que Macedo certamente percebia em muitos políticos de seu tempo e auxilia-nos na compreensão das concepções que podiam ser realizadas por uma parcela da sociedade imperial com relação à formação dos jovens.

A decisão do personagem sobre a atividade que iria realizar no Brasil não difere completamente de muitas experiências de brasileiros que iam para a Europa estudar e voltavam para ocupar cargos políticos e administrativos. E também, do mesmo modo com

¹⁴ Sobre a atuação política e literária de Joaquim Manuel de Macedo e a produção de suas obras, ver ANDRADE, Priscilla Rampin de. *Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo imprensa e política na consolidação do Estado-nacional brasileiro*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.

¹⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880. op. cit.*, p. 461.

¹⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *op. cit.*, p. 10.

o qual o sobrinho do tio se comportou durante a sua estadia na Europa, outros jovens do Império brasileiro eram criticados e acusados de seguirem para as terras europeias e não se dedicarem suficientemente aos estudos. Esta era, pelo menos, a constatação feita há quase 20 anos antes da publicação da obra de Macedo por um jornal impresso na corte chamado *Pharol do Império*, que denunciava o comportamento de dois brasileiros que teriam recebido o financiamento do governo brasileiro e esbanjaram da boa vida em Paris. Em uma nota exposta no jornal foram apresentadas as críticas para um poeta e um pintor que haviam ido estudar na França e que regressavam para o Brasil com ares de superioridade. O autor do artigo em questão, que assina com o pseudônimo de “Hum Brasileiro”, acrescentou ainda que durante o período em Paris os dois jovens não respeitaram as autoridades brasileiras as quais estavam subordinados:

Muito tem de certo usado, e abusado dessa faculdade, dois Srs. (um pintor e outro poeta) que acabam de chegar de Paris. Mandados por proteção dos mesmos, a quem hoje injuriam, para a Legação de França a fim de, com o ordenado de Adidos a essa Legação, se divertirem, e aperfeiçoarem a mais sublime prenda de seus corações – *um desmesurado orgulho* -, julgaram-se com o direito de governar seus superiores, e de não trabalhar; direito incontestável, baseado sobre suas altas capacidades.¹⁷

Apesar de não identificar quem eram estes dois homens, o jornal apresentava, através de uma linguagem irônica, indícios que auxiliam os leitores no descobrimento da identidade do pintor e do poeta. Ao mencionar, no desenvolvimento do artigo, que eram colaboradores de outro jornal da corte, chamado *Jornal dos Debates*, e também lhes atribuindo à autoria de um libelo anônimo escrito na França que atacava o então chefe da legação brasileira em Paris, Luiz Moutinho, não temos dúvida, e provavelmente os leitores contemporâneos à época também não teriam, que o ataque do jornal tinha como alvo Domingos José Gonçalves de Magalhães (poeta) e Araújo Porto Alegre (pintor).

Os dois jovens haviam regressado há pouco tempo ao Brasil e já estavam participando do debate no espaço público brasileiro. Juntamente com Francisco Salles Torres Homem, Porto Alegre e Magalhães haviam fundado o *Jornal dos Debates Políticos e Literários* no ano de 1837 e participavam das discussões políticas do final do período regencial, acrescentando também elementos para a crítica do campo cultural nesse mesmo momento. A publicação do *Jornal dos Debates* constituiu mais um espaço compartilhado pelos três amigos, que se conheceriam antes mesmo do período em que

¹⁷ *Jornal Pharol do Império*, 10 de junho de 1837. (grifo no original).

estiveram na Europa. Magalhães e Torres Homem nutriam uma amizade antiga que foi lembrada nos poemas escritos por Magalhães, que apresenta Torres Homem como um “companheiro da infância”.¹⁸ Araújo Porto Alegre também seria homenageado nas primeiras produções poéticas de Magalhães publicadas em 1832, exaltando o talento do pintor, o “Rafael” Brasileiro, verdadeiro discípulo do mestre francês de pintura, João Baptista Debret.¹⁹

Os três amigos estariam reunidos em Paris a partir de 1833, compartilhando experiências e elaborando uma reflexão sobre o desenvolvimento cultural brasileiro, que compreendeu os debates sobre a pintura, a literatura, a música e a ciência. Conforme o estudo realizado por Antonio Candido, este grupo, que contava ainda com João Manuel Pereira da Silva e Cândido de Azevedo Coutinho, constituiu o primeiro esforço definido de busca por uma literatura própria e específica do Brasil, processo que passou a ser identificado como o início do Romantismo brasileiro. Foi após o encontro destes homens e das discussões de novas concepções que se formou o grupo da Niterói, em alusão ao nome da Revista elaborada por eles no ano de 1836, e se iniciou o “grande processo de tomada de consciência nacional.”²⁰

Apontado como líder do grupo, Magalhães, o poeta acusado pelo jornal de negligência com a pátria, recebeu a denominação de precursor do romantismo no Brasil e teve uma vida bastante movimentada na Europa entre os anos de 1833 - 1837. Envolveu-se em disputas com homens importantes, como era o caso do Sr. Moutinho, sobre o qual escreveu uma obra anônima, conforme foi indicado no excerto extraído do *Pharol do Império*. Frequentou também as sessões do recém-inaugurado Instituto Histórico de Paris, juntamente com outros brasileiros. E escreveu obras influentes para o estudo da literatura brasileira, incluindo as produções que foram consagradas como as referências iniciais do novo momento literário do Brasil – a publicação da obra *Suspiros Poéticos e Saudades*, em 1836, e a ativa colaboração na *Revista Niterói*, no mesmo ano de 1836. Foi também durante este período que Magalhães produziu a peça teatral *Antonio José ou o Poeta e a Inquisição*, cuja representação no Brasil em 1838 foi tida como o início do teatro nacional. Além destes trabalhos, Magalhães concebeu a ideia e começou a escrever em 1834 a sua

¹⁸ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Paris: Dauvin ET Fontaine, 1836; Rio de Janeiro: João Pedro da Veiga. p. 344.

¹⁹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia Ogier, 1832. p. 113.

²⁰ CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, Ver principalmente “Independência literária” e “Nacionalismo literário”. p. 312 e p. 329, respectivamente.

famosa epopeia nacional *Confederação dos Tamoios* que viria a ser publicada apenas no ano de 1857.

Sem dúvida, este período e a elaboração de obras como as de Magalhães, foram essenciais para a constituição de uma nova fase no campo cultural brasileiro, que traria discussões inovadoras para a literatura e também para a história nacional. Em alguns casos, a escrita literária e a concepção de história estariam intrinsecamente relacionadas, como expõe Magalhães no *Ensaio sobre a História da literatura Brasileira*, publicado no primeiro volume da *Revista Nitheroy*. Este texto, para Valdei Araujo, explicita o surgimento de uma “nova experiência do tempo”, processo vivenciado pela geração do pós-independência. Magalhães nesse trabalho sobre a literatura brasileira trazia um “conceito moderno de história”, permitindo uma nova forma de pensar o passado nacional.²¹ Para o autor, no *Ensaio*, Magalhães reflete sobre a literatura a partir da ótica do progresso da história, na qual não eram mais satisfatórios apenas o acúmulo de informações do passado e a simples citação de obras para pensar a literatura nacional. O primordial, para o literato, na busca da compreensão da literatura brasileira - um conceito amplo que não abrange apenas a poesia, mas também as ciências em geral - era realizar a reflexão conjunta sobre os dados históricos, apresentando uma interpretação para o passado e compreendendo o processo histórico nacional de forma inovadora, ao caracterizá-lo dentro da “marcha” histórica de caráter progressivo.

Neste processo, demarcar uma ruptura com o passado colonial foi uma das iniciativas primordiais. Magalhães, nesse sentido, vê como negativa a herança da colonização portuguesa, concluindo que os males vivenciados no Brasil tiveram origem no passado de exploração exercido pela metrópole que impossibilitou por muito tempo o desenvolvimento das letras na colônia. Mas, para o literato, “com a expiração do domínio português muito se desenvolveram as ideias” no Brasil, e foi possível então a aproximação cultural com outras nações, e entre elas a mais influente era a francesa. Para o poeta, o Império brasileiro, o Brasil independente, seria “filho da civilização francesa” e da “revolução famosa que abalou todos os tronos da Europa”²².

A referência cultural nesse momento seria a França, e os brasileiros estavam escrevendo e refletindo sobre a nação e suas especificidades em solo estrangeiro.

²¹ ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: HUCITEC, 2008. p. 119-125.

²² MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”. *Nitheroy, Revista Brasiliense. Ciências, letras e artes*. Paris: Dauvin et Fontaine Libraires, 1836, t. 1, no. 1, p. 149.

Magalhães, ao apresentar sua proposta de pesquisa sobre as especificidades da literatura brasileira, dirigia-se principalmente aos estudiosos franceses que frequentavam o Instituto Histórico de Paris. Entretanto, isso não nos possibilita afirmar que as referências francesas do Romantismo foram aceitas em sua plenitude por nossos primeiros românticos, pois sabe-se que o movimento não era unanimidade inclusive dentro dos círculos de debates franceses.²³

Magalhães nas primeiras citações e apreciações que fez sobre o Romantismo francês apresentava sua crítica ao novo movimento, não se colocando ao lado dos românticos, especialmente quando se referia à produção teatral. Em nota introdutória para a publicação da peça teatral *Antonio José ou o Poeta e a Inquisição*, em 1839 no Rio de Janeiro, o poeta afirmava não seguir o “desalinho” dos românticos²⁴. Em 1834, anterior a escrita dessa obra, Magalhães, que residia em Paris, correspondia-se com o seu mestre que morava no Rio de Janeiro, o frei Monte Alverne, e relatava a surpresa com a qual observava o “espírito literário” francês e o que mais lhe espantava era o desprezo que os românticos tinham com os clássicos. Para Magalhães, apesar de alguns momentos sublimes, as peças teatrais tinham o caráter “muitas vezes horrível, pavoroso, feroz, melancólico, frenético e religioso.”²⁵

Por apresentar restrições ao movimento literário romântico francês, sobretudo com relação às produções teatrais, e manter como referência autores clássicos, como Molière, Racine e Alighieri, Magalhães também foi compreendido como símbolo deste período de transição literária, e, muitas vezes, caracterizado de forma dúbia pelos estudiosos. Para eles, apesar da elaboração de novos significados conceituais para a literatura brasileira e para a História nacional, Magalhães vinculava-se às formas antigas e aos clássicos em suas produções literárias. Alcântara Machado observaria em 1936: seria Magalhães um revolucionário ou apenas um romântico arrependido²⁶?

Assim, cabe apontar que durante a segunda metade do século XIX, Magalhães, apesar de não ter tido sua vida biografada, foi destacado como referência em alguns

²³ Sobre as opiniões divergentes a respeito do romantismo francês debatido no Instituto Histórico de Paris, ver: FÁRIA, Maria Alice de Oliveira. “Os Brasileiros no Instituto Histórico de Paris”. In: *Revista do IHGB*. V. 266, jan/mar, 1965. p. 98-100. Para maiores informações sobre a referência do Romantismo francês no Brasil ver: RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

²⁴ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Antonio José ou o poeta e a inquisição*. Tragédia. Rio de Janeiro: Paula Brito, 1839. p. IV.

²⁵ LOPES, Roberto (org.). *Cartas a Monte Alverne*. SP: Conselho Estadual de Cultura, 1964. p. 16-17.

²⁶ Expressão utilizada por MACHADO, Alcântara. *Gonçalves de Magalhães, ou o romântico arrependido*. São Paulo: livraria acadêmica. Saraiva & CIA. 1936.

dicionários bibliográficos escritos durante o Império. Dois autores, Sacramento Blake²⁷ e Prezalindo Lery dos Santos²⁸, reservaram espaço em seus dicionários para apresentar a trajetória política e literária de Magalhães. As características ressaltadas nessas obras relacionavam-se com a formulação da imagem de Magalhães como um importante poeta, e conforme destacou Sacramento Blake, Magalhães “foi um dos mais notáveis poetas do Brasil, o chefe de nossa escola poética, como alguns o designaram.”²⁹

Esta última indicação realizada por Blake, - “como alguns o designaram” - é possivelmente uma referência à obra do francês Ferdinand Wolf, *Le Brésil littéraire – histoire de la littératures brésilienne*, publicada em 1863. Wolf estabeleceu, nesse trabalho, os principais autores e características da Literatura Brasileira, e escreveu suas considerações baseando-se nas próprias informações e bibliografias fornecidas pelos brasileiros, e, entre eles, Magalhães. A interpretação do autor colaborou para a criação da imagem de Magalhães no Brasil oitocentista como um grande poeta, iniciador de uma nova fase literária nacional, “chefe da escola verdadeiramente nacional.”³⁰

Já no final do século XIX, a obra do crítico literário Silvio Romero – *História da literatura brasileira*, em dois volumes - , criticava diretamente a interpretação de Wolf, especialmente em relação à contribuição literária inovadora de Magalhães. Romero destacou que “antes de Magalhães diversos poetas haviam abraçado os princípios da nova escola, especialmente os estudantes de Olinda e S. Paulo desde 1829”.³¹ Assim, as leituras de Magalhães como grande inovador literário foram abaladas e as considerações de que essa fase literária é marcada por contradições foi sendo tecida. Nos anos 1960, Antonio Candido apresentou o Romantismo como o momento de início da literatura nacional e destacou a participação de Magalhães nesse processo³².

Vale destacar que a proposta deste capítulo é justamente privilegiar a compreensão das singularidades do início do romantismo brasileiro, considerando as imprecisões do sujeito histórico no interior da dinâmica das disputas políticas e mapeando as relações sociais, para compreender especialmente a influência do debate entre os homens das letras e políticos sobre a questão nacional ao longo da década de 1830 na

²⁷ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 2º. Volume.

²⁸ SANTOS, Prezalindo Lery dos. *Pantheon Fluminense. Esboços biográficos*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1880.

²⁹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Op. Cit.*, p. 217.

³⁰ WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário: história da literatura brasileira*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1955. p. 209.

³¹ ROMERO, Silvio. *História da Literatura* (volume 1). Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1888. p. 437.

³² CANDIDO, Antonio. *Op. Cit.* p. 329.

produção, circulação e discussões ocorridas sobre os textos literários e históricos. Desta forma, consideraremos também os embates que foram realizados no Brasil antes e depois do período em que Magalhães esteve na Europa, buscando compreender que a nova fase literária brasileira, cujo marco inicial teve como cenário a França, apresentava reflexões sobre o “nacional” já no contexto de discussão sobre a conformação da nação brasileira logo após a abdicação do Imperador e, que esta discussão estará presente também no contexto do final do período regencial.

A estadia de Magalhães e dos outros homens que pertenceram à primeira geração romântica na Europa também será analisada para a compreensão da concentração de brasileiros no ambiente francês que pretendia se tornar a principal referência cultural para as novas nações recém-independentes. Veremos inclusive que a permanência dos brasileiros em Paris não esteve rodeada de maiores divertimentos e nem contava com o financiamento irrestrito de um tio protetor, como fora a do sobrinho do tio, representado na obra de Macedo. Entretanto, procuraremos destacar a influência das questões políticas e diplomáticas para a elaboração dos textos literários neste processo de reflexão, atentando-nos ainda para o fato da interrupção dos trabalhos que estavam sendo realizados pelos jovens brasileiros na França ter sido resultado destas disputas políticas que geraram uma série de debates no cenário público sobre a construção da nação.

1.1 Ser poeta para salvar a nação, os anos formativos

Gonçalves de Magalhães nasceu em Niterói, no ano de 1811, e ainda era criança quando houve a ruptura entre a metrópole portuguesa e a colônia americana. Depois, passou a adolescência em anos agitados, presenciando a abundância de debates políticos e discussões sobre a busca pela singularidade nacional. Quando houve a abdicação, com intensa movimentação popular nas ruas, Magalhães tinha apenas 20 anos e estava no último ano do curso de medicina. Sairia do Brasil em 1833, vivenciando em Paris um dos períodos mais conturbados politicamente - discutiam-se os modelos de governo, a conformação social, havia manifestações populares, governos eram derrubados. Respirava-se política.

Não é exagero pensar que a intensa movimentação política e social que Magalhães presenciou no Brasil, durante o final da década de 1820 e início dos anos de 1830 tenham marcado fortemente a sua produção literária inicial assim como influenciou em enquadramentos posteriores – explica provavelmente o sentido de urgência pela

construção (tudo despencava, tudo era instável), era preciso estar conectado com o movimento do mundo ocidental, o romantismo.

Ainda antes de deixar o Brasil, Magalhães publicou o seu primeiro livro de poesias e já marcou presença no espaço público do Rio de Janeiro. A obra trazia poemas com exaltações políticas referentes ao contexto dos acontecimentos recentes relacionados à abdicação de D. Pedro II em 1831. Abordando temas sobre a liberdade da nação, o amor à pátria, a importância do desenvolvimento da poesia contra o despotismo, Magalhães reservou parte significativa da obra para a apresentação de produções relacionadas à política contemporânea. A obra trazia ainda os primeiros sonetos e lirias amorosas escritas por Magalhães, além de algumas sátiras sobre os costumes da sociedade e de composições poéticas que ressaltavam as relações de amizade do autor com homens como Debret, Araújo Porto Alegre, Monte Alverne e frei Sampaio.³³

Ficamos sabendo por Porto Alegre que “o Visconde de Cairu e o Evaristo elogiaram” o livro de estreia do poeta.³⁴ Porto Alegre escolheu bem os dois nomes que avalizavam a obra do jovem poeta. A referência traria credibilidade ao talento literário de Magalhães, pois o comentário tratava de colocar em convergência as opiniões de duas figuras que pouco se assemelhavam politicamente. Visconde de Cairu e Evaristo da Veiga tinham posicionamentos políticos distintos no debate contemporâneo no início da década de 1830 e, se tivermos como ponto de análise o acontecimento da abdicação de D. Pedro I, por exemplo, é notável que os dois homens posicionaram-se em campos opostos na discussão sobre a conjuntura política. Visconde de Cairu, senador do Império, era contrário a qualquer mudança política realizada de forma brusca e defendia o governo imperial dos ataques oposicionistas originários das críticas que advinham da câmara e das ruas, não apenas por “concordância absoluta” com as ações do governo, mas, sobretudo porque temia a anarquia, sendo avesso a qualquer tipo de mudança política que resultasse em uma revolução.³⁵

³³ MAGALHÃES, D. J. G. *Poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia Ogier. 1832.

³⁴ Essa informação foi obtida a partir da análise de um esboço biográfico que Araújo Porto Alegre escreveu sobre Magalhães. Interessante destacar que além deste esboço biográfico, encontramos outros manuscritos relacionados à escrita da História, como a proposta de estudo sobre “Brasileiros notáveis”, a introdução sobre o estudo da Independência Brasileira e as anotações biográficas de Francisco Torres Salles Homem. Os documentos foram encontrados no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 653. Sobre as principais funções e a trajetória de Araújo Porto Alegre na corte ver: SQUEFF, Leticia. *O Brasil nas Letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

³⁵ KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo; Alameda; Belo Horizonte, MG: PUC- Minas, 2009. p. 285.

Enquanto Evaristo da Veiga, deputado na Assembleia Geral neste mesmo momento, articulava-se nos jornais e na Câmara para defender a necessidade da mudança política, que viria com a revolução do 7 de abril, e, na visão do deputado, libertaria a pátria do governo despótico de D. Pedro I. A abdicação do Imperador foi lamentada por Cairu e festejada por Veiga.

Ao registrar o elogio de dois homens de posicionamentos políticos diferentes no momento da publicação, mas que reconheceram a qualidade literária do jovem poeta, Porto Alegre apresenta a interpretação de que diante das questões culturais da nação e do desenvolvimento das letras, as concepções políticas não interviam na avaliação de bons trabalhos literários e que, portanto, Visconde de Cairu e Evaristo da Veiga compartilhavam da mesma opinião quando o assunto era as primeiras composições de Magalhães.

O livro de poesias movimentou opiniões e teve repercussão. Crítica mais precisa e cuidadosa do livro foi feita pelo jovem Justiniano José da Rocha, que começava a se destacar no debate político e literário e escreveu um artigo na *Revista da Sociedade Filomática*, comentando a publicação da obra de Magalhães.³⁶

Justiniano José da Rocha, o futuro escritor de um dos panfletos mais influentes na política e na História do Brasil Império - *Ação; Reação e Transação: Duas Palavras acerca da política* - afirmava que ao escrever suas considerações sobre a obra de Magalhães iniciaria o exercício da crítica literária no Brasil, analisando “as premissas de um poeta de vinte e um anos, que se abalançava a trilhar uma estrada quase inteiramente abandonada.”³⁷ Nesse sentido, o trabalho do poeta já era visto como algo novo e que apontava para um caminho, uma estrada.

Justiniano José da Rocha foi duro na crítica aos sonetos e às líras amorosas presentes na obra, pois compreendia que as composições de Magalhães não apresentavam a marca das experiências vivenciadas pelo autor e seriam apenas reflexo da sua “modesta imaginação”, enquanto o que se esperava de tais poesias era o caráter verdadeiro do vivido. Segundo o crítico, a representação dos sentimentos mais íntimos deveria ter origem na sensibilidade oriunda da experiência, sendo “frutos do coração”.

³⁶ A produção desta Revista era uma iniciativa da Sociedade Filomática, organizada em 1832 por alunos e professores que frequentavam a Academia de Direito de São Paulo, e que em 1833 decidiram colocar em circulação as questões discutidas na Sociedade, que tangenciavam o desenvolvimento cultural, trazendo ao público, especialmente, discussões sobre a ciência e a literatura. In: *Revista da Sociedade Filomática*. São Paulo: Novo Farol Paulistano, 1833. (introdução de Antonio Soares Amora).

³⁷ ROCHA, Justiniano José da. “Ensaio crítico sobre a Coleção de Poesias do Sr. D. J. G. Magalhães”. In: *Revista da Sociedade Filomática. op. cit.* p. 51.

No entanto, se existe a cobrança pelo o que era expressão de sentimentos verdadeiros, Justiniano José da Rocha elogia e admira o amor à pátria presente nas odes escritas por Magalhães, especialmente as que traziam a reflexão sobre o acontecimento de 7 de abril, momento da abdicação de D. Pedro I. Para o então crítico literário, nestas composições existia o entusiasmo em evidenciar as esperanças existentes a partir da nova reconfiguração política do país, ao mesmo tempo em que também revelava aspectos da imprecisão e das disputas que complementavam o ambiente político. Justiniano José da Rocha apresenta a seguinte apreciação sobre as composições de Magalhães:

“A gratidão, o amor dos homens, da pátria, e da liberdade dominam seu sensível coração. O amor da pátria, essa nobre paixão, a que devemos todos esses portentos que honram as páginas da história, sem dúvida o animava, quando, abrasado pelo fogo poético, ele nos pinta a discórdia ameaçando o Brasil depois de sua regeneração.”³⁸

As composições poéticas de Magalhães, que receberam os louvores de Justiniano José da Rocha, apresentam a percepção de que havia chegado o momento de ruptura definitiva com a metrópole e de reafirmação da independência do Império brasileiro, conforme podemos observar na primeira Ode da obra de Magalhães publicada em 1832:

“Raiou enfim o dia desejado,
De Abril o sete, limpo e glorioso.
Em que estalar devia o cadeado.
Quem os ombros oprimia
Do Brasil grandioso...
Soar já ouço vivas de alegria...
- *Ou Liberdade, ou Morte,*
La brada Nitheroy altivo e forte”³⁹

A abdicação de D. Pedro I seria adjetivada em outras estrofes como o “glorioso” dia, e havia nas odes a recorrência de palavras que faziam alusões à luta contra o “despotismo” e contra a “tirania”. Esta percepção expressa nos poemas de Magalhães representou muitas expectativas que foram produzidas no início do período regencial, já que 7 de abril era caracterizado pelos próprios contemporâneos como um acontecimento

³⁸ *Idem*. p. 53.

³⁹ MAGALHÃES, D. J. G. *Poesias. op. cit.* “Ode Pindárica ao glorioso dia sete de abril”. p. 8 (grifo no original).

que revelava-se na verdadeira “revolução” do país⁴⁰, e foi compreendido como um “inevitável divisor de águas na cena pública.”⁴¹

Após a abdicação, muitos acreditavam que novos caminhos deveriam ser trilhados pela jovem nação e a efervescência do debate político caracterizaram o “laboratório da nação”⁴², marcado pela disputa de diversos projetos nacionais e pelo aparecimento de novos atores políticos. República, federação, monarquia, eram as propostas debatidas na ocasião da vacância do trono imperial. Igualmente, não estavam excluídos do debate, homens que se opunham à renovação política completa e mantinham-se favoráveis ao retorno de D. Pedro I ao trono. Além disso, as discussões políticas encontravam novos espaços e não ficariam restritas aos ambientes palacianos e institucionais, contando inclusive com ampla participação popular. De acordo com o historiador Marcello Basile, ocorreu neste momento uma “rápida politização das ruas”, e a constituição de novas arenas “de lutas dos mais diversos grupos políticos e camadas sociais, marca[ram] a emergência de novas formas de ação política.”⁴³

Com a intensificação dos debates, Magalhães projetava na produção poética as expectativas do início do desenvolvimento nacional. A poesia exerceria, na visão de Magalhães, a função de direcionamento político, pois auxiliava na compreensão do passado nacional e, conseqüentemente, contribuiria na construção de novas perspectivas para o futuro. No Brasil, a falta de incentivo para a produção literária dificultava o conhecimento das glórias do passado, pois a função da poesia era lembrar os “heróis famosos, que pela pátria afrontaram os perigos e a morte”⁴⁴, transformando-os em exemplos pedagógicos para o povo.

Partindo desta concepção, Magalhães apresentava a reflexão de que a escassez de obras de literatura produzidas no Brasil era resultado da opressão do governo português, que intencionalmente não colaborava para o aumento do prestígio dos homens de letras. Para o poeta, esta não seria uma situação espantosa, tendo em vista que governos despóticos preferem a estagnação do desenvolvimento literário, para continuar exercendo o poder absoluto e mantendo a “escravidão” do povo, entendida neste contexto, como a falta de autonomia política para desenvolver um pensamento que refletisse sobre as ações

⁴⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “O gigante e o espelho”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial, vol. II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 19.

⁴¹ MOREL, Marco. *O período das regências (1831-18340)*, Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 9.

⁴² A expressão foi utilizada pelo historiador Marco Morel em “O período das Regências”. *op. cit.*, p. 9.

⁴³ BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) *op. cit.* p. 59.

⁴⁴ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Poesias. op. cit.*, p. I.

do governo. Com a abdicação e o aparecimento de um novo horizonte e novos espaços de debates sobre os rumos da nação, era imprescindível que os poetas atuassem para a reversão deste quadro. Magalhães analisa da seguinte forma a questão literária no início da década de 1830:

“Talvez seja isto devido ao gênio destruidor do Governo despótico, que sobre nós imperou, mais empenhado em extrair o ouro e a prata das nossas minas, do que em animar os talentos e espalhar a ilustração. E quem sabe mesmo se este gérmen de ingratidão e desprezo para tudo o que é nobre e elevado, para tudo o que sente, e respira a Liberdade é um legado de morte, que nos deixou essa Nação de que fizemos parte? Pois sabemos qual foi a sorte de Camões, de Garção, de Filinto Elysio, de Santos e Silva, e de Bocage; sem falar de outros muitos, que prestaram assinalados serviços pelas armas e pelas letras. Os louros de um poeta não tem brilho aos olhos de um povo de escravos, para quem só vale o ouro...”⁴⁵

O descaso pela produção literária seria uma “herança” do período colonial que se perpetuava no Brasil mesmo após a independência política, pois na concepção de Magalhães o reinado de D. Pedro I representava a continuidade da opressão sofrida durante os tempos coloniais. Portanto, na argumentação do poeta, é possível identificar a crítica realizada contra o governo colonial, que se estendeu no Brasil até a abdicação de D. Pedro I, marcando a partir de então, a necessidade da ruptura com este sistema que não incentivava o desenvolvimento das artes e não contribuía para o crescimento do interesse popular pela literatura. É interessante apontar que, ao mesmo tempo em que acusa o governo português pelos males sofridos no campo das letras, Magalhães indica a continuidade da tradição literária entre os grandes poetas portugueses e os poetas brasileiros, pois estes últimos teriam recebido a missão de combater governos despóticos através do uso das armas e das letras, assim como fizeram os poetas portugueses que diante das adversidades políticas atuaram intensamente, colocando-se como guias da nação.

Sem dúvida, o ambiente que possibilitou a elaboração desta concepção relaciona-se com a indefinição política do 7 de abril, no qual ocorre a intensificação de propostas para os novos rumos da nação. Para Magalhães, diante do cenário de indefinição política era necessário relembrar as glórias do passado – relacionadas, neste caso, ao esforço dos poetas portugueses - para reafirmar a autonomia do Império brasileiro. Era necessária

⁴⁵ *Idem*, p. II-III.

também a construção de narrativas que reafirmassem a ruptura política com Portugal e que acrescentasse perspectivas positivas sobre aquele momento. Assim, Magalhães, além de produzir poesias de caráter patriótico, estaria presente no movimento de ampliação dos espaços públicos logo após a abdicação, que tinha como intenção comemorar e legitimar o 7 de abril através de ritos e apresentações cívicas.

Assim, dois anos após a abdicação, Magalhães participava da comemoração do aniversário da abdicação, que foi registrada nas páginas do jornal *Aurora Fluminense*, redigido por Evaristo da Veiga⁴⁶. Antes de mencionar a presença do poeta, o artigo do jornal destacava os aspectos da comemoração, descrevendo que a celebração do “aniversário da Revolução Gloriosa”, começou a ser realizada no templo de S. Francisco de Paula, com a intenção de revigorar nos corações brasileiros o momento da “nossa libertação”. Segundo o jornal, a manifestação, organizada pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência, contava com a presença de homens ilustres, que diante do público, realizavam apresentações e discursavam com o objetivo de analisar o 7 de abril do ponto de vista político e histórico.

Dentre as apresentações que ocorreram durante a comemoração, o jornal destacava o “discurso sagrado” do frei Monte Alverne, realizado com “dicção brilhante e eloquência”⁴⁷. No discurso, que foi impresso em formato de livro de bolso ainda no ano de 1833, o frei glorificava o 7 de abril, aquele “dia memorável”, que deu início ao movimento popular do Rio de Janeiro, resultando na “Revolução libertadora”, que veio “esmagar para sempre o despotismo, e... cessar... todos os atentados dirigidos à Nacionalidade”⁴⁸. Optando pela moderação em sua análise, Monte Alverne ainda destacava que a revolução não era a melhor solução para os problemas políticos, mas que na maioria das vezes, se fazia necessária a realização de atos que auxiliassem no aparecimento de um novo horizonte, como era o caso da revolução do 7 de abril.

Durante a noite, as comemorações continuariam no campo de Honra, também conhecido campo de Santana, local onde as tropas e o povo ficaram reunidos no dia em que ocorreu a abdicação.⁴⁹ O festejo contava com as danças, músicas e poemas que

⁴⁶ *Aurora Fluminense*, dia 10 de abril de 1833.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ MONTE ALVERNE, Francisco do. *Oração da ação de graças que no solene aniversário do glorioso 7 de abril de 1831 celebrado na Igreja de S. Francisco de Paula em o dia 7 de abril de 1833 por Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro, recitou Fr. Francisco do Monte Alverne pregador de S. M. I.* Rio de Janeiro: Tomas B. Hunt, 1833. p. 15-16.

⁴⁹ Sobre as diferentes denominações do campo de Santana ver MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 163.

ditavam a dinâmica das comemorações. Assim, seguindo o cronograma de celebrações, segundo o *Aurora fluminense*, foram recitadas “várias peças de poesia, em que se distinguiu uma excelente ode pindárica do Sr. Magalhães, cujo estro o coloca, na flor dos anos, entre os melhores vates brasileiros”⁵⁰.

Neste dia festivo, as exclamações de discursos e poesias sobre o caráter revolucionário da abdicação do Imperador, que já haviam sido publicadas na coleção das poesias em 1832 e que Magalhães utiliza-se na comemoração, marcariam presença para o esforço de legitimação do acontecimento. O encontro para a celebração e reafirmação do 7 de abril constituía um espaço representativo para a formulação discursiva que perpassava pela oratória religiosa e declamação de poesias, que buscavam a concretização da imagem positiva e histórica do acontecimento. Assim, Monte Alverne faria uma oratória apresentando os elementos que caracterizavam este importante dia. Logo mais à noite, seria a vez de Magalhães recitar as poesias, cuja composição bastante se assemelhava ao discurso do frei. Oratória e poesia se complementavam na celebração do “glorioso” dia, e, segundo o jornal, “o divertimento se prolongou até às 4 horas da madrugada, reinando em todo ele a mais doce confraternização, e união de vontades.”⁵¹

Talvez a similaridade entre o discurso de Monte Alverne e a produção poética de Magalhães, caracterizado pelo jornal pela expressão “união de vontades”, deveu-se à proximidade entre os dois personagens que já eram conhecidos das aulas do colégio São José⁵², local onde Monte Alverne era professor de retórica, teologia dogmática e filosofia⁵³ e que Magalhães começou a frequentar no início da década de 1830. Assim, a composição das poesias nacionais que Magalhães publicou em seu primeiro livro teve como influência a oratória e o pensamento de Monte Alverne, elaborado no ambiente pós-abdicação. Segundo o historiador Danilo José Zioni Ferretti, as características do liberalismo moderado apresentado nos discursos de Monte Alverne, e também do redator

⁵⁰ *Aurora Fluminense*, dia 10 de abril de 1833.

⁵¹ *Idem*.

⁵² O colégio São José era um importante centro formativo para os jovens da corte. Além deste colégio, existia apenas outro centro de formação, que era o colégio de São Joaquim. Pela descrição que J. B. Debret realiza em seu livro *A Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, podemos ter algumas informações a respeito do acesso a estes colégios. Sobre o colégio São Joaquim, que teria seu espaço transformado para a inauguração do Colégio Pedro II em 1837, Debret aponta que o ensino era gratuito para jovens órfãos e que contava ainda com a “proteção do governo” e era “sustentado por donativos”. Com relação ao colégio São José, diz que “alguns jovens pensionistas destinam-se ao estado eclesiástico; outros pagam sua pensão, e outros são mantidos pelo governo”. In: DEBRET, J. Baptista. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil: pranchas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 20-21.

⁵³ SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros Ilustres: os contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson. 1861. p. 81.

do jornal *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga, influíram na ênfase da “afirmação do princípio da liberdade” contra a tirania, apresentado por Magalhães em suas primeiras produções poéticas.⁵⁴

Magalhães, apesar de não se mostrar muito preocupado em deixar registros pessoais sobre as experiências do início da sua formação inicial, escreveu indiretamente a respeito do tema, ao narrar as características da relação de amizade estabelecida entre ele e o Monte Alverne em uma biografia sobre o frei apresentada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1859, um ano após a morte de Monte Alverne. Nesta biografia, Magalhães descreve as atividades e acontecimentos que ocorreram durante o contexto do início da década de 1830, e, podemos encontrar nesta narrativa, aspectos consideráveis da avaliação que o próprio aluno produz a respeito desta experiência, atribuindo-lhe grande influência formativa.

É importante ressaltar também que no momento em que Magalhães escreveu a biografia existia a preocupação em compor o quadro dos heróis nacionais e a trajetória de Monte Alverne era, então, um elemento para a formação deste cenário. Desta forma, Magalhães iniciou a *Memória* destacando, na apresentação da biografia do frei, que aquele trabalho biográfico não seria suficiente para igualar os benefícios que a atuação do pensamento de Monte Alverne trouxe para o desenvolvimento do país, “pois não há louvores, que compensem os sacrifícios desses verdadeiros mártires da glória das nações”⁵⁵. Para construir a narrativa, Magalhães pautou-se, na maioria das vezes, em suas próprias recordações do período em que foi aluno de Monte Alverne, aproveitando para colocar-se também como sucessor do ensinamento do frei, e consequentemente como responsável por perpetuar as ideias de seu mestre e continuar a missão dos homens das letras legada pelos mártires do Brasil.

Com o tom memorialista, em determinado momento da biografia, Magalhães narra o primeiro contato que teve com Monte Alverne, na ocasião do enterro de Frei Francisco Sampaio, em 1830, quando o jovem poeta recitava um poema em homenagem póstuma, que foi inclusive publicado na coleção de *Poesias*. Magalhães destacou a importância deste contato inicial com Monte Alverne e indica a influência decisiva das palavras dirigidas a ele pelo frei, que foram o ponto inicial de reflexão para que

⁵⁴ FERRETTI, Danilo José Zioni. “Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil”. In: *Almanack*. Guarulhos, n. 02, p. 66-86, 2º. Semestre de 2011.

⁵⁵ MAGALHÃES. D. J. Gonçalves de. *Biografia do padre-mestre Frei Francisco de Monte-Alverne*. Oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1859. p. 393.

Magalhães optasse por seguir o caminho do campo da arte e da poesia, ao invés de continuar a carreira de médico, como era o desejo de seu pai. Assim, segundo Magalhães, neste primeiro diálogo, o frei elogiou o talento literário do jovem poeta, e o aconselhou a continuar produzindo textos e poesias, apresentando ao público o que havia de mais sublime em seu pensamento. Anos depois deste primeiro contato com Monte Alverne, Magalhães relembra o conselho do frei e destacava a importância que o seu mestre teve para a tomada de decisão pelo caminho das letras, especialmente para que as suas produções poéticas não ficassem restritas à vida claustal e indicando para o jovem poeta a necessidade de conhecer novos lugares e desenvolver ainda mais seu pensamento criativo. Lembra Magalhães: “a vida do claustro (dizia-me ele) senão é o consórcio instinto com a humildade, é um martírio sem mérito.”⁵⁶

Portanto, Magalhães, apesar de não ser o protagonista da história, apresenta-se em momentos sutis, e coloca-se como o continuador da missão intelectual legada por Monte Alverne, cujas ideias sobre a nação já teriam influído no contexto da vacância do trono. Ao narrar e lembrar que seguiu os conselhos de seu mestre e que não optou pela vida do claustro, Magalhães olhava para o passado e reafirmava a importância que os ensinamentos do frei tiveram em sua formação e em sua trajetória. Apesar de destacar que a vida no claustro era um “martírio sem mérito”, nas palavras do frei, Magalhães rememora este período evidenciando que o martírio acompanhava os homens das letras brasileiros, assim como já apontava em suas primeiras poesias em 1832, ao indicar o fardo dos poetas portugueses.

Inspirado ou não pelo contato com o frei Monte Alverne, um dos principais oradores do Império, tido até mesmo como um “profeta nacional”⁵⁷ por Joaquim Nabuco, pelo tom proféticos de seus discursos, Magalhães seguiu para a Europa encontrando novos espaços para as discussões sobre o caráter nacional do Império Brasileiro que já haviam sido intensificadas com o 7 de abril, esperançoso e animado com as possibilidades do novo momento.

1.2 A política como infernal comédia, o *Jornal de Debates*

E o tal meu poetinha!... esse menino
Não tem papas na língua, é um corisco,
Que é mais fácil morrer do que curvar-se;

⁵⁶ *Idem*, p. 398.

⁵⁷ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier. 1897. (tomo 1). p. 11.

E me causa terror! – Que diabrura!
Ora vamos que dê-lhe na cabeça
De escrever uma Sátira! Que coisa!
Já estou ardendo só com esta ideia!
Mas que venha o menino! Eu tenho cartas,
Que me dizem que eu posso suspendê-lo.
Pois bem, eu quero ver qual de nós vence!
O tal meu poetinha, e o secretário,
Não se querem curvar! Que coitadinhos!
Inda a força da intriga não conhecem!
Cuidam que no Brasil vale o talento,
Ou virtude, ou razão! Vejão que estúrdios!
Eu não posso sofrer homens que estudam.
Ei de vingar-me: dê-me em baldas certas,
Que eu saberei curvá-lo; - sou Ministro,
E um ministro merece a confiança,
Mais do que um adido, do governo,
Que como por seu lado também peca,
Pelo lado mais fraco sempre corta.

Episódio da Infernal Comédia, 1836.

O ano de 1836 seria bastante movimentado para Magalhães, com a publicação de duas obras em Paris – a *Revista Niterói* e a obra *Suspiros Poéticos e Saudades* -, enquanto o literato terminava a produção de sua primeira peça de teatro – *Antonio José ou o Poeta e a Inquisição* - e continuava a escrever a epopeia nacional, com o objetivo de expressar a poesia “própria, natural e Brasileira”, através da temática indianista, cuja inspiração fora originada do conflito entre os índios tamoios e os portugueses no século XVI.⁵⁸

Este conjunto de obras importantes fez parte do processo da “busca pela emancipação literária brasileira”, e tangenciam, de alguma forma, as especificidades nacionais, apresentando novas concepções para a literatura e para a História do Brasil, e são, portanto, as obras mais lembradas pelos estudiosos que apresentam como proposta de reflexão o entendimento das características do início do Romantismo brasileiro.

Entretanto, outra obra foi escrita por Magalhães e publicada neste mesmo ano de 1836 e curiosamente é ignorada por muitos estudiosos do tema. Trata-se do *Episódio da Infernal Comédia*, uma obra escrita na dinâmica dos acontecimentos vivenciados neste mesmo período do início do Romantismo, e que foi impressa sem maiores revisões, a considerar o desenvolvimento das ações apresentadas em seu enredo e na imediata publicação na França, e posterior circulação no Brasil.

⁵⁸ A ideia inicial e os primeiros versos da epopeia foram relatados em uma carta de Magalhães publicada nas páginas do *Jornal Correio Oficial*, edição 51, tomo II, em 30 de agosto de 1834.

Pode-se indagar que determinadas características da obra, como o fato de ter sido publicada sem autoria e por aparentemente aproximar-se mais de um escrito cuja temática seria a ação política circunstanciada do que um denso trabalho literário, corroboraram para a pouca atenção destinada à sua análise. Mas, apesar da falta de reflexão sobre a obra, não é absurdo indicar que o *Episódio* tenha sido a publicação que repercutido mais diretamente no debate público da época.

O intenso debate contemporâneo, sobretudo nos jornais brasileiros após o conhecimento da publicação, está obviamente relacionado com as divergências políticas existentes nas entrelinhas do *Episódio*, e a análise desta especificidade pode nos ajudar a refletir sobre o contexto do movimento romântico e, conseqüentemente, do próprio processo que buscava a independência literária brasileira, relacionando a produção dos textos com as circunstâncias encontradas pelos sujeitos neste período. O *Episódio da Infernal Comédia* faz parte deste momento de discussões sobre a formação nacional e da busca pelo desenvolvimento progressivo do país, equiparando-se, dessa forma, com as outras produções do período, mas que apresenta, sobretudo, como característica mais evidenciada, as discussões políticas e administrativas contemporâneas do Brasil. Atentemo-nos então ao enredo do “infernai poema”, como foi adjetivado por alguns jornais brasileiros, para compreender os seus objetivos iniciais e a repercussão de sua publicação, que fora realizada em formato de livro de bolso, facilitando ainda mais a sua circulação.

“Esta obra não tem autor”, informa as primeiras páginas aos seus leitores, e continua que “aquele que a lança no mundo não é mais que um taquígrafo que a apanhou durante seu desenvolvimento” e aproveitou-se para registrar fatos contemporâneos para a posteridade, que representava importantes acontecimentos históricos, pontuando ainda que a “comédia não é Clássica nem Romântica, é verdadeira”⁵⁹.

Com o discurso de denúncia para evitar que os maus costumes se estabelecessem definitivamente na sociedade brasileira, a obra é apresentada como uma importante contribuição para a conservação e o desenvolvimento do Império Brasileiro, diante de um “plano em execução ativa” que ameaçava a construção da nação recém-independente na América. Portanto, no *Episódio da Infernal Comédia*:

“vereis os homens mudarem de vestes como lagartas, serem borboletas volúveis, tomarem a cor da planta que as nutre; serem transitórios de águia a verme, coroarem-se de astros, e

⁵⁹ *Episódio da Infernal Comédia ou minha viagem ao Inferno*. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin. 1836. p. 23.

mergulharem-se no lodo; nela verei o Tesouro Nacional servindo de pia batismal com seus cofres onde os *padrinhos* só lá conduzem os *afilhados*, e lavam-lhes as manchas do pecado original com bons empregos, e bons ordenados; pia que satisfaz a sede da ociosidade, água que purifica as mazelas da estupidez; água que, depois de lavar mil almas empestadas, é derramada sobre o solo do Brasil, e desenvolve os miasmas que geram a febre anárquica, e corrompem a população, destruindo a esperança de amanhã, e colocando o cidadão na incerteza de sua carreira, fazendo-o egoísta a força: enfim esta obra mostra o plano em execução ativa, de como se desgosta todo o mundo, dando pouca atenção ao mérito, e a moral, e como se consolidam os elementos que tendem de um vórtice a destruir para sempre um Império, que podia em curto espaço brilhar na terra, pelas artes, e pelo gênio de seus habitantes.”⁶⁰

A narrativa do *Episódio* é construída a partir de cenas extravagantes e fantasiosas, numa relação complexa que coloca o leitor em um labirinto, no qual é necessário compreender quais seriam os fatos originários da imaginação (ficção) e o que pretendia corresponder à realidade (História). Para orientar melhor os leitores, foram inclusive colocadas no final da obra algumas notas indicando quais trechos não eram frutos da invenção corriqueira da arte poética. Assim, nas últimas páginas reforça-se a ideia de que na obra, “tudo é muito real e perfeitamente assim como aconteceu”⁶¹.

Apesar da pretensão à realidade, o início do *Episódio da Infernal Comédia* é bastante quimérico. A narrativa inicia com a viagem de um homem ao inferno, através de um sonho, que chegando ao seu local de destino encontra vários diabos, e cada um destes seres representa uma nação, pois “tudo no inferno está bem repartido, cada nação tem seus representantes”⁶². Diante deste cenário, o viajante conhece o representante da nação brasileira, que expõe as mazelas do mundo, especialmente as que correspondem ao Império brasileiro. Dentre os males apresentados pelo diabo, um em especial chamou a atenção do aventureiro: “a vida de um diplomata brasileiro, acompanhada de um retrato fiel.”⁶³

O viajante acha bastante inusitado o retrato assombroso do Diplomata em questão e, diante de tamanha hesitação, duvidaria que as características físicas e de personalidade correspondessem à realidade, imaginando que certamente a descrição de tal figura poderia

⁶⁰ *Idem.* p. 17-18. (grifo no original).

⁶¹ *Idem.* p. 95.

⁶² *Idem.* p. 32.

⁶³ *Idem.* p. 36.

ser concebida somente no enredo de uma sátira. Então, o diabo “brasileiro” confirma que o retrato representava de forma positiva uma realidade terrível e começa a relatar com detalhes a vida e as ações do Diplomata. Apresenta a figura de um homem que não estudava, que estava matriculado na Academia da Marinha, mas “era seu maior prazer jogar a bola”. Também gostava muito de vinhos, e “de tanto beber ficou demente”⁶⁴. E quando foi nomeado para o cargo de diplomata brasileiro em Paris agiu desonestamente em vários casos, recebendo dinheiro e não prestando serviços à nação, enganando desta forma a todos e agindo intencionalmente de maneira arbitrária. Estas últimas acusações mereceram as indicações das notas “históricas” colocadas no final da publicação e causou indignação em um dos personagens da sátira, o empregado do diplomata, que diante de tantos erros cometidos pelo diplomata indagava-se sobre qual país dera origem aquele homem completamente desorientado: “Que nação o nomeou (?);/ Que gente será aquela;/ que para cá isto mandou!”⁶⁵.

A disposição dos acontecimentos e as avaliações feitas pelos próprios personagens do *Episódio* colocavam em evidência a ideia de que as ações individuais desenvolvidas por homens que ocupavam cargos representativos do Estado poderiam influir na imagem que o Império Brasileiro pretendia transmitir. A falta de preparo, de discernimento, a arbitrariedade e até mesmo o forte desequilíbrio mental do diplomata influenciava no novo imaginário que deveria ser construído com cuidado logo após a independência e também se traduzia em péssimo exemplo para a própria sociedade brasileira. “Eis o vero retrato do *Touminho*”⁶⁶. Ou melhor, do “*Lixo Touminho*” como fora denominado o diplomata em outra oportunidade da obra.

Inspirado no Inferno da *Divina Comédia* de Dante Alighieri, o *Episódio* tem como alvo da sátira o ministro plenipotenciário de Paris, o Sr. Luiz Moutinho de Lima Alvares e Silva, com o qual Magalhães havia tido um desentendimento, enquanto o último ocupava o cargo de adido da legação brasileira em Paris e teve seu desligamento do cargo. Torres Homem que era secretário da legação também foi demitido no mesmo período que o amigo. O orçamento e a manutenção da vida em Paris dos dois jovens que já não eram muito confortáveis ficariam ainda piores, e Magalhães e Torres Homem teriam que retornar para o Brasil, interrompendo os projetos iniciados em Paris, que incluía a produção da própria *Revista Nitheroy*, pois segundo Magalhães, o investimento feito para

⁶⁴ *Idem.* p. 48-49.

⁶⁵ *Idem.* p. 77.

⁶⁶ *Idem.* p. P. 87-88.

a publicação da revista era retirado de “módico ordenado” como adido.⁶⁷ No segundo e último volume da *Nitheroy* também é colocada na “observação final”, escrita provavelmente por Araújo Porto Alegre, que a publicação da revista seria interrompida, por “motivos superiores, independentes dos seus redatores”, e que “não podendo tão árdua tarefa ser sustentada por uma só pessoa” era impossível continuar a publicação.⁶⁸

Araújo Porto Alegre registraria posteriormente sua visão sobre o desligamento de Magalhães e Torres Homem da diplomacia, indicando que os dois amigos teriam tido a iniciativa de pedirem demissão dos cargos, pois preferiam qualquer situação a “suportarem o caráter sombrio, trêfego e versátil do conselheiro Moutinho, chefe da Legação Francesa”.⁶⁹ Entretanto, outra versão foi apresentada por Magalhães, em 1838, após o seu retorno para o Brasil, ao publicar uma carta no *Jornal dos Debates* escrita para Moutinho na ocasião de sua demissão, na qual o poeta interroga Moutinho sobre as motivações que levaram o seu afastamento de cargo de adido, pois até então não havia recebido nenhuma justificativa. Além disso, na carta impressa no jornal, são apresentados os fatos ocorridos na França, nas quais Moutinho esteve envolvido e que também são representados no *Episódio* com objetivo de ressaltar a eficiência das ações de Magalhães e de Salles Homem como encarregados do governo e que não mereciam o desligamento do cargo, pois haviam realizado todas as ações possíveis para assegurar uma boa imagem da nação brasileira na França.⁷⁰

Nesta mesma carta é apresentada também a versão da resposta dada por Moutinho que, segundo o próprio Magalhães, não expressou formalidade alguma para o seu afastamento, alegando já ter apresentado “bocalmente” as razões para a demissão. Não fica evidente na publicação desta carta a motivação para o afastamento de Magalhães e de Torres Homem. Apesar do debate relativamente constante a respeito do tema, Luiz Moutinho não se manifestaria nos jornais sobre este acontecimento e apenas notificaria que tinha conhecimento da real identidade dos autores da sátira e que iria puni-los o mais breve possível⁷¹.

⁶⁷ *Jornal Pharol do Império*, 15 de junho de 1837.

⁶⁸ *Revista Nitheroy. Op. cit.* p. 261. Nesta nota existe ainda o agradecimento, realizado em nome dos redatores, para o comerciante brasileiro Manoel Moreira Neves pelo incentivo dado para a publicação da Revista.

⁶⁹ PORTO-ALEGRE, Araújo, “Apontamentos biográficos” (1858). In: KOVENSKEY, Julia; SQUEGG, Letícia (org.). *Araújo Porto-Alegre: Singular & Plural*. São Paulo: IMS, 2014. p. 346.

⁷⁰ *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, 1 de fevereiro de 1838. A carta de Magalhães para Moutinho é de 5 de maio de 1835 e entre os assuntos citados, está o duelo de pistola proposto por Moutinho ao então adido, Francisco de Paula Ferreira de Amorim, que é representado no *Episódio* como uma ação autoritária do chefe da Legação Francesa, que ocasionou a demissão de Amorim.

⁷¹ *Jornal Chronista*, 2 de agosto de 1837.

Mas, em correspondência oficial com o ministério das relações exteriores, na ocasião da demissão de Magalhães e Torres Homem, Luiz Moutinho apresentava seu descontentamento com os membros da secretaria, em especial com Magalhães, argumentando que existia uma “falta de cooperação da Secretaria”, e continua que:

... Por maior que seja a minha repugnância em usar as personalidades, experimento a necessidade como homem público de prevenir V. Exa. que o Sr. Torres, Secretário Interino e um jovem adido chamado Magalhães, que apenas agora começam a sua carreira, a incitam de uma maneira que não os pode acreditar. Pertencem, principalmente o segundo, a uma escola moderna que confesso não foi a minha, para a qual a subordinação é um servilismo, a civilidade uma adulação e a oposição feita aos superiores uma virtude liberal e um feito tão glorioso que se procura obter a torto e a direito.... Mas o resultado desta prudência provocou um resultado contrário a meus desejos e sendo cada vez mais provocados vejo que não terei outro remédio senão dar conta de tudo a V. Exa. e suspender de suas funções esses dois empregados aos menos o Adido Magalhães, antes que o contágio ganhe toda a Secretaria, ou resultem casos cuja responsabilidade se torne mais grave.⁷²

Neste documento, escrito em 29 de fevereiro de 1836, é possível observar a reclamação de Moutinho sobre o secretário Torres Homem e especialmente com o jovem adido Magalhães. Torres Homem desde que chegara à França exercia cargos diplomáticos. Em 1833 tinha sido nomeado adido da Legação Brasileira em Paris não somente para iniciar uma carreira diplomática, mas com a responsabilidade de dedicar-se aos estudos para a “*utilidade do nosso país*”, aprendendo sobre o método de ensino Lancasteriano e também, comprometendo-se a prestar serviços significativos para a nação, auxiliando na produção da imagem positiva e “real” do Império Brasileiro no exterior. Entre suas funções, Torres Homem deveria “*escrever artigos a favor do Governo*, em alguns dos periódicos mais acreditados de Paris.” Esta era a instrução indicada para Torres Homem por Bento da Silva Lisboa, 2º. Visconde de Cairu, oficial maior e secretário do ministério das relações exteriores do Brasil no ano de 1833, que foi impressa nas páginas do jornal *Correio Oficial* e constituiu em mais um argumento para atacar o grupo da Niterói no debate público, acusando Torres Homem de ser nomeado

⁷² Ofício do dia 29 de fevereiro de 1836, enviado por Luiz Moutinho para o Ministro Alves Branco. Arquivo do Itamaraty. Apud. PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre. Um estudo da Revista Niterói, 1836*. Campinas/Unicamp: Tese de doutorado. 1996. p. 104-105.

apenas para posicionar-se favoravelmente às ações do governo Imperial enquanto estivesse no exterior.⁷³

Sobre os outros homens empregados na diplomacia brasileira na França, sabe-se que Moutinho foi nomeado chefe da Legação em 1834, no lugar de José Joaquim da Rocha, que havia sido transferido para Roma, enquanto, Magalhães assumiria o cargo de adido apenas em 1835. Conforme os relatos existentes na correspondência pessoal entre Magalhães e o frei Monte Alverne, é possível identificar que a estadia de Magalhães na Europa era subsidiada pela pensão que o poeta recebia de uma família brasileira para orientar e supervisionar os estudos do jovem Alexandre Pinheiro, que estava sob seus cuidados. Depois de um desentendimento entre Magalhães e Pinheiro, a pensão seria suspensa e Magalhães passou então a ser auxiliado financeiramente pelo pai residente no Brasil – Pedro Gonçalves de Magalhães Chave - e pelos amigos Porto Alegre e José Joaquim Rocha.⁷⁴ O ordenado de adido representaria uma contribuição considerável no orçamento do poeta.

Com base nestas informações, a demissão de Magalhães e Torres Homem originou uma tensão entre estes homens e pode ter motivado a escrita da sátira sobre Moutinho. Seguramente, a obra não deveria ser interpretada pelo público como um simples ataque pessoal, e, portanto, o *Episódio* foi escrito com a proposta de apresentar a relação entre as questões particulares de um representante da nação e o processo de construção da imagem do Império brasileiro que tinha como público alvo a sociedade brasileira, mas também os leitores da França, pois segundo o argumento de Magalhães no jornal *Pharol do Império*, a obra era conhecida pela sociedade francesa, pois a legislação na França incentivava a doação de exemplares de obras publicadas no país para as bibliotecas públicas, e, além disso, o rei francês – Luís Filipe I – tinha familiaridade com o idioma português.⁷⁵ O conjunto das características para a elaboração da obra e as informações sobre a sua circulação, acrescentavam à publicação aspectos que chamariam a atenção dos críticos que tinham no mesmo período acesso às outras obras e reflexões

⁷³ Jornal *Correio Oficial*, edição 18, volume 2, 21 de julho de 1837. Grifo no original. Assinado por Bento da Silva Lisboa em 3 de maio de 1833.

⁷⁴ Sobre a relação entre o jovem Pinheiro e Magalhães e o desentendimento ocorrido entre os dois, ver principalmente a carta de 15 de janeiro de 1835, na qual Magalhães explica a sua precária situação financeira para Monte Alverne: “O padre mestre me aconselha que eu tome aqui um título acadêmico, e diz que para o mundo isto é necessário, seja; fácil me seria obedecer-lhe nesse ponto se me não faltasse dinheiro até para as primeiras necessidades da vida, que moro, e como em casa, do nosso Ministro, o Sr. Rocha, o mais o meu caro amigo Araújo me fornece, pois que eu deixei a pensão do Sr. Pinheiro, por motivos de honra, que prezo mais que tudo, e nem podia obrar doutro jeito”. LOPES, Roberto (org.). *Cartas a Monte Alverne. Op. cit.* p. 42.

⁷⁵ Carta de Magalhães publicada no jornal *Pharol do Império* em 15 de junho de 1837.

produzidas pelo grupo de brasileiros em Paris. Entretanto, o *Episódio* é que foi transformado no estopim para o início do debate nos jornais do Rio de Janeiro sobre a responsabilidade dos homens de letras no processo de construção da nação e sobre o comportamento dos brasileiros ao ocuparem cargos representativos da organização do Estado.

Além disso, é importante observar a existência da crítica feita sobre as mudanças políticas que ocorriam no Brasil, caracterizada como uma “época de transições rápidas, em que se opera em uma semana o que se opera num século na casa dos outros”⁷⁶ e a representação de como isso refletia de maneira negativa nas nomeações realizadas para os cargos diplomáticos. Por isso, a ideia inicial era apresentar uma obra que denunciasse os “homens que mudam como borboletas volúveis”, expressão inserida logo no início da obra, fazendo referência à habilidade dos diplomatas de se moldarem aos novos governos, realizando o jogo do grupo que estava no poder, pois quem não se alinhava com as ideias políticas do momento corria o risco de sofrer injustiças, conforme o *Episódio* apontava que havia ocorrido com os empregados da Secretaria dos Negócios Estrangeiros na França. Sobre a perspicácia dos homens que representavam a nação brasileira, observa que:

... os diplomatas Brasileiros, que todas as vezes que entre novo Ministro, o que se vê todos os seis meses, põem-se em ordem de marcha, esperando o infausto Pacote, onde vem os novos afilhados; e inda bom é quando o Ministro ordena que a seringa do Thesouro lhes preste uma ajuda de custo para com honra evacuarem a terra onde não tem pai nem mãe; por que às vezes acontece o contrário, e por honra, e dignidade da nação os abandonam em terras estranhas a todo o gênero de provações, comprando uma fingida economia com o descrédito nacional, verdadeira hipocrisia de administração, que tende a mascarar o jogo do vai vem da proteção⁷⁷.

Ao apresentar esta concepção a respeito do jogo político, a narrativa do *Episódio* é também representativa para pensarmos sobre a ideia da permanência de hábitos e questões que ainda resistiam na administração política do país, mesmo após a renovação dos ideais de liberdade vivenciados após a abdicação. A trajetória de Moutinho também expressa esta ideia, pois como nos conta o diabo (representante da nação brasileira na sátira), Moutinho já havia ocupado um cargo público sem apresentar as qualificações

⁷⁶ *Episódio da Infernal Comédia*. Op. Cit., p. 23.

⁷⁷ *Idem*, p. 26.

necessárias para as funções, ao ter sido secretário particular de José Bonifácio⁷⁸ prestando serviços de amanuense logo após a Independência:

Era o tempo da nossa Independência
Em que certa família dominava,
E, como hoje se faz, por influência
D’algum patrono, tudo se alcançava.
Do nosso herói não foi baldada a agência,
E como patriota se enculcava,
Alegando ser *Jovem Fluminense*,
Pode um lugar obter de amanuense.⁷⁹

Tantos assuntos apresentados na sátira iriam constituir elementos importantes para os debates nos jornais da corte, que teve início principalmente com o retorno do grupo da Niterói ao Brasil e com a fundação de um novo jornal na corte pelo grupo, o *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, em maio de 1837. Assim, no primeiro mês de publicação, podemos encontrar um artigo destinado à análise de aspectos sobre a atual “Diplomacia Brasileira”, que não apresentava ataques dirigidos à figura de Luiz Moutinho, mas que realizava uma apreciação geral do quadro de representantes da nação e do ministério das relações exteriores, indicando a ocorrência de falhas nas nomeações dos diplomatas e ressaltando a necessidade do governo em atentar-se mais especificamente sobre as escolhas diplomáticas, pois “os homens não são só representantes de ideias públicas, eles representam também a moral, a virtude, e os talentos da nação.”

O artigo destacava ainda como alvo principal de crítica no interior deste quadro, o novo ministro do Império e da Justiça, Manuel Alves Branco, que havia sido nomeado no último gabinete organizado na regência de Diogo Feijó. Argumentando contra a indicação do novo ministro, o jornal faz um alerta sobre a ação administrativa de Alves Branco, quando este havia sido Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1835, expondo que sob as ordens de Alves Branco ocorreram mudanças significativas que causaram prejuízos nas despesas públicas e também na qualidade de representação brasileira e “si o atual Ministério deseja[va] merecer alguma estima pública cumpre não rodear-se de homens que o degradem”.⁸⁰

Poucos dias após este artigo, o jornal continuava a desenvolver o tema sobre a diplomacia, mas dessa vez, construindo um argumento dirigido contra Moutinho ao citar

⁷⁸ A informação biográfica de Moutinho foi encontrada em BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. 5º. Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p. 441.

⁷⁹ *Episódio da Infernal Comédia*. Op. Cit., p. 52. (grifo no original).

⁸⁰ *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, 27 de maio de 1837.

a publicação do jornal francês *National* que apresenta o impacto da circulação do *Episódio da Infernal Comédia* na França. Nesta publicação, o *Jornal dos Debates* aproveitou para destacar o desgaste da imagem do Império brasileiro na Europa, pois após o conhecimento das denúncias contidas na obra, sobre as falhas na atuação do chefe da legação Brasileira na França, o jornal francês expressava a imagem negativa do Império brasileiro, acrescentando inclusive uma informação alheia às questões diplomáticas, ao mencionar que o governo brasileiro falhava na contenção da Farroupilha, um “presságio de outros movimentos análogos em todo o Império”. O *Jornal dos Debates* reforçava a ideia de inatividade do governo sobre estes casos e aproveita a oportunidade para destacar que mesmo com a denúncia contida no *Episódio* as autoridades responsáveis pela administração dos negócios estrangeiros ainda não haviam promovido nenhuma ação punitiva contra Moutinho, criticando mais uma vez o ministério de Diogo Feijó:

... Não sabemos porque o nosso governo não se tem mostrado mais zeloso da honra nacional, e de sua própria dignidade, pondo um termo a esta fonte de descrédito para o Brasil. A demissão do nosso Enviado, que o jornal francês supõe ser consequência da tal publicação, não tem tido lugar até hoje. Não podemos crer que o governo faça consistir seu poderio em sustentar um empregado a despeito do decoro do Brasil.⁸¹

Este artigo que trata diretamente sobre a escrita do *Episódio* e da repercussão da imagem negativa do Brasil através do conhecimento desta obra iniciou uma série de debates em outros jornais da corte, como o *Pharol do Império*, o *Jornal do Comércio*, *O Parlamentar* e o *Chronista*, sobre a representação da obra e de sua verdadeira autoria. Os jornais, em sua maioria, apresentavam-se favoráveis as ações de Moutinho e criticavam a obra, indicando que esta foi escrita através da parceria entre Magalhães e Porto Alegre que pretendiam apenas difamar a figura de Moutinho e deveria ser lida e compreendida a partir dessa informação. O *Pharol do Império* destacou que os serviços prestados pelo ministro plenipotenciário do Brasil na França não deveriam ser esquecidos por causa da circulação da “maldita comédia” e que as injúrias sofridas não afetaram a imagem do diplomata e menos ainda representava o descrédito do Império brasileiro, pois

... A Corte de França suponho que nem conhecimento terá desse libelo difamatório, e, se souber dele, dar-lhe-á o valor que todos lhe tem dado: *libelos anônimos não tiram consideração a ninguém, e só servem para descrédito de seus autores, quando conhecidos*. Em que pois se fundam as declamações desses sacerdotes do Palais- Royal contra o Sr. Luiz Moutinho? Na raiva,

⁸¹ *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, 7 de junho de 1837.

no desejo de vingar-se por não querer ele ser servo humilíssimo de uns impostores, que pertencem a escola moderna, para a qual a obediência aos superiores é um servilismo, a política, e a civilidade uma adulação.⁸²

O próprio *Pharol do Império* publicaria as cartas escritas por Magalhães e Porto Alegre contendo as respostas para as acusações do jornal. O pintor foi o primeiro a rebater as críticas, argumentando que pertencia à “Escola Moderna”, pois partilhava das ideias do seu século, mas que nunca havia escrito nada sem que assumisse a autoria, e que não tinha o costume de se esconder “na escuridão do anônimo.”⁸³

O outro alvo do jornal, Magalhães, também escreveria para o público do *Pharol do Império* expressando seu posicionamento diante das críticas. Entretanto, diferentemente do amigo, o poeta não negaria completamente a autoria do *Episódio*. Rebateria apenas as acusações de que teria procurado diversão no velho continente, apresentando que o esforço de desenvolvimento literário realizado por ele e por Porto Alegre produziram comentários lisonjeiros de literatos de vários países europeus sobre a nação brasileira, e acrescentando ainda que a caracterização de suas ações como atos de divertimento teriam resultado em “mais glória e civilização para o País, do que de todo o *invisível* trabalho do nosso *invisível* detrator”.⁸⁴

No final da carta, apesar de não assumir enfaticamente a autoria da obra, Magalhães indica que a composição do *Episódio da Infernal Comédia* correspondia à realidade e aproveita a ocasião para defendê-la:

... Conhecemos o *Episódio da Infernal Comédia*, poema impresso em Paris sobre o Sr. Moutinho; igualmente é ele conhecido por todos, que leem o Português; suspeita-se que somos nós os autores; afirma o Comunicado, que devemos mil finessas à aquele Sr., e que esse poema *contem torpes convícios e ficções estrambólicas*; se assim é, porque as não desmente o Ilustre Correspondente? Nós porém lemos nesse poema uma série de fatos, argumentos e provas, que só tem merecido calúnias e insultos aos supostos autores, tais como estas, que agora rebato, e nenhuma só refutação sobre ponto algum.⁸⁵

Na carta de Magalhães e em outros artigos do *Jornal dos debates políticos e Literários* é possível observar a articulação de argumentos utilizados na defesa do *Episódio* como uma publicação que representava simbolicamente a preocupação com a

⁸² Jornal *Pharol do Império*, 10 de junho de 1837. (grifo no original).

⁸³ Carta de Porto Alegre publicada no Jornal *Pharol do Império*, 14 de junho de 1837.

⁸⁴ Carta de Magalhães publicada no jornal *Pharol do Império*, 15 de junho de 1837. (grifo no original).

⁸⁵ *Idem*. (grifo no original).

nação diante das ações individuais que eram interpretadas como obstáculo a qualquer desenvolvimento do Império, e Luiz Moutinho fora representado como o agente contrário ao progresso nacional, que fazia parte do sistema de nomeações, e que havia se beneficiado das ações de Alves Branco quando este exerceu as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Portanto, o conhecimento da publicação da obra, movimentaria o campo de debates no Brasil sobre o desempenho dos homens em cargos expressivos, que no conjunto, constituíam a base administrativa da nação, e que deveriam agir de forma exemplar, colaborando para o alcance da concretização da independência política e também, naquele momento do início do Romantismo, na colaboração para a busca de símbolos nacionais que estava sendo realizada pelo grupo da Niterói na França e que fora interrompida com a demissão de Magalhães e Torres Homem.

Neste momento, era interessante também que a organização do Estado refletisse uma imagem positiva para a própria sociedade brasileira e para o exterior. Conforme nos indica a historiadora Wilma Peres Costa, esta última preocupação era uma marca das nações recém-independentes que buscavam alcançar o “estatuto de Nações” através da aproximação com os Estados europeus. A autora destaca que as relações entre a França e o Reino do Brasil foram estreitadas mesmo antes da Independência – em 1816 com a Missão Artística Francesa – e marcaram as particularidades para a construção da nova nação.⁸⁶

Por isso, o *Episódio* publicado na França e com circulação no Brasil era interpretado pelos jornais brasileiros como um poderoso instrumento que poderia creditar aspectos negativos no imaginário que deveria ser fabricado e ao mesmo tempo consolidado. De acordo com a orientação do secretário do ministério das relações exteriores do Brasil, em 1833, Bento da Silva Lisboa, a tarefa dos homens nomeados para os cargos diplomáticos era estabelecer vínculos com a Europa e auxiliar na construção de símbolos e discursos positivos sobre o Brasil, inclusive lançando-se no exercício da escrita em jornais e periódicos franceses, conforme foi orientado Torres Homem ao ser nomeado adido da nação brasileira na França.

A indicação realizada por Bento da Silva Lisboa não era gratuita, uma vez que a discussão sobre obras e artigos que apresentavam como temática os aspectos do Brasil

⁸⁶ COSTA, Wilma Peres. “Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos”. In: BASTOS, Elide; RIDENTE, Marcelo; ROLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

era realizada constantemente nos círculos intelectuais franceses. Conforme a pesquisa do historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães, as reflexões sobre o Brasil foram publicados com relativa frequência em revistas científicas francesas, como por exemplo, a *Revue des Deux Mondes*,⁸⁷ e os debates sobre as especificidades da nação brasileira foram intensificados na França principalmente depois da fundação do Instituto Histórico de Paris, no ano de 1834, que apresentava como objetivo inicial a expansão do ideário da “missão civilizadora” francesa para o mundo que deveria ser realizada durante o decorrer do século XIX, e que teve como resultado significativo o estreitamento das relações entre franceses e brasileiros.⁸⁸

Os brasileiros teriam presença expressiva nas atividades desenvolvidas nos primeiros anos do Instituto e contavam com o incentivo do secretário perpétuo e idealizador do instituto, Eugène Monglave, para a admissão de novos membros da nação brasileira. Considerado por Octávio Tarquínio de Sousa como “um brasileiro adotivo”⁸⁹, por demonstrar expressivo interesse pelos temas brasileiros, Monglave foi o maior responsável pela aceitação do grande número de representantes da nação brasileira no Instituto Histórico de Paris, e, segundo a historiadora Maria Alice de Oliveira Faria, o principal fundador do Instituto “acolheu com distinção tudo o que dizia respeito ao Brasil (e a Portugal)”, comentando livros e lecionando cursos sobre a literatura brasileira e portuguesa.⁹⁰

De acordo com os dados da pesquisa de Maria Alice de Oliveira Faria, no primeiro ano do IHP foram registrados os nomes de 13 brasileiros, dentre eles podemos identificar o grupo responsável pela publicação da *Revista Nytheroi* - Magalhães, Porto Alegre e Torres Homem. Também fazia parte do Instituto neste mesmo período, o diplomata Luiz Moutinho, admitido como membro residente, e o frei Monte Alverne, integrado como sócio correspondente. Portanto, durante os primeiros anos do IHP, a nação estrangeira com o maior número de membros na composição do quadro geral dos sócios era a

⁸⁷ A *Revue des Deux Mondes*, fundada em 1829, publicou textos com assuntos relacionados ao Império Brasileiro desde sua primeira edição. Entre os anos de 1829-1835 foram publicados 11 artigos que tinham como discussão temas do Brasil, apresentados escritos anônimos e também artigos de viajantes naturalistas franceses que estiveram no Brasil como Ferdinand Denis e Auguste de Saint-Hilaire. A respeito da especificidade de cada artigo e do conjunto de publicações sobre o Brasil na *Revue des Deux Mondes* ver: CAMARGO, Katia Aily Franco de. *A Revue des Deux Mondes: intermediária entre dois mundos*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.

⁸⁸ GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 99-114.

⁸⁹ SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Fatos e personagens em torno de um regime*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 122-129.

⁹⁰ FARIA, Maria Alice de Oliveira. “Os Brasileiros no Instituto Histórico de Paris”. *Op. Cit.* p. 106-107.

brasileira, e estes homens participaram “do movimento de fundação e de organização do Instituto”⁹¹, colaborando com trabalhos de pesquisa e debates sobre as características particulares do Brasil, que acrescentaria informações para a compreensão do lugar histórico ocupado pela nação recém-independente e auxiliariam na busca pela afirmação da independência cultural brasileira frente à Europa.

Acrescenta-se ainda que nas reuniões do IHP, assim como nas páginas da revista organizada pelo Instituto desde o primeiro ano de sua fundação – *Journal de l’Institut Historique*, e que a partir de 1840 passará a ser denominado de *L’Investigateur* –, apareciam comentários frequentes sobre trabalhos que tivessem como objeto de investigação os assuntos brasileiros.⁹² Outro exemplo do interesse dos franceses pelos trabalhos reflexivos realizados no Brasil é exposto por Magalhães em um artigo do *Jornal dos Debates*, que apresenta a apreciação realizada pelo naturalista M. Auguste de S. Hilaire durante uma sessão do IHP sobre a obra *Anais da província de São Pedro*, escrita por José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, e publicada no Brasil em 1819. Diz Hilaire no relatório impresso no *Jornal dos Debates*:

... Os brasileiros instruídos acham entre eles pouca animação; nós devemos recompensá-lo com as nossas simpatias; mostremos-lhes que, os amigos da ciência não possuem contra os filhos do Novo Mundo nenhum desses preconceitos, que tantas vezes se tem notado; formemos com ele laços de fraternidade, e felicitemos seus estudos com comunicações frequentes. Eles também tem bastantes coisas para nos comunicar! Assaz devemos já o Sr. José Feliciano; empenhemo-lo a continuar seus trabalhos sobre a geografia estatísticas, e história de seu país, enviemos-lhe agradecimentos, e que um lugar honroso se conceda a sua obra na biblioteca do Instituto.⁹³

Magalhães acrescentaria ainda o seu comentário no final do relatório lastimando a indicação de Hilaire de que os brasileiros encontravam “pouca animação” e conclui que “Mr. de S. Hilaire viajou pelo Brasil, ele nos conhece perfeitamente... mas um pensamento melancólico de nós se apodera: deixemos a pena”⁹⁴. Esta citação, mais uma vez, auxilia na compreensão do diálogo estabelecido entre as duas nações, que colaborou na elaboração da imagem do Brasil como “guardião da civilização europeia no Novo

⁹¹ *Idem.* p. 118.

⁹² *Idem.* p. 113-116.

⁹³ Relatório de Hilaire no *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, em 26 de julho de 1837.

⁹⁴ *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, em 26 de julho de 1837.

Mundo”, e que viria a ser ainda mais cristalizada com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, que tinha o Instituto Histórico de Paris como modelo.⁹⁵

Desta forma, os estudos que se propunham a refletir sobre as especificidades do Brasil não demoraram a serem formuladas pelos jovens brasileiros no IHP. Logo após a fundação do Instituto Histórico de Paris, Torres Homem, no dia 1 de julho de 1834, tem seu texto sobre a História das ciências no Brasil lido por Monglave na sessão das Ciências Sociais e Políticas, no qual o autor expõe veementemente que o atraso das ciências no Brasil era resultado “de um despotismo sistematicamente opressor”⁹⁶ exercido por Portugal durante mais de três séculos. No mesmo mês em que é apresentada a reflexão de Torres Homem, Araújo Porto Alegre elabora seu texto sobre o estado das belas artes no Brasil que também é lido por Monglave durante a seção da História das belas Artes, e, tem seu texto publicado no *Journal de l’Institut Historique*. Enquanto isso, no mesmo período, Magalhães indica que em breve realizaria o estudo sobre a literatura brasileira para os membros da classe da História das línguas e da Literatura, com o objetivo de apresentar que o Brasil tinha um terreno “fértil em produtos naturais”, assim como os seus talentos literários não eram raros.⁹⁷ No conjunto, estes estudos eram pensados na dinâmica de autoafirmação e reconhecimento do processo histórico característico do Brasil, incentivados pelas discussões e propostas originárias das discussões do IHP. Uma possível contribuição para estas discussões era apresentar textos, que na maioria das vezes expunham a perspectiva histórica para realizar uma análise contemporânea sobre determinado tema brasileiro. Para citar mais um exemplo deste tipo de produção, na ocasião da nomeação de Monte Alverne como membro residente do IHP, Magalhães solicitava que o frei enviasse os sermões que haviam sido publicados no Brasil e também para que realizasse um estudo sobre o estado da filosofia no país.⁹⁸

A produção destes trabalhos, as propostas e discussões realizadas pelos jovens brasileiros que participavam das seções do IHP, auxiliariam na elaboração da *Revista Nitheroy* em 1836. Exceto a colaboração do artigo de Monte Alverne, que não foi enviado para o IHP, apesar do pedido de Magalhães, as propostas e estudos realizados para as discussões do IHP seriam retomados para a produção da revista, que apresenta na nota introdutória a proposta de incentivar a reflexão sobre “todas as matérias” de maneira

⁹⁵ GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Op. Cit.* p. 110.

⁹⁶ Relatório de Monglave impresso no livro de DEBRET, Jean-Baptiste. *Op. cit.* (vol. 3) p. 98-99.

⁹⁷ *Idem.* p. 97.

⁹⁸ LOPES, Roberto (org.). *Cartas a Monte Alverne.* *Op. Cit.* p. 30.

prática e de rápido entendimento para que os leitores pudessem ter acesso a um trabalho condensado de “noções várias e precisas... que lhes economiza o trabalho de indagações, e o enojo de um longo estudo, colhendo numa hora o resultado de um ano de fadigas”⁹⁹.

Temas como escravidão, literatura, política, economia, educação, ciência e cultura, apareceram nos dois volumes publicados da revista e foram analisados, em sua maioria, a partir dos aspectos contemporâneos da sociedade brasileira, realizado à luz da compreensão do percurso histórico nacional, relacionado com o passado de exploração colonial, e por vezes, marcaram a independência política como o início de uma nova fase, que permitiu o contato com outras nações europeias, como a França.

O artigo de Magalhães, *Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil – estudo preliminar*, considerado o manifesto romântico brasileiro, apresenta esta interpretação sobre o passado brasileiro com relação ao desenvolvimento literário nacional. O autor ressalta que a experiência colonial impossibilitou a ascensão da literatura brasileira, que naturalmente seria grandiosa no Brasil. Magalhães destaca, inclusive, que as motivações para a independência política do Brasil foram inspiradas nos acontecimentos políticos ocorridos na França. Desta forma, a revolução francesa abalou todos os “tronos na Europa” e motivou a vinda da família real portuguesa para o Brasil que “deixou de ser colônia, e a categoria de Reino Irmão foi elevado” e o surgimento de novos ideais de liberdade, originados na França, não permitiu que o Brasil retornasse a ser novamente categorizado como colônia. Depois da Independência, segundo Magalhães, “o Brasil, que parece pautar suas ações e seguir as pegadas da Nação Francesa”, foi também inspirado pela queda do rei do trono francês em 1830 e o no ano de 1831 teria a abdicação de D. Pedro I.¹⁰⁰ E se no campo político a França inspirava os movimentos que aconteciam no Brasil, com relação ao desenvolvimento cultural não poderia ser muito diferente, e esse novo momento, de busca pela independência literária, ocorria no ambiente de discussão na França.

A publicação do primeiro volume da *Nitheroy* receberia os elogios do secretário Monglave no relatório lido na 2ª. classe do IHP, destinada à História das línguas e das literaturas, que ressaltava a importância das relações entre o desenvolvimento cultural brasileiro que vinha ocorrendo na França, especialmente dentro do IHP, com o recebimento dos jovens brasileiros que estavam vivendo o momento novo de reflexão

⁹⁹ Revista *Nitheroy*. Op. cit., p. 5-6.

¹⁰⁰ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”. *Revista Nitheroy*. Op. cit. p. 150-151.

sobre a nação depois da ruptura com Portugal. Monglave, expressou considerável orgulho pela edição da revista ter sido realizada quase em sua totalidade por jovens membros do IHP, e ao fazer referência ao artigo de Magalhães ressaltou a proposta inovadora da Revista, demarcando que a partir daquele momento novas ideias floresceriam na nação brasileira:

... Mais avec l'indépendance politique à lui l'indépendance littéraire; le Brésilien a secoué le jong imposé à son intelligence; il a voulu être lui-même, lui seul, et ses chants ne tar deront pas à visiter notre vieille Europe avec toutes leurs fleurs, tous leurs parfums, toutes leurs inspirations... Le desert est Franchi; M. de Magalhaens et ses amis guidents le peuplevers la terre promise.¹⁰¹

Portanto, o Grupo da Niterói estava se ambientando dentro do círculo de estudiosos franceses e a referência à França como o guia da civilização foi se estabelecendo, em conjunto com o ideal de missão civilizadora que ia sendo consolidado. Tudo parecia estar indo muito bem. Magalhães escrevia e publicada seus trabalhos na França, o grupo ganhava reconhecimento dentro do IHP. No entanto, a demissão de Magalhães e Torres Homem interromperia esse momento, e na visão dos jovens, a ação de Moutinho foi a causa da ruptura no processo de reconhecimento cultural da nação brasileira independente na França. Por isso, para os jovens da primeira geração romântica, a ação de Moutinho merecia ser denunciada, e fora através da ficção/realidade representada na sátira, que ressaltava que à frente do avanço da independência cultural persistiam os velhos entraves, com mandantes autoritários no Brasil e a permanência dos sistemas de apadrinhamento, que visavam apenas às vantagens políticas do grupo que estava ocupando o poder.

A sátira, que aparentemente não traz a reflexão sobre o tema nacional, está inserida no debate que abarca as outras questões sobre a nacionalidade brasileira e os possíveis caminhos para a jovem nação, assim como a escrita da *Revista da Nytherói*. Na organização da revista e nas discussões do IHP percebemos a existência da construção da narrativa do passado brasileiro que enfatiza o ideal de progresso e que muitas vezes destacava que os elementos naturais da nação eram importantes para o alinhamento do Brasil entre as nações civilizadas. Segundo o historiador Valdei Lopes de Araújo, neste momento, o Brasil “acertava seus ponteiros com a grande narrativa de progresso que embalava a Europa e na qual Portugal tropeçava”¹⁰².

¹⁰¹ *Revista Nitheroy. Op. cit. p. 7.*

¹⁰² ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo... Op. Cit. p. 127*

Nesta concepção, a valorização dos recursos naturais para a produção de talentos eram essenciais e na análise de Magalhães, “os brasileiros músicos e poetas nascer deviam”¹⁰³. Os índios tamoios eram um bom exemplo desta ideia, que foi utilizado pelo literato no *Ensaio*, pois seriam ótimos cantores e poetas, produtores de hinos de guerra belíssimos. Portanto, a natureza exuberante e ao talento natural dos brasileiros são elementos presentes nos textos relacionados à produção de uma literatura nacional, que também é aparente *Episódio da Infernal Comédia*, que tinha como objetivo denunciar “o plano de execução ativa”, e ameaçava destruir o Império Brasileiro, que, seguindo o seu curso natural, poderia “brilhar na terra pelas artes, e pelo gênio de seus habitantes.”¹⁰⁴

Entretanto, o ideal de progresso, que aparece nos artigos da *Revista Nytheroi* e nas discussões do IHP, foi colocado na sátira com sinal de alerta, pois a obra evidenciava o receio de que as “esperanças do amanhã”, que estavam florescendo, fossem perdidas se as ações arbitrárias e mesquinhas não cessassem de uma vez, o que já era esperado desde a renovação dos discursos sobre a liberdade que ocorreram no contexto da abdicação de Pedro I.

Após estas experiências e a interrupção dos trabalhos na França, Magalhães, Torres Homem e Porto Alegre retornariam em 1837 para o Brasil, e os projetos nacionais que visavam o incentivo e a concretização da independência literária continuariam. O cenário político também já era outro do que haviam deixado no início da década de 1830. A bandeira dos restaurados não existia desde 1834 com a morte de D. Pedro I e o Brasil havia passado por alterações institucionais importantes, com as mudanças judiciárias e legislativas. Os debates sobre a organização do Estado e discussões sobre a distribuição dos poderes eram intensos. Entretanto, um aspecto não mudaria: as disputas políticas continuariam a constituir palco para as reflexões culturais.

1.3 A História nos ensina a não desesperar

A regência de Diogo Antônio Feijó chegara ao fim em 19 setembro de 1837, que depois de dois anos de governo seria substituído pelo então ministro do Império, Pedro de Araújo Lima. Na ocasião da renúncia da regência, Feijó apresentou um manifesto na sessão da Câmara dos deputados, argumentando sobre a impossibilidade de permanecer como regente do Brasil e indicando a necessidade da ocupação do cargo por “outro

¹⁰³ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Ensaio sobre a Literatura...* Op. Cit. p. 155.

¹⁰⁴ *Episódio da Infernal Comédia...* Op. Cit. p. 18.

cidadão, que mais hábil, ou mais feliz merec[esse] as simpatias dos outros poderes políticos”¹⁰⁵.

De fato, as simpatias ao seu governo por parte “dos outros poderes políticos” não era unanimidade, sobretudo na Câmara dos deputados, local marcado pela forte oposição formada contra o padre regente e liderada pelo deputado da província de Minas Gerais, Bernardo Pereira de Vasconcelos, companheiro de Feijó nos anos iniciais da regência que havia saído das fileiras liberais para compor as bases da oposição, dando início ao chamado *Regresso* conservador.

As críticas da oposição organizada no Parlamento contra o governo de Feijó constituíam em dois eixos principais: 1) a ineficácia do governo frente às revoltas originadas a partir de 1835 – sobretudo a Cabanagem (Pará) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul); e, 2) os questionamentos relativos às implantações das reformas liberais aprovadas no início da regência, que eram utilizadas para o adensamento do debate sobre a centralização e descentralização dos poderes no Império.¹⁰⁶

As principais mudanças apresentadas após a subida de Araújo Lima, com a articulação política dos opositores parlamentares, na interpretação do panfletário do Império, Justiniano José da Rocha, foi que “começaram-se a fazer-se nos hábitos públicos, na linguagem oficial e nas leis as mais importantes modificações”¹⁰⁷ que visavam o fortalecimento do “elemento monárquico” contra a “oposição democrática”, intensificada após 1831. Um exemplo simbólico desta renovação realizada pelos conservadores ao assumir o poder, especialmente no que tange aos “hábitos públicos” apontada por Rocha, era a retomada da prática tradicional do beija-mão do Imperador, suspensa desde a abdicação, e retomada a partir de 1837 na ocasião da celebração da data cívica de 2 de dezembro, aniversário de D. Pedro II.

Nos discursos e debates políticos realizados nos jornais e no Parlamento o restabelecimento do ritual foi caracterizado pelos liberais como um ato que colaborava para a identificação do governo como retrógrado, apresentando mais esse elemento para a conformação do movimento dos conservadores com a denominação de *Regresso*. O beija-mão era visto como a retomada de um ato pertencente às práticas do Antigo Regime,

¹⁰⁵ *Annaes do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1837*. Coligidos por Jorge João Dodsworth. Rio de Janeiro: Tipografia de Viúva Pinto & Filho. 1887. t. 2. p. 547.

¹⁰⁶ BASILE, Marcello. “O Laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. *Op. Cit.* p. 85-86.

¹⁰⁷ ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da Atualidade política do Brasil” (1855). *Justiniano José da Rocha; estudo introdutório, notas e estabelecimentos do texto*: Tâmis Parron. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2016. p. 99.

que evidenciava “a tendência dos nobres ministros a restaurar... usos orientais” e apontava para o restabelecimento do “antigo despotismo” na monarquia brasileira, conforme discursou na Câmara, o deputado liberal da província de Minas Gerais, Teófilo Ottoni.¹⁰⁸

O fato é que as comemorações cívicas e os rituais constituíram elementos importantes para a conformação do ideário nacional, e que não foram inaugurados com o debate a respeito do início do movimento político caracterizado como *Regresso*. As festividades cívicas, segundo o historiador Marcello Basile, que ocorreram após a abdicação salvaguardaram aspectos interessantes para a reflexão dos valores nacionais que pretendiam ser criados, excluídos ou reafirmados. O autor exemplifica esta questão ao identificar o esforço dos deputados ainda no ano de 1831 para a elaboração de um novo calendário de manifestações cívicas que estabelecia as datas dos acontecimentos considerados importantes para a História da nova nação, estabelecendo os dias que deveriam ser rememorados ou esquecidos. Assim, o dia 12 de outubro, comemoração da aclamação de D. Pedro I como Imperador, seria retirado do calendário cívico nacional, enquanto outras duas datas eram acrescentadas aos festejos: o 7 de abril (abdicação) e o 2 de dezembro (nascimento de D. Pedro II). As datas de 25 de março (juramento da Constituição), 7 de setembro (Independência), 9 de maio (dia do Fico) e o 3 de maio (início da Assembleia Legislativa) foram mantidas para o novo calendário.¹⁰⁹

Foi durante a comemoração do natalício de Pedro II, em 1837, que o regente Araújo Lima realizou a retomada do beija-mão, caracterizado como símbolo do fortalecimento monárquico para Justiniano José da Rocha e de retrocesso político para Teófilo Ottoni. As comemorações cívicas e os acontecimentos ocorridos nas celebrações eram registrados e comentados pelos jornais da corte, que avaliavam o sentido político e histórico de cada data, atribuindo significados que poderiam variar, dependendo do posicionamento político do jornal.

Assim, durante a comemoração que ocorreu o restabelecimento do ato do beija-mão, a representação de uma peça de teatro iniciou o debate nos jornais sobre as características da composição literária e sobre o seu conteúdo político. A peça em questão, denominada *Prólogo Dramático*, foi escrita por Araújo Porto Alegre e mais uma vez temos como cenário de desenvolvimento das ações dos personagens a representação do inferno, configuração semelhante ao enredo do *Episódio da Infernal Comédia*. Desde

¹⁰⁸ Annaes do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1837. Op. cit. p. 76.

¹⁰⁹ BASILE, Marcello. “Festas cívicas na Corte regencial”. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, no. 36. Jul/dez 2006. p. 497.

modo, o *Prólogo* apresentava como temática a salvação do Império através da negação à sedução realizada pelo Satan que oferecia de forma positiva um governo de um déspota para o Império, que estaria “circulado de tantos outros déspotas”¹¹⁰.

O *Prólogo Dramático*, representado no principal teatro do Rio de Janeiro - Teatro Constitucional -, era composto por apenas um ato de encenação e três cenas, com quatro atores principais (Anjo da verdade; Brasil; Satan; e a Folia). Em suma, o enredo retratava o plano de Satan (diabo) em conquistar o Império Brasileiro para compor o quadro das nações onde reinava os males originários das desgraças do inferno, e a partir deste objetivo, propõe que a nação Brasileira invalidasse a constituição, esquecesse a sucessão do trono imperial e creditasse as esperanças em um déspota, deixando as partes do Império livres, desmembrando as províncias. Na tentativa de seduzir a jovem nação, “que começa[va], tão depressa a prosperar”¹¹¹, o diabo argumentava que as belezas e riquezas naturais não representariam aspectos positivos para a nação, assim como o ideal de liberdade representava a tirania, em um complexo argumento elaborado pelo diabo, que indicava o caminho para o abandono da monarquia e a submissão da jovem nação a um governo déspota.

No momento em que a proposta iria ser aceita pelo “Brasil” aparece em cena o “Anjo da verdade”, interpretado pelo ator João Caetano dos Santos, com as iniciais do jovem imperador Pedro II no peito e não deixa a nação brasileira aceitar a proposta de Satan, salvando o Império de cair na armadilha. A salvação do Império através de um anjo carregando as iniciais do jovem Pedro II é significativa e revela as intenções relacionadas com a celebração do natalício de Pedro II. Além disso, o enredo do *Prólogo* destaca a ideia de que a nação estava caminhando para a sua destruição e que fora salva pela reafirmação do poder monárquico, representado por Pedro II.

A primeira peça escrita por Porto Alegre foi bastante comentada pelos jornais da corte, ora criticada por sua composição ter causado espanto ao público, desconhecendo todas “as regras da razão, e os conselhos do bom gosto”¹¹², ora caracterizada como digna de elogios pelo seu caráter inovador e por apresentar uma “ideia toda nova e original.”¹¹³ Os jornais debatiam, sobretudo, a concepção de uma nova forma de representação teatral para aquele dia solene, pois a peça, que representava a nova escola literária dos jovens

¹¹⁰ PORTO ALEGRE, Araújo. *Prólogo Dramático*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. P. Brito. 1837.

¹¹¹ *Idem*, p. 5.

¹¹² Jornal *O Chronista*, 6 de dezembro de 1837. (grifo no original).

¹¹³ *Jornal do Commercio*, 5 de dezembro de 1837.

“afrancesados”, tinha elementos de linguagem que o público não estava muito acostumado, além do mais, apresentava como cenário o Inferno que já havia causado discussões anteriores devido ao *Episódio da Infernal Comédia*. O jornal *Chronista*, por exemplo, imaginou a situação de um homem do interior do Brasil que viesse para a corte do Rio de Janeiro e que fosse assistir a peça de Porto Alegre não compreenderia a composição e representação da proposta do teatro de Porto Alegre, além de sentir-se incomodado com o cenário do inferno.¹¹⁴

Entretanto, outro aspecto da peça foi observado, para além da sua qualidade literária, pelo jornal da corte *O Parlamentar*, editado pelo liberal Antônio Paulino Limpo de Abreu, cujo posicionamento político era contrário ao novo governo dos regressistas. O artigo do jornal produz a interpretação da peça de Porto Alegre, a partir dos debates que estavam ocorrendo no âmbito político, e expõe que a questão mais relevante da representação era a crítica realizada por Porto Alegre sobre o grupo dos regressistas que haviam subido ao poder sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Dizia, *O Parlamentar*:

No meu fraco entender o autor do tal prólogo dramático dos *diabretes assanhados* ferrou uma bem solene mangação no atual ministério Vasconcelico... Tomado este fio poderemos entrar no labirinto dessa composição infernal, fazendo as devidas aplicações sem darmos tortura ao pensamento. E se não decida o público se na pessoa de *Satan* não aparece logo a *Potestade Parlamentar*, hoje governativa, puxando o Brasil para o *Regresso* com todos os enredos a seu alcance? Não se conhece a sua hidrópica ambição de ouro e de mando, e o gênio de intriga, que tudo confunde para ir melhor a seus fins, ou para dar pasto à fome de desordens, que parece ser o único elemento de sua vida?¹¹⁵

O jornal concorda com a crítica ao regresso que julga estar presente no *Prólogo Dramático*, chamando a atenção para a ameaça da representação teatral se transformar em realidade caso não fosse consolidada a oposição ao novo governo. Outro jornal da corte que também apresentava críticas e desânimo com o gabinete de 19 de setembro, depois de uma rápida excitação com o novo governo, e que contava até o ano de 1837 com artigos de Magalhães, Torres Homem e do autor do *Prólogo Dramático*, Araújo Porto Alegre, era o *Jornal dos Debates*.

¹¹⁴ Jornal *O Chronista*, 13 de dezembro de 1837.

¹¹⁵ Jornal *O Parlamentar*, 16 de dezembro de 1837. (grifo no original).

A efêmera concordância de opiniões entre *O Parlamentar* e o *Jornal dos Debates* foi uma novidade nos debates da imprensa, pois constantemente os dois jornais apresentavam visões diferentes sobre a política. Durante o governo do Feijó, *O Parlamentar* escrevia artigos defendendo e legitimando as ações governistas, enquanto o *Jornal dos Debates* colocou-se ao lado oposição ao governo desde o seu primeiro número em 1837,¹¹⁶ inclusive, como vimos, no episódio do debate sobre a sátira de Moutinho, no qual aparecem as críticas às nomeações realizadas pelo regente. O *Jornal dos Debates* colocou no campo da posição até a queda de Feijó, quando passou então a creditar artigos favoráveis ao *Regresso*.

Em 20 de setembro, um dia após a renúncia de Feijó, o *Jornal dos Debates* apresentava-se esperançoso com a política que deveria ser realizada pelo novo gabinete, descrevendo que “enfim, o governo do Sr. Feijó já não existe; é momento de volta para as esperanças constitucionais do Brasil; possam os homens de boa fé reunir-se para superar as dificuldades, que ele nos deixou!”¹¹⁷. Semanas após a mudança do governo, o jornal ainda contribuiria para a formação da concepção de que o novo ministério deveria ser caracterizado positivamente com a expressão de “ministério das capacidades”, creditando expectativas em um cenário bastante incerto¹¹⁸. Entretanto, os artigos favoráveis ao gabinete liderado por Vasconcelos foram sendo cada vez mais escassos no final de 1837 e início do ano de 1838. “Todos mostram-se impotentes em governar o Brasil”, constatava o artigo do primeiro número do jornal no ano de 1838.¹¹⁹

A peça escrita por Porto Alegre fazia referência à política contemporânea, que no caso tinha como cenário as disputas entre liberais e conservadores no início do regresso, e apresentava também aspectos que colaboravam para a celebração da monarquia, assunto esperado para a festividade do natalício de Pedro II. Regresso, “salvação” do Império e consolidação da monarquia não estavam associados diretamente na peça de Porto Alegre, contrariando as interpretações históricas e políticas realizadas por homens do século XIX, que indicam que com a ascensão dos conservadores no final da década de 1830 a monarquia caminharia naturalmente para a sua concretização, assegurando a unidade territorial, conforme a explicação dada por Justiniano José da Rocha em seu panfleto escrito no final da década de 1850, que foi inclusive utilizada como base em outras

¹¹⁶ O reconhecimento do *Jornal dos Debates* como um periódico da oposição foi realizado pelo *O Chronista* ao analisar o início de sua circulação. In: *O Chronista*, 6 de maio de 1837.

¹¹⁷ *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, 20 de setembro de 1837.

¹¹⁸ *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, 4 de outubro de 1837.

¹¹⁹ *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, 11 de janeiro de 1838.

interpretações históricas posteriores, como a do monarquista Joaquim Nabuco em *Um estadista do Império*.¹²⁰

Araújo Porto Alegre não seria o único a escrever uma peça de teatro cuja abordagem tratava de debates políticos contemporâneos. Outros escritores de teatro, como Martins Pena, compunham peças que representavam temas relacionados ao cenário político e social do século XIX.¹²¹ Entretanto, em campo oposto, encontramos Gonçalves de Magalhães que também teve uma atuação importante no teatro brasileiro. Apesar de estar envolvido com os debates políticos brasileiros, posicionando-se, sobretudo através de artigos escritos no *Jornal dos Debates*, e com argumentos políticos próximos da opinião geral do jornal (colocando-se crítico ao governo de Feijó e depois apresentando entusiasmado com o regresso), Magalhães preferiu que suas peças teatrais refletissem sobre a política e a sociedade brasileira a partir dos exemplos históricos, que deveriam ser analisados como referências importantes para a compreensão da conjuntura política e auxiliaria na identificação de novos caminhos.

É a partir desta concepção que teremos a representação da primeira peça teatral de Magalhães no Brasil em 1838, *Antonio José ou o Poeta e a Inquisição*, escrita no período em que o poeta esteve em Bruxelas, no ano de 1836. A estreia de Magalhães no teatro foi considerada o marco inicial do teatro nacional e, o enredo da peça, não apresentava as disputas políticas e contemporâneas, como nas peças de Porto Alegre e Martins Pena, e no *Episódio da Infernal Comédia*, que analisamos anteriormente. Nenhuma personalidade envolvida nos debates políticos do presente, nenhuma discussão sobre a

¹²⁰ Importante ressaltarmos que na obra *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*, Joaquim Nabuco utiliza-se da periodização e da interpretação proposta por Justiniano José da Rocha, no panfleto *Ação; Reação e Transação: duas palavras acerca da atualidade política*. Este panfleto encontra-se dividido em cinco momentos (1822-31; 1831-36; 1836-40; 1840-52 e 1852-55), nos quais Justiniano José da Rocha faz um balanço da experiência parlamentar brasileira desde a Independência até 1855. Nabuco ainda indica que “para o estudo da evolução monárquica ler cada palavra desse opúsculo”. Assim, inspirado na leitura realizada por J. J. da Rocha, Joaquim Nabuco, traz uma importante colaboração para a consolidação da interpretação historiográfica de que a monarquia centralizada foi obra dos conservadores, através da “reação monárquica” do governo estabelecido com o “gabinete de 19 de setembro de 1837”. In: NABUCO, Joaquim, *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897. p. 40.

¹²¹ Martins Pena fez sua estreia no teatro brasileiro com a peça *O Juiz de Paz na Roça*, em 1838, e a partir desta representação foi considerado o precursor da comédia dos costumes no Brasil. Nesta peça, aparecem as discussões sobre as funções atribuídas ao cargo de juiz de paz, apresentando a crítica a respeito da falta de preparo dos homens para a ocupação deste cargo, cujos representantes eram eleitos localmente e não necessitavam de formação jurídica. A peça foi escrita em 1833, logo após a aprovação do Código do Processo Criminal em 1832, mas foi representada cinco anos mais tarde, em 1838, no momento de adensamento do debate sobre a ineficácia da implantação das ideias liberais, cuja figura do juiz de paz era recorrente no ataque que os conservadores realizavam para justificar a necessidade da bandeira da centralização política-administrativa. Outros temas polêmicos como a escravidão e o recrutamento forçado também estão presentes na peça de Martins Pena.

forma de administração política e administrativa foi criticada ou exaltada diretamente em *Antonio José*, cujo tema principal era o “herói nacional”, com o enfoque na idealização do homem das letras, e representava o martírio do teatrólogo judeu Antonio José no contexto de sua morte na fogueira, em um ato de Fé realizado pela Inquisição em Portugal.

Na trama, o personagem histórico de Antonio José é identificado como representante literário brasileiro, e na “Breve notícia” para a publicação da peça em 1839, Antonio José é apresentado como brasileiro, pelo fato do literato ter nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1705. Magalhães ainda pontua que o personagem principal da peça teria se mudado ainda muito jovem para Portugal, local onde estudou, produziu as peças de teatro e sofreu a perseguição inquisitória.¹²² Para destacar a nacionalidade brasileira de Antonio José, e legitimar a importância da obra, nesta nota introdutória, Magalhães lamentava a completa falta de conhecimento dos brasileiros pelos seus próprios heróis nacionais e dos grandes homens, e considerava lastimável “o esquecimento em que estão os nomes dos nossos ilustres antepassados; o desleixo com que tratamos os poucos escritores que nos dão glória, e a completa ignorância da nossa literatura.”¹²³

Na primeira vez em que a peça foi representada – 13 de março de 1838 no teatro Constitucional – o *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, que a partir do ano de 1838 não apresentaria mais artigos escritos por Magalhães e Porto Alegre – realizou a apreciação da estreia de Magalhães no teatro, elogiando-o, apesar de acrescentar que a peça ficou abaixo das expectativas criadas pelo público, que já conheciam a qualidade literária das outras obras do poeta. O jornal indicava ainda que o público não estava familiarizado com o personagem principal da tragédia e que desconheciam a verdadeira nacionalidade de Antonio José até o último ato da cena, quando o personagem menciona que possuía uma pequena herança de sua mãe, que havia trazido do Brasil no instante em que deixara “a pátria”¹²⁴. A ausência da referência à pátria brasileira durante praticamente toda a peça foi considerada pelo jornal “um defeito muito notável, sobretudo em um Poeta Brasileiro”¹²⁵.

¹²² Alguns artigos de jornais colocavam Antonio José como representante literário brasileiro. Ver: *O Chronista*, 20 de março de 1838 e *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, 8 de julho de 1837. Entendimento diferente sobre o “pertencimento” nacional de Antonio José apresentou o francês Ferdinand Wolf, no estudo sobre a Literatura Brasileira, apresentando que Antonio José é na verdade um “brasileiro de nascimento e pertence a Portugal por sua cultura e atividade”. In: Ferdinand Wolf. *O Brasil literário, (História da literatura brasileira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. p. 56.

¹²³ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Antonio José ou o poeta e a inquisição*. Tragédia. Rio de Janeiro: Paula Brito, 1839. p. III.

¹²⁴ Idem. p. 109.

¹²⁵ *Jornal dos debates políticos e literários*, 22 de março de 1838.

Outro aspecto importante destacado pelo jornal está relacionado com o 3º. ato da peça, quando Antonio José inicia um longo diálogo com o seu amigo, o conde de Ericeira, personagem também histórico, no qual aparecem as considerações dos personagens sobre a missão dos poetas e literatos, em geral, e a falta de reconhecimento aos homens das letras em Portugal, em particular. Segundo o jornal:

“A cena do 3º. ato entre o conde de Ericeira e A. José é admirável, apesar de longa. O diálogo é vivo, animado e natural. Ali se queixa o Poeta dos Portugueses, que não sabem dar o verdadeiro merecimento a quem o tem; dos lusitanos, que cansados de reminiscência de glória, e já antevendo a próxima ruína da Monarquia, desprezaram aquilo, que lhes podia dar ainda algum brilho.”¹²⁶

O diálogo era longo, como pontua o jornal, e a interpretação da peça realizada pelo redator do artigo pode nos auxiliar na compreensão da mensagem que Magalhães pretendia transmitir com a representação da tragédia vivida por Antonio José. São quase 10 páginas da conversa entre os dois amigos que está inserida na dinâmica relacionada à perseguição sofrida por Antonio José, mas que é exposta com a finalidade de apresentar os sofrimentos dos homens de letras em uma nação que não prezava pelo desenvolvimento cultural, colaborando para o aumento dos males sociais e políticos— corrupção, tirania - que afetavam, além dos próprios literatos, a nação em geral, que continuava na mais completa estagnação.

Assim, na obra, é exposta a discussão a respeito da importância da conscientização política e social, destacando que o povo necessitava sair dos tempos sombrios para o início de uma nova fase e que o caminho deveria ser guiado pelos poetas e filósofos, que, segundo o conde de Ericeira, sempre retiravam o melhor “de cada seita antiga”¹²⁷ e apresentavam ao povo os bons exemplos, indicando as possibilidades para o desenvolvimento nacional. E, nesta construção discursiva, o teatro era um espaço privilegiado para a transmissão do saber e da lição histórica elaborada pelos literatos. As peças cômicas, segundo o personagem Antonio José, colaboravam apenas para manter o atraso da nação portuguesa, pois para os governantes era agradável a ideia de que o povo continuasse apenas a se divertir, mantendo-se “cego”, “mudo”, desde que continuassem a pagar corretamente os seus impostos¹²⁸.

¹²⁶ *Jornal dos debates políticos e literários*, 22 de março de 1838.

¹²⁷ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Antonio José...*, *Op. cit.* p. 54.

¹²⁸ *Idem.* p. 56.

Afora estas ideias apresentadas pelos personagens da peça, o enredo de *Antonio José* representava, de forma trágica, o exemplo “histórico” de um poeta “brasileiro” que sofreu perseguições em Portugal, inclusive sendo levado à morte na fogueira. Magalhães, ao justificar a escrita da obra, colaborava, inclusive, para a caracterização do título de primeira peça como início do teatro “nacional”:

Desejando encetar minha carreira Dramática por um objeto nacional, nenhum me pareceu mais capaz de despertar as simpatias e paixões trágicas do que este: as desgraças de um homem de letras, de um poeta, que concorreu para a glória nacional, não podem deixar de excitar o interesse e amor, ao menos do nosso país; e tanto mais deve esta lição ser importante, quanto a miséria, e o abandono é o fim de quase todos os poetas portugueses e brasileiros. Queira o céu compadecer-se dos futuros engenhos, e animá-los nesta nobre empresa de civilização e de glória nacional, apesar da ingratidão e indiferença daqueles que podem, o devem, favorecer os nascentes gênios.¹²⁹

“Como vai Portugal! Que triste herança; receberam de nós os nossos filhos!”, lamentava o personagem Antonio José, que enfatizava ainda mais o caráter “nacional” da peça, apresentando a crítica à metrópole e a opressão exercida sob a colônia, representada pelo personagem de Antonio José. A indicação do descaso com relação ao desenvolvimento cultural já estava presente nas primeiras poesias de Magalhães produzidas no início do período regencial, assim como o esforço de Magalhães em estabelecer a continuidade literária com a tradição europeia entre os poetas portugueses e brasileiros, conforme pontuamos anteriormente. E estas duas concepções não caracterizam uma contradição na construção do imaginário nacional de Gonçalves de Magalhães, pois é notável o esforço do poeta em elaborar uma concepção de literatura brasileira em continuidade com a tradição europeia, ao tempo que isto deveria representar a identificação das peculiaridades de nossa literatura. Antonio José aparece, na escrita teatral de Magalhães, como um personagem representante destas duas características: um brasileiro que sofreu na metrópole portuguesa, mas que conseguiu se destacar ao produzir peças que apresentavam as particularidades de seu gênio, sem a necessidade de concorrer para a imitação de outros escritores, “desprezando todas as regras estabelecidas, e não atendendo senão ao estado do povo para quem escrevia”¹³⁰, conforme adverte Magalhães sobre Antonio José ao leitor da peça.

¹²⁹ *Idem*, p. III.

¹³⁰ *Idem*; p. II.

A missão do poeta é então apresentada como a de mestre guia, que extrai da história, ou de cada “seita”, as lições para o presente. Esse era o papel que Magalhães acreditava assumir ao escrever suas produções literárias, pautando-se em acontecimentos históricos para construir as peças teatrais, através do gênero da tragédia. Sobre Antonio José, o autor dizia que “as particularidades de sua vida são ignoradas; mas do silêncio da História se aproveita com vantagem a Poesia”, e, dessa forma, o autor utiliza-se do contexto histórico, mas não se coloca obrigatoriamente em concordância com a ordem exata dos acontecimentos.¹³¹ O que interessava na escrita do teatro de Magalhães não era a narrativa fidedigna do passado, mas a construção dos exemplos históricos para a conformação do ideário nacional no momento de busca pela unidade nacional.

A peça de Martins Pena, *O Juiz de paz na roça*, por exemplo, apresentava composição bastante diferente das peças de Magalhães. Martins Pena escrevia com linguagem mais próxima ao público, tangenciam assuntos polêmicos do final da década de 1830, conforme podemos destacar o interessante diálogo entre dois personagens da peça no contexto de recrutamento de homens para compor o grupo de combatentes na luta contra os Farrapos: Manoel João, lavrador, questionava o escrivão do juiz de paz sobre a necessidade de fazer parte do grupo que iria ser enviado à província do Rio Grande do Sul para defender a província do Império. O escrivão responde a Manoel João, que se recusava a alistar-se, que o posicionamento do lavrador era “falta de patriotismo”, pois “vós bem sabeis que é preciso mandar gente para o Rio-Grande, quando não perdemos esta província”. Indignado por ter que fazer tal sacrifício em nome da pátria, Manoel João responde ao escrivão: “E que me importa eu com isso? Quem as armou que as desarme.”¹³²

As fissuras da política e do processo de construção do Estado e da nação brasileira não seriam abordadas tão diretamente na produção de teatro de Gonçalves de Magalhães,

¹³¹ A preocupação de Magalhães com a representação dos acontecimentos históricos também aparece na escrita de sua segunda e última tragédia, *Olgiato*, cuja narrativa tem como cenário a cidade de Milão em 1476, quando um grupo de amigos, sob a orientação de um velho mestre, resolvem lutar contra a tirania do Duque Galeazzo, governante de Milão, assassinando o tirano e libertando a pátria. A tragédia termina com a morte dos três amigos, que em nome da uma missão sublime sacrificam suas próprias vidas. No prólogo para a impressão desta tragédia, Magalhães destaca que os personagens e os fatos foram retirados da História Milanese, mas que alguns episódios da peça foram escritos a partir da exigência para a apresentação da história ao público. Explica Magalhães: “Conferindo os historiadores, tracei o plano desta obra, conformando-me o mais possível com a verdade do acontecido, e só tomando a liberdade necessária para o natural enredo dramático”. In: MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Olgiato, tragédia em cinco atos*. Rio de Janeiro: Typografia imparcial de F. Paula Brito, 1841. p. IV.

¹³² PENNA, Martins. *O Juiz de paz da Roça. Comédia em 1 ato*. Rio de Janeiro: livreria de Cruz Coutinho. 1871. p. 12-13.

que estabelece como inimigo comum do Império Brasileiro os aspectos que considerava negativos do processo de colonização portuguesa, especialmente sobre o tema do despotismo. Nos debates políticos expostos nos artigos do jornal assinados por Magalhães é possível observar que o poeta apresentava críticas mais diretas sobre os aspectos políticos e sociais contemporâneos, e muitas vezes realiza uma leitura crítica a partir da análise do processo histórico e do atual estado da sociedade.

Nos artigos, Magalhães expressava as preocupações com a “crise” que vivia a nação, diante das revoltas províncias e das disputas políticas. O poeta realizava avaliações sobre o momento de conturbação que o país vivenciava, e estas reflexões tinham como referências análises históricas sobre o passado brasileiro em comparação com outras nações consideradas como civilizadas.

O leitor deve lembrar que no final do período em que Magalhães esteve na França, as formulações negativas que apareceram no *Episódio* foram elaboradas após os conflitos entre os brasileiros na França e das nomeações diplomáticas realizadas no Brasil, e que estas tensões foram associadas às dificuldades do progresso nacional. No contexto em que Magalhães escreveu para o *Jornal dos Debates*, as disputas também não eram menores, e o poeta foi inclusive adjetivado como escritor melancólico pela tonalidade de seus escritos e de suas críticas.¹³³

Neste cenário, conforme a indicação de Danilo Ferretti, “Magalhães foi sendo paulatinamente solapado pelo dramático contexto de seu presente e pelas dúvidas que se acumulavam sobre a possibilidade de efetivação daquela antiga expectativa de construir uma nação livre”¹³⁴. Portanto, seus artigos expressavam esta concepção, como podemos observar na edição de julho de 1837, ocasião em que Magalhães expõe as principais características do atual “Estado crítico do Brasil”, caracterizado como um estado de decomposição, que resultaria no surgimento de um novo momento para a nação brasileira:

A lição solene da história, que nos diz que é necessário que a geração velha e corrupta ainda mais se corrompa, e desapareça, como esses cadáveres roídos pelos abutres, e pelos vermes gerados nas suas próprias entranhas, que impestam o ar, e atacam a todos que os veem de perto, até que enfim reduzidos à terra, deixem o terreno, que ocupavam, a novos seres mais dignos de vida, é uma lição que nos faz tremer, e nos infunde na alma uma pavorosa melancolia. O que fizemos, para que esta calamidade sobre nós caia na época em que vivemos? O que fizemos, a Providência o sabe. Impassíveis e resignados com a

¹³³ *Correio Oficial*, 21 de junho de 1837.

¹³⁴ FERRETTI, Danilo José Zioni. “Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil”. *Op. Cit.* p. 71.

nossa enfermidade, esperamos a resolução do problema da nossa crise, bem semelhante a esses infelizes homens do Indostão, que, segundo nos diz Herder, desfalecidos e mirrados se encontram a um tronco, rodeados de cães, que aguardam seu último suspiro, para se lançarem sobre seu cadáver.¹³⁵

A passagem nos apresenta uma avaliação bastante pessimista sobre a realidade, ao mesmo tempo em que indica a renovação que viria após este período de conturbação, afinal “a lição solene da história”, em conjunto com os desígnios da providência divina, nos diziam que este era o processo esperado.

As esperanças de um novo momento ressurgiram logo após a avaliação realizada por Magalhães, quando na ocasião da mudança de governo, o poeta ressalta o surgimento de novas expectativas que apareceram com a nomeação do gabinete organizado em 19 de setembro, marcando o início da regência de Araújo Lima. Vejamos a avaliação realizada por Magalhães:

Para glória deste ministério, a nação deposita pois nele a maior confiança. E si o poder apoiado na confiança tudo pode fazer em prol da causa pública, poderemos felicitar-nos, que o Brasil muito ganhará com o feliz acontecimento de 19 de Setembro. Nós estamos bem persuadidos que si o atual ministério pode evitar um terço dos males que se antolharam ao Brasil, fará um grande serviço: mas o governo medita em maiores coisas; ele não quer só evitar parte dos males, ele aspira salvar a monarquia constitucional, tão mortalmente ferida, a consolidada a integridade do Império ameaçada do sul ao norte pela impotência de um poder que se firmava no rancor e no patronato, que fazia garbo de excluir a inteligência, e de calcar todas as influências. O atual ministério, saído da linha da oposição e que perfeitamente conhecia os defeitos do transacto, não pode deixar de trilhar uma estrada diferente e o bom senso o mais comum basta para indicar-lhe qual deve ser a linha de procedimento para que se sustente um poder que soube reconhecer o defeito capital do seu antecessor, quanto mais que acresce ao bom senso a ilustração e um profundo conhecimento do nosso estado de coisas.¹³⁶

Para os opositores ao governo de Feijó, como Magalhães, o início do novo governo era compreendido com expectativas positivas. Mas esta não era uma posição hegemônica, pois, como vimos, a peça de Porto Alegre foi interpretada como uma representação que fazia oposição ao gabinete liderado por Vasconcelos. A particularidade das avaliações realizadas por Magalhães era a sua preocupação com o entendimento do

¹³⁵ *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, 8 de julho de 1837.

¹³⁶ *Jornal dos debates Políticos e Literários*, 30 de setembro de 1837.

processo histórico no qual os acontecimentos estavam inseridos. E isso ocorre nas suas produções teatrais e nos artigos do jornal.

Assim, em outro artigo do *Jornal dos Debates*, Magalhães ao realizar uma crítica sobre a tradução da obra do inglês João Armitage, *História do Brasil*, que havia sido publicada em 1837 no Brasil, aproveitou para destacar a importância da escrita do passado para o desenvolvimento dos povos e para a compreensão de seu processo histórico, que deveria ser considerado neste momento de conturbações. Refletia que “a imagem do passado, assim presente a nossos olhos, nos mostra os tropeços da estrada, e nos ensina a evitar duvidosas e arriscadas experiências. Além disso, a história nos ensina a não desesperar de coisa alguma, e a ver sair a ordem do seio mesmo da desordem.”¹³⁷ E esta concepção apresentada para a análise da importância da História, de que o surgimento da ordem pode ocorrer em meio a desordem, será ainda mais enfatizada no registro que o poeta fez da Revolta dos Balaíos.

CAPÍTULO 2 – O OLHAR DO HISTORIADOR E A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA

Sentei-me e encostei-me a minha banca pensando sobre a incógnita, e que outro pensamento podia eu ter. Lembrei-me que ela, fugindo, devia trazer consigo algumas cartas de seu amante, e que por elas eu podia desenredar o drama apenas começado. Mas ao mesmo tempo receie penetrar um segredo que voluntariamente se me não confiava: depois de um momento de luta pensei nas consequências, e julguei que era lícito saber de tudo. Achei com efeito um maço de bilhetes amarrados com uma fita, e uma caixinha de marroquim.”

Domingos José Gonçalves de Magalhães, *Amância*

Domingos José Gonçalves de Magalhães escreveu poucos textos fictícios em prosa ao longo da vida. Fazia parte da grande maioria dos literatos da primeira metade do século XIX brasileiro que utilizava os versos para produzir literatura. Assim, a novela *Amância*, que conta a história de um amor proibido entre dois jovens na corte do Rio de Janeiro, foi uma exceção entre os seus escritos em prosa, e teve como característica a abordagem da temática amorosa, tangenciando os dilemas contemporâneos relativos às relações familiares e as ações passionais.

¹³⁷ *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, 24 de maio de 1837.

Na novela, o personagem que narra os desencontros e as angústias do jovem casal não tem seu nome revelado, e, é apenas caracterizado pelo seu ofício de médico. É ele quem nos conta a história do amor entre Amância e Jorge, e, relata como a sua participação no caso foi decisiva para o desfecho feliz dos enamorados. O excerto da obra citado na abertura desse capítulo é a expressão do dilema do narrador ao decidir qual seria a sua atitude diante do desconhecimento da razão do sofrimento de Amancia. Explico melhor o caso.

Na trama escrita por Magalhães, o médico encontra a moça, com vestimentas masculinas e à espera de seu amado para que pudessem fugir. Entretanto, Amância não consegue encontrar o seu amante no local marcado, e, desesperada, tenta atirar-se na sacada do Passeio Público. Então, o médico a socorre, cuida de seus ferimentos e procura uma forma de ajudá-la. Mas, desconhecendo o real motivo para aquele ato extremo, pois a jovem se recusava a contar a verdade, o médico inicia a investigação para desvendar a história e realiza a leitura das cartas que Amância trazia consigo.

Analizando a correspondência do casal e agindo como um verdadeiro investigador, o médico compreende que o pai da jovem era contrário ao casamento, pois Amância já estava prometida para um homem mais velho e endinheirado. Ao tomar conhecimento dos fatos e desvendar o mistério, o médico decide ajudar o casal, intercedendo junto à família da jovem para obter a aprovação do casamento, e consegue, por fim, garantir a felicidade dos enamorados.

A novela, com enredo dramático e uma mensagem moralizante de que o amor verdadeiro deveria prevalecer sob os interesses financeiros, foi impressa pela primeira vez em 1844 nas páginas da revista literária *Minerva Brasiliense: jornal de Ciências, Letras e Artes*, que havia iniciado suas publicações um ano antes. Francisco Salles Torres Homem, fundador da revista, mantinha vivo o desejo de continuar a incentivar o desenvolvimento das letras e das ciências no Brasil. A busca pela independência literária brasileira, iniciada na década de 1830, especialmente com a publicação da *Revista Niterói* e o debate sobre a singularidade nacional, estava sendo construída e contava com a participação de homens importantes do cenário cultural, como Araújo Porto Alegre, Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Manuel de Macedo, Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

Entretanto, apesar da importância para o campo literário, a *Minerva Brasiliense* não teve um período de publicação muito extenso e contou com apenas um ano e oito meses de publicação. Magalhães também teria uma pequena participação nos números

publicados pela revista. Além da novela romântica, somente outros dois trabalhos seriam impressos na *Minerva*: um artigo filosófico que tratava das questões relacionadas a origem da palavra e uma Ode à paz na província do Rio Grande do Sul, que foi dedicada a Luiz Alves de Lima, colocado como o grande pacificador do Império, logo após o fim da Revolta dos Farrapos¹³⁸.

Apesar dos poucos textos publicados, a referência à figura de Magalhães esteve presente nos debates sobre a crítica literária e o poeta seria citado nos próprios artigos da *Minerva Brasiliense*. Como nos indica Hélió Lopes, “os admiradores de Magalhães vão impor-se, fortemente, com a fundação da Minerva Brasiliense”¹³⁹, e a sua produção como literato e filósofo brasileiro era lembrada e destacada com relativa frequência na revista.

Na análise realizada por Joaquim Norberto de Sousa e Silva na *Minerva* sobre a literatura nacional, por exemplo, aparece a indicação do caráter inovador da poesia de Magalhães, e o autor aproveita para caracterizar o poeta como o “chefe de uma revolução”, que marcou os “anais da literatura do Novo Mundo uma época brilhante de poesia”¹⁴⁰. Em outros artigos também é possível encontrar a referência de Magalhães como representante da nova literatura brasileira. O francês Emile Adet, ao comentar a publicação de um texto escrito por um viajante na *Revue des Deux Mondes*, indicava o equívoco do relato em apresentar os atrasos civilizacionais existentes no Brasil, especialmente na caracterização dos homens das letras. Para Adet, o Império brasileiro contava com um número expressivo de poetas, literatos e filósofos que honravam o país. O autor ainda indagava se por acaso o viajante nunca teria ouvido “falar do Sr. Magalhães, este poeta em que se acha muitas vezes alguma coisa da profunda poesia de Victor Hugo, da sagrada união de Lamartine, e da força poética de Bryron?”¹⁴¹ Em outros artigos, Magalhães recebia também elogios por ser considerado um representante da filosofia no Brasil, ou seja, um “filósofo na acepção mais honrosa e científica da palavra”¹⁴².

Assim, nos anos finais do período regencial e na primeira década do Segundo Reinado, apesar de não observarmos muitas produções literárias de Magalhães, é possível

¹³⁸ Sobre o artigo de filosofia que realiza uma reflexão sobre a origem da palavra ver *Minerva Brasiliense*, Volume I, número 9, de 1 de março de 1844; a Ode escrita em homenagem à Luiz Alves de Lima foi impressa no Volume III, número 12, de 15 de junho de 1845.

¹³⁹ LOPES, Hélió. *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. p. 32.

¹⁴⁰ *Minerva Brasiliense*. SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. N. 23, 1º. De outubro de 1844, volume II.

¹⁴¹ *Minerva Brasiliense*. “Resposta ao artigo da Revista dos Dois Mundos”. ADET, Émile. N. 23, 1º. De outubro de 1844, volume II.

¹⁴² *Minerva Brasiliense*. “Concurso à cadeira de Filosofia”. S. N. R. n. 18, 15 de julho de 1844, volume II.

perceber que as discussões nos círculos literários brasileiros indicavam a importância de suas reflexões, e, apesar disso não garantir a homogeneidade de opiniões em torno das obras do poeta, colaborou na construção de sua imagem como a “maior influência individual” para os seus contemporâneos¹⁴³.

Além dos debates sobre as características da literatura brasileira nos impressos como jornais e revistas literárias, Magalhães também participaria do início das atividades de instituições importantes, como da fundação do Colégio Pedro II, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do início do funcionamento do Conservatório Dramático em 1843¹⁴⁴. Com relação ao recém-inaugurado colégio Pedro II, Magalhães foi nomeado professor de filosofia no qual não lecionou de imediato por falta de alunos preparados para as aulas do curso¹⁴⁵. Segundo o *Jornal do Comércio*¹⁴⁶, a indicação do nome de Magalhães para a cadeira de filosofia logo após a fundação do colégio parecia ter sido uma escolha de Bernardo Pereira de Vasconcelos, então ministro do Império do novo gabinete de 1837 e criador do Colégio Pedro II, que participou ativamente dos anos iniciais supervisionando as “obras de reforma do antigo seminário de São Joaquim”, escrevendo “o regulamento do novo colégio” e discursando na “abertura das aulas em 25 de março de 1838”.¹⁴⁷

Entretanto, outros acontecimentos atraíram a atenção do literato e foram importantes em sua trajetória e na produção de gêneros textuais distintos da poesia, literatura e do teatro. Gonçalves de Magalhães, durante os anos finais do período regencial, foi indicado para o cargo de secretário do governo na província do Maranhão, em um contexto bastante crítico de conturbação social e política, acompanhando Luís Alves de Lima, que havia sido nomeado presidente da província e comandante das armas do Maranhão com o objetivo de pacificar a província que estava rebelada. A revolta durava mais de um ano quando o literato chegou a São Luís e foi a partir desta experiência

¹⁴³ CANDIDO. Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880. Op. Cit.*, p. 375.

¹⁴⁴ No início das atividades do Conservatório Dramático, Magalhães foi nomeado para o cargo de conselheiro. Ver: Ata do Conservatório. Registro do pedido de oficialização da instituição datado de 12 de março de 1843. Arquivo Nacional, Sobre a censura dos espetáculos do conservatório. Referência: 46, 5, 7.

¹⁴⁵ Conforme ofício de 8 de julho de 1839, assinado por Leandro Rebello Peixoto e Castro, que era um dos diretores do colégio no ano de 1839, o colégio ainda não tinha alunos preparados para o curso de filosofia e era preciso esse “ano letivo, e o que se lhe segue, para se abrir o curso de filosofia.” Ofício de Leandro Rebello Peixoto e Castro para Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, ministro e secretário do Estado dos negócios da Justiça e interinamente do Império. Biblioteca Nacional. (Código – 0433, 032, no. 001, no. 002, no. 003).

¹⁴⁶ O *Jornal do Commercio*, 17 de janeiro de 1838.

¹⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 28.

que Magalhães produziu uma narrativa histórica sobre a Balaiada, destacando os principais acontecimentos e causas relacionadas ao conflito.

É importante pontuar também que a nomeação de um homem das letras, conhecido dos círculos literários, para o cargo administrativo de secretário do governo em uma província distante da corte era inusitada, e, para entender esse fato é necessário considerar também as especificidades que permeavam as discussões desses anos finais do período regencial. Magalhães, a jovem referência de sua geração, vivenciava as agitações do período regencial e participava dos debates sobre os caminhos que a nação recém-independente deveria seguir. Avaliava também as questões políticas nos jornais e a importância do governo para o desenvolvimento da literatura e do estado civilizatório nacional. Portanto, as incertezas do presente preocupavam Magalhães e os outros homens das letras e, segundo o historiador Danilo Ferretti, o objetivo de construir a nação diante do temor das revoltas provinciais, discussões vivenciadas pelos nossos primeiros românticos, possibilitou o surgimento da “crença de que o Brasil era uma nação em crise, à beira da dissolução.”¹⁴⁸

As preocupações de Magalhães com a reflexão histórica do país, conforme vimos no capítulo anterior, estavam presentes nas análises dos jornais, nos estudos sobre a literatura brasileira e suas características, em seus textos poéticos e em suas peças de teatro. Portanto, a busca pela compreensão do passado foi uma característica bastante frequente em seus escritos. Era chegado o momento de Magalhães apresentar-se como o investigador que reúne os documentos necessários, relacionando os fatos desligados e refletindo sobre os acontecimentos que lhe eram contemporâneos para apresentar as causas da revolta dos Balaios. Assim como o narrador médico da novela romântica, Magalhães tomou para si a tarefa de organizar as correspondências, entender as características que permeavam a formação do conflito, e apresentar o caminho possível para a superação das divergências.

Sob esta perspectiva, é importante também enfatizar que consideraremos nesta análise que o ato de narrar um acontecimento histórico tem suas especificidades e envolve uma série de escolhas por parte de quem se propõe a este desafio. Ao expor o desenrolar dos acontecimentos, o historiador assume uma determinada postura com relação ao objeto que pretende apresentar ao seu público. Assim, o lugar social ocupado por este sujeito, o diálogo que estabelece com a sociedade, os debates existentes e as disputas na construção

¹⁴⁸ FERRETTI, Danilo José Zioni. “Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil”. *Op. Cit.*, p. 86.

de determinadas memórias permeiam a escrita da História. Como bem nos lembra Michel de Certeau, “da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade”¹⁴⁹.

Por isso, entender a figura de Magalhães e as suas funções de secretário do governo são questões essenciais nesse capítulo. Magalhães tinha experiência nos debates impressos e na produção literária, e, o cargo de secretário facilitou o acesso direto aos documentos e ofícios produzidos no Maranhão durante a revolta. Assim, pensar sobre o texto da Balaiada e seu contexto de produção é também refletir sobre aspectos da escrita da História no século XIX brasileiro e esta questão implica uma série de questionamentos a respeito das perspectivas relacionadas com a análise do passado que permeavam o processo de consolidação da independência política e literária brasileira.

A reflexão sobre os acontecimentos recentes da História brasileira era problemática segundo o próprio Magalhães. Para o poeta, a realização de análises sobre a atuação de contemporâneos não auxiliava muito no entendimento do processo histórico do país e, além do mais, o estudioso da História recente do Brasil que se aventurasse por esse caminho poderia cair na armadilha de posicionar-se parcialmente e acabar sendo partidário. “Nossos juízos sobre fatos contemporâneos, e sobre os indivíduos”, escrevia Magalhães, “são quase sempre mesclados de preconceitos”¹⁵⁰.

Entretanto, se esse desafio fosse realizado, era recomendado o “olhar de fora”, ou seja, a visão e a análise deveria ser uma tarefa desempenhada por um estrangeiro, por um sujeito que não fosse partícipe do contexto que analisava, pois somente assim o estudioso estaria alheio as paixões e disputas do contexto no qual os reflexos do passado ainda poderiam ser latentes, e conseqüentemente, seria mais capaz de estabelecer uma reflexão histórica mais cuidadosa e de qualidade. Magalhães apontava para o fato de que se existia a necessidade de se pensar o passado recente era mais recomendado que a história contemporânea brasileira fosse “escrita por um estrangeiro, visto que” ele poderia “comunicar-se com todos os partidos... sem partilhar suas paixões”.¹⁵¹

Essa era a análise crítica realizada por Magalhães em um dos seus artigos dos *Jornais dos Debates Políticos e Literários* sobre a tradução da obra *História do Brasil*

¹⁴⁹ CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da história*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 74.

¹⁵⁰ *Jornal dos debates políticos e literários*, 24 de maio de 1837.

¹⁵¹ *Idem*.

escrita pelo inglês João Armitage¹⁵², que tinha como recorte temporal os acontecimentos recentes da nação brasileira.¹⁵³ Os alertas realizados por Magalhães sobre as dificuldades da escrita da história contemporânea foram escritos quase dois anos antes da sua nomeação para secretário no Maranhão e de sua experiência em relatar os acontecimentos que vivenciava no Maranhão. O distanciamento do objeto de análise continuou sendo uma justificativa importante que Magalhães utilizou para a escrita da *Memória*, conforme veremos na sequência.

Assim, o debate e as discussões sobre a escrita da História do Brasil era intenso nas décadas de 1830 e 1840, período marcado inclusive pelo início das funções do IHGB. A partir das peculiaridades da escrita da História do Brasil no século XIX e também da experiência de homens como Magalhães em um ambiente crítico de revolta, pretendemos analisar a produção, impressão e recepção da *Memória Histórica e Documentada da Província do Maranhão, 1839-1840*. Refletiremos inclusive sobre a produção e divulgação de outras obras que procuravam legitimar as ações recentes e que tomaram como objeto de análise outra revolta que ocorreu no final da década de 1840 em Pernambuco, a Revolução Praieira.

Desta forma, além da *Memória* escrita por Magalhães e publicada no ano de 1848, analisaremos, na segunda parte do capítulo, outras duas narrativas que foram divulgadas no mesmo período: a publicação da narrativa escrita por Urbano Sabino Pessoa de Melo em 1849 – *Apreciação da revolta praieira de Pernambuco* – que figurava ao lado dos liberais durante a Praieira, e, o livro escrito como resposta àquela, pelo conservador Jerônimo Martiniano Figueira de Melo – *Crônica da Rebelião Praieira, 1848-1849*, publicado logo em seguida, em 1850.

As três narrativas têm em comum a característica de terem sido produzidas por homens que estiveram envolvidos nas revoltas, mas que apresentam motivações

¹⁵² Estamos nos referindo à “História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I., em 1831, por João Armitage”. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E const. De J. Villeneuve e Comp. 1837.

¹⁵³ A tradução da obra inglesa foi alvo de debates nos jornais da corte, que avaliavam a qualidade do trabalho em relação a abordagem da história brasileira contemporânea. O jornal *O Chronista*, então redigido por Justiniano José da Rocha, por exemplo, avaliava a produção de Armitage como partidária, pois considerava que o autor vangloriava as ações de homens como Evaristo da Veiga e não creditaria destaque para outras figuras importantes para o Brasil como Bernardo Pereira de Vasconcelos e os irmãos Andradas. Segundo o jornal, a História do Brasil ainda estava para ser escrita, uma vez que a análise contemporânea de Armitage não estava “despida das preocupações dos interesses dos partidos.”. Posteriormente era a vez do *Correio Oficial* publicar um artigo em defesa do historiador inglês, indicando que apesar de Armitage não escrever uma História pormenorizada que considerasse as especificidades provinciais, a leitura de seu trabalho era indispensável para compreender os acontecimentos da história recente do país. Ver: *O Chronista*, 12 de abril de 1837 e *Correio Oficial*, 9 de maio de 1837.

específicas para historiá-las. Apesar da bandeira da imparcialidade estar presente em todas as obras, apoiada principalmente na justificativa da exposição dos acontecimentos a partir dos documentos produzidos durante a revolta, é importante observar como as disputas políticas e os respectivos posicionamentos dos autores são essenciais para refletirmos sobre o lugar de produção dessas obras, as suas principais marcas interpretativas, seus processos de edições em espaços específicos e a subsequente divulgação.

Além disso, é importante destacarmos que a prática de apresentar ao público uma visão histórica de revoltas tão recentes não era comum neste período, apesar da efervescência de conflitos em várias províncias do Império brasileiro nas décadas de 1830 e 1840. Nem mesmo a Farroupilha, rebelião das elites e com duração ampla, foi historiada nem durante, nem nas duas décadas seguintes ao seu término. Só a Guerra do Paraguai inauguraria ampla narrativa de guerra, da pena de seus participantes e de outros.

Por outro lado, as formulações discursivas a respeito das revoltas constituíram elemento importante no processo de construção da nação e na disputa política nas décadas de 1830-1840. Nas assembleias e nos jornais, os debates e as interpretações das revoltas eram constantes. Assim, as revoltas que ocorreram durante a regência e no início do Segundo Reinado constituíram uma das bases da argumentação conservadora para caracterizar, numa ótica negativa, o governo dos liberais. Dessa forma, a Cabanagem (Pará, 1835-1840), a Sabinada (Bahia, 1837-1838), a Balaiada (Maranhão, 1838-1841), a Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845) – e as revoltas liberais em 1842 (São Paulo e Minas Gerais), foram utilizadas como argumento para que as propostas de Interpretação do Ato Adicional (1840), e a Reforma do Código do Processo (1841) fossem efetivadas.¹⁵⁴

Assim, é necessário problematizar esse momento do final da década de 1840 e a publicação das três narrativas, pois além da busca pela construção de uma memória específica sobre as revoltas, estes homens estavam preocupados em apresentar uma interpretação histórica que pudesse interferir nas ações políticas daquele momento. Mas

¹⁵⁴ Segundo Marcello Basile, nos anos subsequentes a promulgação do Ato Adicional, durante a terceira legislatura (1834 a 1837), a ocorrência de muitas revoltas provinciais ajudou a difundir a ideia de um governo caótico, e ocasionou uma desilusão com as reformas liberais. Este cenário teria possibilitado a ascensão política dos *regressistas*. BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. “O laboratório da nação: a era regencial”. In. GRINBERG K; SALLES Ricardo (orgs.). *O Brasil Império. Op. Cit.*, p. 85-86. No entanto, como destaca o historiador Tâmis Parron, as insurreições escravas que aconteceram neste período não eram citadas pelos conservadores nos debates políticos, justamente, porque a manutenção do tráfico de escravos era um interesse para este grupo político. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 101.

antes desse cenário de disputas nos impressos, vamos ao contexto da produção da *Memória da Balaiada* por Magalhães e do desenvolvimento da própria revolta no Maranhão presenciada pelo poeta.

2.1 A *Memória da Balaiada*

O desejo de conhecer o país, de produzir uma reflexão que auxiliasse a compreensão do momento histórico nacional, projeto tão importante para os literatos e políticos do período, conforme pontuamos anteriormente, foi realizado por Magalhães durante a sua experiência na província do Maranhão. Segundo o autor da *Memória*, o “filósofo” tinha a missão de apresentar uma explicação dos fatos que estavam isolados, indicando um caminho para ser seguido nessa época de conturbada transição política e social do Império. Assim, o poeta justificava a importância de seu registro sobre a Balaiada da seguinte forma:

“Se as cenas de que somos testemunhas gravadas ficam em nossa memória, nem por isso dispensam a narração delas para o futuro; porque devem nossos filhos instruir-se com a lição do passado, e saber por que alternativas passamos, que lutas tivemos, que tropeços encontramos a fim de que, se possível for, evitem os males que sofremos, e prezem o legado à custa de fadigas nossas lhes transmitimos: e como no meio mesmo da geral corrupção nunca deixa de aparecer algum coração nobre e generoso, convém que não pereçam no abismo do esquecimento estas virtudes peregrinas, que tanto edificam, e que são os mais preciosos dons que a providência outorga aos homens. Por isso tomo sobre mim escrever a história da rebelião da província do Maranhão, a qual manifestou-se em dezembro de 1838, posto que suas causas morais tenham mais anterior data.”¹⁵⁵

Portanto, Magalhães chegaria ao Maranhão com o objetivo de entender as origens da revolta, conhecer melhor o território brasileiro e as características do seu povo, e, por isso, a sua narrativa não apresenta apenas uma descrição dos acontecimentos, mas tem como característica a elaboração de uma interpretação a respeito da sociedade maranhense e de seus costumes. Era preciso fazer um estudo da sociedade e, assim, conhecer as especificidades culturais existentes no Maranhão para compreender o caráter da revolta e o perfil dos homens que faziam parte do conflito. Assim, considerando a Balaiada como uma revolta popular, interessava ao poeta “conhecer os homens, classes,

¹⁵⁵ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. “Memória Histórica e documentada da província do Maranhão desde 1839 até 1840”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Memória da Balaiada”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23, março, 1989. p. 15.

usos e costumes do país..., porque tais coisas são de grande importância para o peso dos fatos e inteligência de muitos, que sem este prévio conhecimento pareceriam, à primeira vista d'olhos, inexplicável.”¹⁵⁶

A revolta dos balaaios, como sabemos, ocorreu entre os anos de 1838 - 1841 na província do Maranhão e também em parte do Piauí e Ceará, e passou a ser conhecida por Balaiada, assim denominada por fazer referência ao ofício de um de seus principais líderes, Francisco Ferreira, que sobrevivia nas proximidades da comarca do Brejo com a produção e a venda de balaaios. Além desse conhecido líder, outros chefes da revolta eram provenientes das camadas populares da sociedade maranhense, como era o caso do vaqueiro Raymundo Gomes, Lívio, Ruivo e do negro Cosme. O último, inclusive, estava principalmente à frente dos escravos e colocava como um dos objetivos da revolta o fim da escravidão, o que provocava uma grande preocupação na elite maranhense. Esse temor era inclusive apontado por Luís Alves de Lima, presidente da província do Maranhão durante a Balaiada, que ao final da revolta, destacava que o negro Cosme era a “figura, que mais assusta[va] os fazendeiros, por achar-se a frente de dois mil escravos por ele sublevados: intitulado-se Tutor, e Imperador das Liberdades, procura[va] atrair a escravatura com promessa de alforria.”¹⁵⁷

Portanto, a Balaiada teve como principal característica o aparecimento de novos atores no cenário político, pois foi uma revolta firmada em alianças locais bastante heterogêneas e contou com a participação de homens livres pobres, vaqueiros, escravos e fazendeiros. Para o historiador Matthias Röhrig Assunção, o “caráter popular”¹⁵⁸ da revolta é a principal particularidade que diferencia a Balaiada de outras revoltas que ocorreram nas décadas de 1830 e 1840. Ao analisar os debates na imprensa maranhense, o autor aponta a existência de um “liberalismo popular”, característico das reivindicações dos rebeldes que defendiam a constituição do Império e a cidadania, bandeiras estas que não garantiram a homogeneidade nas propostas e ações dos grupos rebeldes. Assim, a defesa da constituição e da monarquia, a luta pelos direitos da liberdade contra o despotismo das autoridades formavam argumentos apresentados com relativa frequência nos manifestos redigidos durante a revolta, mas que não representaram a totalidade das

¹⁵⁶ *Idem*, p. 16.

¹⁵⁷ Ofício de Luís Alves de Lima para o ministro da Guerra (Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque), em 01 de setembro de 1840. Arquivo Nacional. (Coleção Caxias, caixa 808).

¹⁵⁸ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “‘Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador’. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão”. In: DANTAS, Monica Duarte (org.), *Revoltas, Motins, Revoluções, homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, São Paulo, Alameda, 2011. p. 298.

reinvidicações. Além disso, a heterogeneidade da composição social dos rebeldes também possibilitou o aparecimento de propostas como a extinção da escravidão, defendidas pelo negro Cosme, o que nos indica a multiplicidade do ideário dos rebeldes na revolta.¹⁵⁹

Complementar a esta questão do ideário popular que constituía o cenário da eclosão da Balaiada, que não era homogêneo e mostrava variações dependendo da localidade e da composição social dos rebeldes¹⁶⁰, a historiografia também destaca a importância das disputas políticas locais entre o partido dos cabanos e dos bem ti vis no contexto do surgimento e desenvolvimento da revolta. Segundo a historiadora Adriana Barreto de Souza, nas eleições que ocorreram no ano de 1836, os bem ti vis, que estavam há algum tempo no poder provincial, perderam a disputa para os cabanos e desconfiaram de fraude eleitoral. A suspeita deu início às tensões que afluíam ainda mais com a implantação de alterações administrativas e políticas, completando a insatisfação dos liberais. Assim, em 1838, foi criada a Lei dos Prefeitos e da Guarda Nacional, acentuando os conflitos entre a elite política maranhense. Com essas alterações instituiu-se uma nova ordem que retirava os poderes dos juizes de paz, autoridades eleitas localmente, e “o executivo municipal ficava, assim, sob o domínio dos prefeitos e, como esses eram nomeados pelos presidentes da província, o sistema eliminava qualquer oposição.”¹⁶¹ O historiador Luiz Felipe de Alencastro, também indica que a Lei dos prefeitos foi “recebida como um atentado contra a autonomia municipal, célula política instituinte do Império”¹⁶², e constituiu um fator decisivo para o acirramento das disputas políticas presentes no contexto da eclosão da Balaiada.

Diante das especificidades presentes no contexto do início e desenvolvimento da revolta, Magalhães produziu o seu relato histórico para compreender os elementos sociais que colaboraram para a instabilidade maranhense no processo de construção da nação. A Balaiada, segundo Magalhães, fazia parte de um quadro mais amplo e estava incluída na “série de rebeliões que desde a época da nossa independência... têm arrebatado nas

¹⁵⁹ É importante destacar que a maioria dos rebeldes livres não colocavam em pauta a questão do fim da escravidão ou alguma alteração na relação privada do senhor e sua propriedade. Sobre esta questão ver: ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “‘Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica...’ *Op. cit.*, p. 341-342.

¹⁶⁰ Assunção, M. *Idem.* p. 305.

¹⁶¹ SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008. p. 286.

¹⁶² ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Memórias da Balaiada: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 23, março, 1989.

províncias do Império”¹⁶³. Esta era a argumentação escrita alguns anos após o fim da revolta, na ocasião da publicação da *Memória* em 1848, sobre a qual falaremos mais detalhadamente na sequência do capítulo. Por hora, o que é importante destacar, é a intenção do autor em diagnosticar as causas e os motivos originais da revolta. Era preciso, segundo Magalhães, fazer uma análise mais aprofundada, reconhecer os males que possibilitaram o desenvolvimento da Balaiada e o contexto para a sua emergência. Mas, cabe-nos perguntar se essa preocupação teria apenas como objetivo a elaboração de uma explicação para as próximas gerações de brasileiros, fornecendo a essencial “lição do passado”, ou, se complementar a esta questão, podemos entender que a ida de Magalhães, um literato cuja atuação na corte já era reconhecida, pode ter sido uma indicação do governo central como um instrumento que auxiliasse no entendimento da revolta e na sua contenção. Ou, ainda, se a escolha de Magalhães poderia ter sido feita por Caxias para a construção da narrativa que louvasse a sua atuação.

O questionamento é válido, mas não temos nenhum ofício ou correspondência que possa apresentar uma resposta direta para estas indagações. O fato é que ao refletir sobre a necessidade de aprendizagem com os erros do passado, Magalhães faz críticas ferrenhas à política que vigorou no Império antes e durante a eclosão da revolta. Nem mesmo o gabinete organizado por Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1837, um dos governos mais fortes do Império Brasileiro, segundo a caracterização realizada por Joaquim Nabuco¹⁶⁴, ficou imune às críticas na *Memória*. Para Magalhães, “o ministério de 19 de setembro, cuja frente se achava o Sr. Vasconcelos depois de haver ostentado um luxo caprichoso de arbítrio, baqueou em consequências domésticas intrigas.”¹⁶⁵

O diagnóstico histórico do poeta também não poupou a administração de Manoel Felizardo de Souza e Mello que era o presidente da província do Maranhão antes da chegada de Luís Alves de Lima e importante figura da política imperial naqueles anos. Magalhães caracterizou o governo de Souza e Mello como uma administração que “se limitava... a medidas que pouco ou nada adiantavam”¹⁶⁶, e que não foi capaz de controlar com eficiência a revolta. Apesar das tentativas e ideias do presidente Felizardo de Mello para conseguir por fim ao conflito, como os pedidos para a concessão de anistia para os

¹⁶³ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *“Memória Histórica... Op. Cit. p. 14.*

¹⁶⁴ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império... Op. Cit. p. 40.*

¹⁶⁵ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *“Memória Histórica... Op. Cit., p. 36.*

¹⁶⁶ *Idem*, p. 36.

rebeldes¹⁶⁷ e de recompensas do governo para a captura de escravos rebelados¹⁶⁸, o conflito se estendeu durante a sua administração.

Assim, ao analisar a atuação dos presidentes da província durante a revolta, Magalhães caracteriza dois momentos centrais na História da Balaiada: um primeiro momento seria o governo completamente desorganizado dos dois presidentes – Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, que presidia a província no início da revolta, e Manoel Felizardo de Souza e Mello, presidente do Maranhão durante o desenvolvimento da Balaiada; e o segundo momento seria marcado por um governo preparado para a contenção da revolta e que conseguiria por fim às barbáries que estavam ocorrendo na província. Esse segundo momento seria o governo de Luís Alves de Lima, que tinha como secretário Gonçalves de Magalhães, o próprio autor da narrativa.

Esta mudança do comando da província, na narrativa da *Memória*, era resultado da ação do novo ministério de 16 de maio de 1839, especialmente com a nomeação de João Vieira de Carvalho (Marquês de Lajes) para o ministério da Guerra, e com a nomeação de Manoel Antônio Galvão, como ministro do Império, em 1 de setembro de 1839. Assim, as decisões políticas que indicaram Luís Alves de Lima para controlar a província influenciariam diretamente na contenção da revolta e, segundo Magalhães, as notícias dos horrores praticados pelos revoltosos que haviam chegado à capital incentivaram a nomeação de Luís Alves de Lima para o cargo de presidente provincial e também de comandante das armas. A ocupação de dois cargos importantes por um mesmo homem foi, conforme aponta a historiadora Adriana Barreto, uma estratégia política-administrativa retomada pelos regressistas que havia sido extinta desde o Primeiro Reinado,¹⁶⁹ e Magalhães destacou na narrativa que essa decisão foi crucial para evitar os atritos administrativos e políticos que poderiam ocorrer na província.

Portanto, Luís Alves de Lima indicou Magalhães para exercer o cargo de confiança de secretário no Maranhão, “na certeza que em leal amigo encontraria dedicação e conformidade de política”¹⁷⁰, assumiu o controle da província durante o desenrolar da revolta. Segundo Adriana Barreto, com as tensões e disputas políticas

¹⁶⁷ Ofício do Manoel Felizardo de Souza e Mello para o Ministro da Justiça (Francisco Ramiro de Assis Coelho), em 10 de dezembro de 1839. In: ARAÚJO, Maria Raimunda. *Documentos para a história da Balaiada*. São Luís, ed. FUNCMA, 2001. p. 219.

¹⁶⁸ A sugestão foi dada pelo Comandante das Forças expedicionárias (Francisco Sérgio de Oliveira) ao presidente da província (Manoel Felizardo de Souza e Mello) no dia 14 de dezembro de 1839. In: ARAÚJO, Maria Raimunda... *Op. Cit.* p. 222.

¹⁶⁹ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias...* *Op. Cit.* p. 284.

¹⁷⁰ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. “*Memória Histórica...*” *Op. Cit.*, p. 38.

relacionadas com a centralização do poder e a reforma do exército defendidas pelos conservadores na corte do Império, Luís Alves de Lima, que era comandante da Guarda Municipal Permanente havia sete anos, apareceu como um novo nome importante da geração que estava se formando sob a influência dos conservadores liderados por Bernardo Pereira de Vasconcelos.¹⁷¹

Ao chegar em São Luís, em 5 de fevereiro de 1840, o novo presidente e comandante da província, acompanhado de seus oficiais e de seu secretário do governo, procurou inteirar-se dos assuntos rapidamente. Em um dos seus primeiros ofícios como presidente da província, em 5 de março de 1839, Luís Alves de Lima relatava ao Conde Lajes, Ministro dos Negócios da Guerra, uma das figuras ressaltadas na *Memória* por Magalhães, que buscava entender as causas originais da revolta, de forma detalhada, com o objetivo de enviar estas informações para o Ministro:

“Encarregou-me V. Exa. de enviar ao governo de Sua Magestade Imperial uma exposição circunstanciada da natureza, causas, e intrigas locais, que originaram esta revolta: para satisfazer exatamente a esta incumbência, de mais tempo necessito, e de documentos, e provas das asserções prós e contras. Limitando-me por ora dizer que a opinião mais geral é que as eleições, e só as eleições derão origem as dissensões dos dois partidos conhecidos com as denominações de cabanos, e bem ti vis; os segundos perseguidos pelos primeiros que [corroído] governo de então influíram no interior no rompimento da revolta; mas hoje nada há de comum entre os rebeldes salteadores, e as opiniões políticas dos denominados bentivis, que sofrem como os Cabanos grandes perdas para a pacificação da Província.”¹⁷²

A preocupação com uma avaliação do atual estado da revolta era bastante expressiva, a considerar a correspondência enviada para o Ministro. Os dois presidentes anteriores ao governo de Luís Alves de Lima enviavam notícias desde o princípio da revolta alertando sobre os acontecimentos, pedindo socorros urgentes da corte, conforme o conflito se alongava.

Entretanto, os primeiros relatos sobre o início da revolta dados pelo presidente Vicente de Camargo não eram muito desesperadores. As ações dos pequenos grupos de rebeldes eram consideradas de fácil controle e repreensão pelo presidente e a correspondência com a corte transmitia as informações das conturbações sem grandes

¹⁷¹ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias... Op. Cit.* p. 281.

¹⁷² Ofício de Luis Alves de Lima para o Secretário de Estado dos Negócios da Guerra (Conde de Lajes), em 05 de março de 1840. In: ARAÚJO, Maria Raimunda... *Op. Cit.* p. 244.

alardes. Com relação às ações do grupo capitaneado por Raymundo Gomes, logo após o assalto à cadeia da Vila de Manga, o então presidente Camargo em correspondência com o ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, indicava uma ação bem sucedida de combate ao bando, que havia sido disperso e que possivelmente não causaria mais problemas para a ordem na província. Segundo Vicente Camargo, “com a aniquilação destes desordeiros ficou a província no gozo da mais completa tranquilidade... que ainda mesmo quando eles se achavam com as armas na mão, pouco abalo no sossego e confiança pública darão.”¹⁷³

Ao assumir o cargo de presidente da província, Manoel Felizardo de Souza e Mello, o presidente anterior à administração de Luís Alves de Lima, também tratava de informar que a província estava sob controle e sem conturbações, apesar da persistência dos grupos de rebeldes. Afirmava em correspondência com o ministro do Império, estar convencido “que são fraquíssimos os sediciosos, e que com facilidade serão chamados a ordem”¹⁷⁴. Para Sebastião do Rego de Barros, que ocupava o cargo de ministro da guerra, Souza e Mello informava que em pouco tempo estaria “aniquilada esta horda de facciosos”¹⁷⁵. Entretanto, com o crescimento da revolta, as correspondências e pedidos para o financiamento das tropas contra os rebeldes foram marcados pelas latentes preocupações com o avanço da revolta.

Portanto, a caracterização do desenvolvimento da Balaiada e, especialmente das ações dos rebeldes como criminosos cruéis, foi constituindo um cenário que preocupava a ordem. Quase perto de completar um ano de revolta, os relatos do presidente Felizardo de Mello e Souza para a corte indicavam a apreensão com o desenvolvimento do conflito. Em correspondência para Francisco Ramiro d’Assis Coelho, então Ministro da Justiça, em dezembro de 1839, o presidente da província apresentava informações sobre a atuação dos rebeldes que vinham assombrando as autoridades locais e a população, e relatou a existência do medo generalizado que estas ações causavam na sociedade maranhense. Segundo o presidente da província, as informações e relatos sobre os rebeldes, que incluía também as insurreições de escravos em algumas fazendas, faziam surgir o pânico e o

¹⁷³ Ofício de Vicente Camargo para o ministro do Império (Bernardo Pereira de Vasconcelos). 16 de fevereiro de 1839. Arquivo Nacional. (coleção Caxias, caixa 808).

¹⁷⁴ Ofício de Manoel Felizardo de Souza e Mello para o ministro do Império (Bernardo Pereira de Vasconcelos), em 15 de março de 1839. Arquivo Nacional. (Coleção Caxias, caixa 808).

¹⁷⁵ Ofício de Manoel Felizardo de Souza e Mello para o Ministro da Guerra (Sebastião do Rego Barros), em 15 de março de 1839. In: ARAÚJO, Maria Raimunda. *Op. Cit.* p. 74.

terror na população, e essa apreensão era descrita para o Ministro na Corte, como no caso relatado na correspondência abaixo:

... Quatro fazendas, entre as vilas do Rozario, e Itapecurú-Merim se tinham insurreccionado, e armados os escravos, de arcos, frechas, e lanças, e incorporados aos rebeldes cometião todos os excessos, havendo já morto um velho de 70 anos, abrindo-lhes, ainda vivo, a barriga, e introduzindo-lhe um leitão, e outros assassinatos horrorosos. Na mesma ocasião se dizia que um preto Lamego, entitulado major do Balaio pregava a liberdade dos escravos, e assegurava que pelo menos os de sua nação seria livre.¹⁷⁶

As cartas expressavam a apreensão das autoridades. A nomeação de Luís Alves e o pedido urgente do Conde de Lajes para que fosse realizada uma apreciação dos acontecimentos faziam parte deste contexto. Mas, se nas primeiras cartas o novo presidente alegava que ainda faltava tempo para reunir os documentos e fatos para apresentar uma explicação sobre as origens e causas da revolta dos Balaio, a reflexão sobre as motivações da revolta estava sendo realizada por Magalhães, que teve acesso a essas correspondências, aos debates dos jornais, e possivelmente a alguns relatos pessoais, para realizar a escrita dos acontecimentos que originaram a revolta e fizeram parte de seu desenvolvimento.

O episódio do assassinato do homem idoso pelos rebeldes e a perversidade de costurar um leitão em seu ventre, apresentado na correspondência citada anteriormente, foi utilizado como um fato representativo das ações dos rebeldes como facciosos sanguinários, e ganhou um pequeno capítulo na *Memória*, com o título de “Progressos da rebelião e seus horrores”. Na narrativa, Magalhães, utilizando-se de suas habilidades literárias, traça um quadro ainda mais desesperador do caso apresentado por Manoel Felizardo de Mello e Souza, para envolver o leitor. Primeiro, Magalhães aumenta 10 anos a idade do senhor que havia sido vítima dos rebeldes, que segundo o presidente tinha 70 anos. Depois, acrescenta detalhes que creditam ainda mais barbaridades aos rebeldes, relatando que o ato cruel foi realizando diante da família da vítima:

... a um mísero ancião octogenário cortaram o ventre e nele coseram um leitão vivo, que lhe roía as entranhas; esta recordação horrível de um suplício tartáreo foi feita ante os olhos dos filhos e da esposado do desgraçado velho, e nem o deixaram os frios algozes, que galhofavam, sem o ver exaltar o último espiro no

¹⁷⁶ Ofício de Manoel Felizardo de Souza e Mello para o Ministro da Justiça (Francisco Ramiro d’Assis Coelho), em 5 de dezembro de 1839. In: ARAÚJO, Maria Raimunda. *Op. Cit.* p. 212.

meio das cruéis vascas e dolorosos gritos da família, que além deste martírio foi espancada em despedida.¹⁷⁷

Conforme a historiografia sobre a Balaiada já destacou, a partir desta ótica, os rebeldes populares foram caracterizados durante muito tempo como homens sem nenhuma civilização, que viviam de rapina, matavam com naturalidade, e principalmente não teriam nenhuma motivação política para se rebelar contra o governo. Essa questão é apresentada inclusive nas primeiras correspondências do início da revolta pelos presidentes da província para o governo central. Manoel Felizardo de Mello e Souza, durante sua administração, afirmava para Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque “que o caráter que apresenta a desordem do Maranhão nada tem de político, mas que só nela se divisa o espírito da rapina, e assassinato.”¹⁷⁸

Magalhães também apresenta em vários trechos da *Memória* a ideia de que os líderes populares não tinham capacidade de elaborar reivindicações sobre a política e a administração da província. O presidente da província recebia as cartas escritas por alguns líderes rebeldes explicitando seus motivos e insatisfações, o que nos leva a crer que esses documentos também passaram nas mãos de Gonçalves de Magalhães. Raymundo Gomes, por exemplo, era alfabetizado, e foi o autor de diversos manifestos. O vaqueiro também assinou cartas que eram enviadas para as autoridades locais durante a revolta. Já na narrativa da Balaiada, Magalhães enfatizava a total falta de iniciativa política do líder popular, apesar dos documentos expressarem reivindicações que tangenciavam a defesa da constituição do Império e críticas à administração da província. Em diversos documentos, Raymundo Gomes defendia a Constituição do Império, exigindo a garantia dos “direitos dos cidadãos brasileiros” e que somente deveriam ficar em vigor, “as leis provinciais” que não fossem “de encontro as leis gerais do Império,”¹⁷⁹ pontos que nos apresenta um líder rebelde preocupado em expressar oficialmente as motivações da revolta.

Sobre o marco inicial para o início da Balaiada, na exposição apresentada por Magalhães sobre o acontecimento do assalto a cadeia da vila de Manga, percebemos outros aspectos da Balaiada que foram ignorados pelo poeta. Assim, na *Memória*, a invasão da cadeia pelo vaqueiro Raymundo Gomes para libertar seu irmão, - que estava

¹⁷⁷ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. “*Memória Histórica...* Op. Cit., p. 26.

¹⁷⁸ Ofício de Manoel Felizardo de Mello e Souza afirmava para Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, em 29 de setembro de 1839. Arquivo Nacional. (coleção Caxias, caixa 808).

¹⁷⁹ Ofício do rebelde Raymundo Gomes ao Prefeito da Comarca do Itapecuru-Mirim (Joaquim José Gonçalves), em 10 de junho de 1839. In: ARAÚJO, Maria Raimunda. Op. Cit. p. 104-105.

preso, e também soltou outros homens, dentre os quais alguns tinham sido recrutados à força, - foi narrado como uma ação de desordeiros que se aproveitaram do clima de disputas políticas existente na província para praticar atos criminosos e que depois foram manipulados pelos liberais para continuar o desenvolvimento da revolta.

A questão familiar que compõe o cenário da ação de Raymundo Gomes não foi posta na narrativa escrita por Magalhães. O autor chega a acrescentar no manuscrito, que encontra-se disponibilizado no Arquivo Nacional, a informação de que o irmão de Raymundo Gomes estava preso, na ocasião do assalto¹⁸⁰. Entretanto, para a publicação da *Memória*, esse dado foi extraído, o que nos indica que Magalhães preferiu não apresentar a informação sobre as questões familiares que faziam parte do contexto na ocasião do assalto à cadeia, negligenciando esse elemento. A compreensão de questões familiares em associação com as tensões do recrutamento forçado poderia de certa forma “humanizar” o líder rebelde, que foi retratado como um bárbaro irracional na *Memória*. Magalhães, ao descrever a personalidade de Raymundo Gomes, indicava que o vaqueiro não teria capacidade de articular um movimento político, pois:

... Era Raymundo Gomes incapaz de tomar por si uma tal resolução, posto que por seus hábitos muito próprio para executá-la. Nascido no Piauí e filho dessa raça cruzada de índios e negros de que tratamos, criado no campo entre o gado que pastorava, prestando a sua faca às vinganças próprias e alheias, leigo nas letras humanas, apenas conhecido por alguns assassinatos de que impunemente vivia, manchado pela perversidade dos costumes que relatamos e ineficácia das leis; não se arrojava a perturbar a tranquilidade pública por motivos políticos, sem estranho impulso; e que quando ousasse, abortaria a sua audácia a não encontrar o decidido apoio, que incontestavelmente lhe foi dado. Instrumento estúpido de um cego partido que cuidou poder, quando lhe aprouvesse, fechar o dique da cólera popular, Raymundo Gomes, o vaqueiro assassino, converteu-se em chefe do partido bemtevi! E os que o levantaram do pó da terra envergonharam-se de sua obra.¹⁸¹

Assim, na *Memória* escrita por Magalhães, apesar da crítica geral realizada sobre a sociedade maranhense, que não poupou a elite provincial, responsabilizada pelo descaso e maus tratos com as classes mais baixas, o autor aponta para a influência e manipulação do grupo político dos liberais na mobilização dos rebeldes populares. Dessa forma,

¹⁸⁰ Manuscrito original de 158 páginas da memória histórica da Revolução Maranhense, da lavra de Domingos José Gonçalves de Magalhães, publicada na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – Ano de 1848. Vide Portaria, n. 212-121 de 20-7-42. Arquivo Nacional.

¹⁸¹ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. “*Memória Histórica...* Op. Cit., p. 18.

Raymundo Gomes é representado como um homem sem instrução alguma que obedeceu uma “mão oculta” para realizar as suas ações e aproveitou essa situação para praticar maldades, exercendo os seus instintos primitivos.

A descrição realizada por Magalhães a respeito do envolvimento de outro líder popular da Balaiada também procurou não atribuir importância política às ações dos rebeldes. Na narrativa da *Memória*, a adesão de Francisco dos Anjos, o Balaio, na revolta indica que o envolvimento do rebelde não estava vinculado a insatisfação política ou administrativa na província. Para Magalhães, o Balaio havia se tornado um dos líderes da Balaiada por motivos de vingança:

Contam que duas filhas suas tinham sido defloradas por um certo Guimarães, oficial de comissão que da vila do Itapucuru-Mirim marchara com um golpe de gente para atacar Raymundo Gomes na Chapadinha, logo em princípios da revolta. Balaio, posto que de baixa esfera e pobre, assim ferido na sua honra, jurou lavrar com sangue a nódoa de suas filhas: cheio de indignação publicou a sua desonra da legalidade, vendidos aos portugueses, queriam exterminar os de sua cor; que suas vidas, honra e bens, pátria e liberdade, não tinham outros recursos senão as armas; e destarte colocou-se Balaio à testa de uma enxame de rebelados, e começou a semear por onde passava destruições e mortes. Nenhum outro o avantajou nas crueldades, que muito o enfurecia a sede implacável da vingança.”¹⁸²

Essas interpretações sobre os sujeitos da revolta colaboraram decisivamente para a construção da versão de que os rebeldes populares agiam sob a égide de suas paixões e sentimentos de vingança. Com relação ao caso do envolvimento do Balaio na revolta, a narrativa sobre as motivações da sua participação na Balaiada dificultou a análise de outros elementos que estavam presentes no cotidiano da população de cor livre, como os conflitos em torno da questão do recrutamento, problemática que constituiu o cenário no contexto do assalto à cadeia da vila de Manga por Raymundo Gomes.

O historiador Mathias Assunção, ao trabalhar com a História oral, identificou outra versão para o início da revolta, que está associada ao fato do Balaio ter lutado contra o recrutamento forçado para libertar seu filho. Essa questão também aparece nas fontes localizadas nos arquivos maranhenses, e são anteriores, inclusive, ao assalto à cadeia da Vila de Manga realizado por Raymundo Gomes. Assim, entre os meses de outubro e novembro de 1838, Francisco Ferreira resgatou o filho e outros recrutas que estavam

¹⁸² *Idem*, p. 20.

sendo enviados da vila do Brejo para a capital de São Luís. Depois desse acontecimento, conforme relato do dia 12 de dezembro de 1838, o prefeito da comarca do Brejo alertava o presidente da província sobre a ação do Balaio em sua região:

Agora mesmo me consta que Francisco Ferreira, por antonomásia o Balaio, que tomou filho recrutado, e que deu lugar a fuga dos outros recrutas; anda com outros mais, armados saindo em diferentes partes gabando-se que hão de fazer soltar a quantos recrutas passarem, e que finalmente a de assassinar ao que recrutou o filho; e eu sem meios de poder delegenciar suas capturas por falta de tropa: com paizanos nada se pode conseguir porque, apenas são avezados, já por toda a parte se sabe que sai uma delegência, e por consequencia ocultam-se e nada consegue. A vista do que espero que V. Ex. atendendo ao expendido envie para aumento da força aqui destacada mais vinte praças, que eu irei recrutando outros para remeter a V. Exa., sem o que nada se poderá obter, e teremos de ver reproduz-se o crime de momento a momento.¹⁸³

Para Assunção, os conflitos do recrutamento forçado constituíram a base da resistência camponesa que foi se fortalecendo no final do ano de 1838. Assim, em 13 de dezembro de 1838, na ocasião do assalto da cadeia da vila de Manga, “a Balaiada já havia começado. Faltava apenas um manifesto, que legitimasse a resistência ao recrutamento em termos políticos e apontasse os objetivos a serem alcançados”¹⁸⁴, e que apareceria em pouco tempo.

A preocupação com o descontentamento da população diante do recrutamento forçado e a possibilidade deste elemento adensar ainda mais as fileiras dos rebeldes depois do assalto à cadeia da Vila de Manga também apareceria nas correspondências entre as autoridades locais e o presidente da província. O prefeito da comarca do Itapecuru-Mirim alertava Vicente Camargo para se preocupar com um aumento da revolta, “antes que se unão a ela, os inconsiderados inimigos da boa ordem, e se tornem assim mais formidáveis; o que não é muito difícil, à vista dos descontentes que existem, avessos a nova ordem das coisas, e outros stigmatizados por efeito do recrutamento forçado.”¹⁸⁵

¹⁸³ Ofício do prefeito da comarca do Brejo (Severo Alves de Carvalho) ao presidente da província (Vicente Thomás Pires de Figueiredo Camargo), em 12 de dezembro de 1838. In: ARAÚJO, Maria Raimunda. *Op. Cit.* p. 31-32.

¹⁸⁴ ASSUNÇÃO, Mathias R. *Dos Caboclos aos bem – ti vis*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH, USP. p. 337.

¹⁸⁵ Ofício do Prefeito da Comarca do Itapecuru-Mirim (Joaquim José Gonçalves) ao Presidente da Província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo, em 16 de dezembro de 1838. ARAÚJO, Maria Raimunda. *Op. Cit.* p. 33.

A questão do recrutamento forçado não foi mencionada em nenhum momento na narrativa de Magalhães. A correspondência entre as autoridades locais, citada anteriormente, é inclusive utilizada pelo historiador para descrever os temores que surgiram na fase inicial da revolta, onde é destacada na memória o receio das autoridades de que as atuais conturbações fossem o início de uma nova revolta, como a vivenciada no ano de 1832, que tinha a sua frente Antônio João Damasceno. Essa mesma correspondência que aparece a preocupação com o recrutamento, foi utilizada por Magalhães na *Memória*, mas o poeta destacou o excerto da fonte que aparece o medo de que o assalto da cadeia da vila de Manga pudesse ser a origem de uma nova revolta na província. Dessa forma, Magalhães aproveita para indicar que o presidente Vicente Camargo já estava sendo alertado dos perigos do início de uma nova revolta e que não tomou as medidas necessárias para impedir o avanço dos rebeldes, argumento que o poeta pretendia utilizar para a caracterização negativa da administração de Camargo.

A construção da narrativa procurava destacar determinados pontos, negligenciando outros. Magalhães não abordou as tensões da sociedade Maranhense causada pelo recrutamento forçado, que segundo as correspondências eram motivo de recorrentes insatisfações, especialmente depois da lei dos prefeitos, que evidenciou o controle da justiça local e do controle da polícia sob as ordens dos prefeitos, que passavam a ser indicados pelo presidente da província e não mais eleitos localmente.¹⁸⁶

Dessa forma, a ação do Estado era contestada diretamente pela população maranhense, através de cartas e de ações para libertar os recrutas. O poeta conhecia estas questões sobre as reivindicações dos rebeldes que ocorriam na província e também que estavam presentes nos debates da Assembleia e nos jornais de outros pontos do Império nesse período. Os liberais reclamavam do recrutamento forçado, os conservadores apoiavam a necessidade da prática de recrutar para ampliar o exército. Magalhães que toca em questões políticas do Império brasileiro, como a atuação de homens importantes e dos ministérios, preferiu silenciar-se sobre o recrutamento. Esse debate não entrou para a História pela pena de Magalhães.

Diferentemente do tema do recrutamento, a atuação política e militar de Luís Alves de Lima durante a Balaiada, em comparação com a administração dos dois presidentes anteriores, foi extremamente exaltada. Segundo o poeta, o conflito começaria a ser controlado apenas com a chegada do futuro Duque de Caxias, que é posto como o

¹⁸⁶ ASSUNÇÃO, M. Op. Cit. p. 305.

modelo de político idealizado, pois ao ocupar o cargo de presidente colocava-se acima das disputas partidárias e governava a província de forma imparcial. Seria “mais militar que político”¹⁸⁷. Assim, a imagem de um homem imponente aparece com frequência na narrativa. Além disso, Magalhães apresenta que o novo presidente da província não sofreu censura alguma da imprensa, pois todos seriam favoráveis à sua nomeação. O autor descreve os ânimos da população para a chegada de Luís Alves de Lima no momento da posse do cargo de presidente da província da seguinte forma:

Os que já de nome e fama o conheciam, o saudaram alegremente, e os jornais da província, a quem não eram ocultas as eminentes qualidades do novo chefe, em seu favor se dispuseram; e desde já notaremos que nunca a seu governo fizeram a menor oposição e censura, antes sempre o exaltaram, e nisto cada partido quis sempre avantajá-lo ao contrário. Tanto é certo que o grande homem que no desempenho de seus sagrados deveres não mira a qualquer outro fim, impõe silêncio à mesma inveja e à intriga. Os grandes homens se mostram nas grandes ocasiões, como os pequenos nelas desaparecem.¹⁸⁸

Desta forma, na *Memória* da Balaiada podemos encontrar várias referências aos feitos militares estratégicos de Luís Alves de Lima no êxito da vitória de sua campanha. Organizou o seu exército, enfrentou as crises financeiras para a manutenção das tropas na guerra civil, resolveu a sublevação de soldados, ficou a frente em diversos combates, visitou lugares críticos para combater os rebeldes.

Portanto, Magalhães apresenta o caráter extremamente positivo da nomeação de Luís Alves de Lima para presidente e como as suas ações posteriores foram aprovadas pela população maranhense que buscava o restabelecimento da paz na província. É importante pontuar que o autor da *Memória* apresenta a chegada do novo presidente como um momento de grande expectativa, indicando que Luís Alves de Lima teria seus feitos militares conhecidos no Maranhão antes mesmo de assumir o cargo de presidente e comandante de armas da província.

Luís Alves de Lima não seria apenas exaltado na *Memória Histórica sobre a Balaiada* escrita por Magalhães. O poeta também tratou de representar as ações gloriosas do futuro Duque de Caxias em seus textos literários. Assim, ainda em 1841, Magalhães escreveu a *Ode ao Pacificador* que condensou a imagem de Luís Alves de Lima de maneira potente, contribuindo significativamente para o seu epíteto de “pacificador

¹⁸⁷ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. “*Memória Histórica...* Op. Cit, p. 38.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 37.

nacional” e para o título de barão de Caxias recebido após o final da Balaiada.¹⁸⁹ Assim, no poema, o “amor puro e santo” de Luís Alves de Lima para salvar a nação, fez com que o oficial oferecesse sua vida e seus serviços para o bem nacional, e Magalhães destaca esses versos com o objetivo de eternizar a campanha vitoriosa do governo central em uma província distante. Se existisse alguma dúvida ou esquecimento sobre a capacidade e doação de Luís Alves de Lima para a paz interna do país, a experiência no Maranhão deveria ser lembrada.¹⁹⁰

Na guerra dos Farrapos, Magalhães, que também ocuparia o cargo de secretário de governo, manteria a tradição de versar sobre a campanha e a atuação de Caxias, e colaboraria, mais uma vez, para o fortalecimento da imagem do Marquês e uma crítica as revoltas que haviam sucedido desde o período regencial.¹⁹¹ “Inda quereis mais sangue? Inda mais guerra?/ Pois bem, sangue de irmãos beba essa terra”¹⁹². Entretanto, o poeta colocava que o Marquês de Caxias estava lá, “Forçando à obediência/ Mais esta quarta estrela rebelada”¹⁹³, ao fazer referência às outras províncias que haviam sido pacificadas pelo militar: Maranhão em 1841, São Paulo e Minas Gerais em 1842, e, por último, o Rio Grande do Sul, em 1845.

Portanto, podemos perceber o esforço de Magalhães na narrativa sobre a Balaiada e nas odes escritas após os conflitos em construir uma imagem grandiosa do presidente da província e comandante de armas, Luís Alves de Lima. A campanha no Maranhão, em especial marcou a carreira do futuro Duque de Caxias, futuro patrono do Exército brasileiro. Foi sua primeira expedição militar e, depois da vitoriosa campanha para o governo central, Luís Alves de Lima tornar-se-ia o barão de Caxias e a maioria dos trabalhos historiográficos que refletem sobre esta figura marcam o momento de contenção da Balaiada como o grande início da sua carreira militar e política.¹⁹⁴ Os escritos de Magalhães, inclusive a narrativa da Balaiada, contribuíram significativamente nessa

¹⁸⁹ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento*. Op. Cit. p. 334-335.

¹⁹⁰ MAGALHÃES, D. J. G. “Pacificador do Maranhão. O Exm. Sr. Marechal Luiz Alves de Lima, Marquês de Caxias”. In: MAGALHÃES, D. J. G. *Poesias Avulsas*. Tomo I. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864. p. 292.

¹⁹¹ “Ode à paz da Província do Rio Grande do Sul: Tributo da mais cordial amizade, do mais sincero respeito e gratidão ao Exm. Sr. Marechal conde de Caxias, presidente da mesma província e general em chefe do exército pacificador”, que foi publicado pela revista *Minerva Brasiliense*, n. 12, 1845, vol. II, na seção poesia lírica.

¹⁹² *Idem*.

¹⁹³ *Idem*.

¹⁹⁴ Essa questão é apresentada na Introdução do livro *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento* escrito por Adriana Barreto de Souza. A autora problematiza este marco referencial, expondo a necessidade e a importância de pensar a trajetória do Duque de Caxias antes de sua atuação na Balaiada. Op. Cit. p. 33-34.

construção de uma memória a respeito do militar, destacando também a importância da estratégia desempenhada pelo ministério de 1839. Assim, a publicação da *Memória* também constituiria um elemento no debate político contemporâneo no momento de sua publicação e as discussões sobre a escrita da história no final da década de 1840.

2.2 O tempo de publicação e as disputas pelo passado recente

Após o término da Balaiada, Magalhães voltaria para a corte, ocupando-se de atividades literárias e das funções de professor do colégio Pedro II, e não publicaria de imediato a sua narrativa da Balaiada. Em 1843, o poeta seria mais uma vez encarregado dos serviços de secretário de governo acompanhando o governo do Barão de Caxias em outro ponto conflituoso do Império, a província do Rio Grande do Sul, que há muito tempo mantinha-se rebelada. A parceria do secretário de governo, Magalhães, e do presidente de província, Barão de Caxias, novamente seria vitoriosa, agora no outro extremo do país. Entretanto, apesar da campanha positiva para o governo central e da atuação administrativa mais intensificada como secretário da província, mantendo inclusive correspondência direta com o ministro da Guerra e sistematizando informações administrativas e políticas variadas¹⁹⁵, Magalhães não escreveu nenhum texto que narrasse os acontecimentos da Revolta dos Farrapos, e também não realizou nenhuma reflexão sobre os costumes da sociedade rio-grandense.

Todavia, o público leitor do Brasil oitocentista ainda esperaria alguns anos para conhecer a História da Balaiada produzida por Magalhães. Foi depois de cessada a Revolta dos Farrapos, após também a efêmera experiência parlamentar de Magalhães e no momento em que o poeta já havia iniciado a sua longa carreira diplomática¹⁹⁶. O texto ganharia uma publicação no segundo semestre de 1848, quando a *Revista do IHGB* imprimiu com destaque em suas páginas a *Memória da Balaiada*. A impressão da obra ocorreu logo após o Instituto destacar a importância desse trabalho, indicando o sucesso de Magalhães de narrar os acontecimentos de forma imparcial e premiando o texto como uma obra exemplar de História. O parecer do IHGB sobre a *Memória da Balaiada* em 1847 destacava que

Raros são os trabalhos feitos sobre acontecimentos políticos por autores contemporâneos, que reúnam tantos requisitos de perfeita

¹⁹⁵ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias... Op. Cit.* p. 414.

¹⁹⁶ Entre os anos de 1846-1847 Magalhães foi deputado provincial, eleito pela província do Rio Grande do Sul. Com relação ao início de sua carreira diplomática, as primeiras correspondências de Magalhães como diplomata datam no mês de maio de 1848, em Nápoles.

exactidão e imparcialidade como esse de que ora nos ocupamos. O seu autor achou-se colocado na mais feliz condição para bem observar os sucessos que narra, sem alterá-los pelas paixões próprias, que comumente conturbam o juízo do historiador. Extranho aos partidos, que lutavam entre si n'esse período calamitoso da história da província do Maranhão, ele pode apreciar o encadeamento de causas diversas, que trouxeram consigo aquela medonha explosão da guerra civil e da anarquia, e distinguir a natureza e diversidade de elementos que a formavam.... Exposição methodica e lucida, estylo elegante e correcto, vistas philosophicas e elevadas sobre o estado da civilização d'aquela parte do Império; três são as principaes qualidades que caracterizam esta nova produção em prosa do Sr. Dr. Magalhães, a quem tanto já deve a poesia e a literatura nacional.¹⁹⁷

Portanto, a instituição cultural do país que carregava a autoridade de pensar a história nacional naquele momento apresentava a importância deste texto de Magalhães. O IHGB dava o aval, quebrando a dinâmica de publicações do próprio Instituto que não imprimia em sua revista textos e artigos sobre pessoas ainda vivas, em atuação na política do tempo. A historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães, ao analisar as publicações da *Revista do IHGB*, também observa a ausência de trabalhos de cunho histórico que tomassem algum fato da história recente brasileira como objeto de reflexão. Estes temas poderiam “trazer à tona uma série de contradições, dúvidas e até mesmo rivalidades pessoais, que em nada poderiam contribuir para o fortalecimento das debilitadas instituições monárquicas”.¹⁹⁸ A autora cita alguns exemplos, como o caso de José de Rezende Costa, que era sócio do IHGB, e traduziu, ainda no ano de 1839, um capítulo da obra *História do Brasil*, de Robert Southey. O texto ficaria sete anos na gaveta até que a Comissão encarregada de avaliá-lo deu um parecer negativo para a publicação.¹⁹⁹ Outro exemplo apresentado por Guimarães é o texto escrito por Diogo Soares da Silva de Bivar - “Crônica do ano de 1842”- no qual é narrado o combate feito pelas tropas imperiais nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, e que também não foi publicado pela *Revista*. Apesar da indicação da possibilidade de publicar o texto posteriormente pela Revista, o trabalho não chegou a ser impresso em sua totalidade e apenas o “Apêndice” da Crônica, que apresentava quadros estatísticos, foi publicado no ano de 1843.²⁰⁰

Já a *Memória* da Balaiada recebia o carimbo positivo para a publicação e com

¹⁹⁷ *Revista do IHGB*, v. 7, 1847.

¹⁹⁸ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*”: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Tese de doutorado, USP: 1994. (p. 125-126).

¹⁹⁹ *Idem*, p.118.

²⁰⁰ *Idem*, p. 158.

grande êxito. E tinha o aval também das próprias origens do ofício, o do historiador testemunha, que esteve presente em um momento crítico de conflito nacional e assegurou seu registro para a posteridade, “fazendo reviver os fatos de maneira que o leitor involuntariamente experimenta as sensações de uma testemunha ocular”, conforme a apreciação do Instituto buscou destacar.²⁰¹

Apesar da “exceção” que foi a publicação de um trabalho sobre o passado recente do país, que tocava em questões tão caras para o período e retratava as fissuras e dificuldades para a construção do Estado Nacional e da própria nação, avaliando inclusive o desempenho político de contemporâneos e as características sociais do país, o IHGB indicava a qualidade do trabalho de Magalhães e a importância de seu relato. Entretanto, é necessário destacar que na ocasião da publicação, a própria *Revista* observava que possíveis interpretações realizadas pelo autor sobre os fatos contemporâneos não constituíam uma opinião unânime do Instituto, e que, por isso, mesmo o IHGB “acolhendo com os maiores aplausos o trabalho do Sr. Dr. Magalhães”, o instituto não ficava “solidário de todas as ideias emitidas pelo autor.”²⁰²

Provavelmente a caracterização que Magalhães fez dos líderes populares da Balaiada, como ferozes sanguinários, não seria uma preocupação para a premiação e publicação da obra pelo Instituto. Entretanto, outros pontos poderiam ser alvo de debates, como por exemplo, a crítica contundente que o poeta faz aos costumes da sociedade maranhense em geral, que não era dirigida apenas para as classes mais baixas do estrato social do Maranhão, mas que abrangia inclusive a elite provincial, conforme pontuamos anteriormente.

A crítica à caracterização realizada por Magalhães sobre os costumes da sociedade maranhense não demoraria muito para ser realizada e viria da própria província do Maranhão. Assim, a *Revista Universal Maranhense*, em edição de 1º. de janeiro de 1850, publicou um artigo no qual analisava a *Memória*, que há pouco tempo havia chegado na província. O início do artigo apresenta elogios sobre as qualidades de Magalhães, conhecido pelas suas poesias, e que tinha conseguido desempenhar com louvores o ofício de historiador, indicando que o literato havia escrito um ótimo trabalho sobre um acontecimento contemporâneo, um difícil desafio de ser empreendido com sucesso.

No entanto, segundo o artigo, se a obra era louvável pela crítica documental e pelo testemunho do autor, o mesmo não se poderia dizer de algumas avaliações realizadas por

²⁰¹ *Revista do IHGB*, v. 7, 1847.

²⁰² *Revista do IHGB*, Tomo X, 1848.

Magalhães, especialmente com relação à descrição do autor a respeito das ações dos proprietários e fazendeiros com seus escravos. O artigo destacava que se existiam senhores que maltratassem seus escravos, conforme apresentava a narrativa, estes seriam exceções, pois, no Maranhão, “há inúmera quantidade deles [fazendeiros] que tratam paternalmente os seus escravos, e que até fá-los esquecer por momentos da ignominiosa escravidão.”²⁰³

Uma década depois da publicação da *Memória* pela *Revista do IHGB* e quase vinte anos após o fim da revolta, a narrativa histórica escrita por Magalhães ganharia mais uma vez espaço para a discussão da caracterização da revolta, em uma publicação especial, desta vez isolada, em formato de livro, pela tipografia do Progresso, em São Luís – MA. Para essa impressão de 1858, a narrativa ganhou importantes acréscimos de notas e comentários do editor. Além disso, foram acrescentados dois textos introdutórios: um assinado pelo próprio editor B. de Mattos, que informa que houve o pedido para “uma pessoa habilitada” enriquecer as notas da *Memória*, com o objetivo de “dar-lhe maior valor”; e outro texto cujo título é “Breves reflexões acerca da Revolução da Província do Maranhão”, que não está assinado, mas o editor indica que a autoria do texto é de um jornalista que escreveu em 1850 para a *Revista Universal Maranhense*, que constitui um alargamento das discussões apresentadas do artigo que comentamos anteriormente.

Na “Reflexão”, o autor indica que a leitura da obra de Magalhães deveria ser reavaliada com relação a algumas interpretações feitas pelo “historiador Dr. Magalhães” sobre o conflito, principalmente sobre os motivos apresentados a respeito da eclosão da revolta. Sobre estes aspectos, o jornalista aponta para “possíveis erros” do historiador, mas que não diminuíram a importância da *Memória*, já que “a narração dos factos que dizem respeito a campanha é de uma fidelidade extrema”. Assim, os textos introdutórios da obra procuravam alertar o leitor maranhense sobre alguns equívocos realizados pelo autor, justificando dessa forma, o acréscimo de uma série de notas de rodapé que acompanhavam a edição da *Memória*.

Em suma, as circunstâncias e características sociais que possibilitaram a revolta segundo Magalhães foram questionadas. Assim, nas considerações do editor, o poeta teria ficado impressionado com a desordem ocasionada pela revolta e com suas “horríveis consequências” e alguns fatos acabaram sendo retratados de forma muito negativa e até mesmo injusta, especialmente com relação aos aspectos do tratamento que os senhores

²⁰³ *Revista Universal Maranhense*, edição 9, 1º. de janeiro de 1850.

davam aos seus escravos, na qual o historiador denunciava um “bárbaro rigor”. Retomando mais uma vez a crítica já realizada pela *Revista Universal Maranhense*, em nota inserida para publicação do livro foi colocada a indicação de que eram poucos os senhores que maltratavam seus escravos no Maranhão naquele período, e que isso ainda tinha diminuído ainda mais com o fim do tráfico. Os escravos eram, segundo o editor, “mui bem alimentados e vestidos.”²⁰⁴

Outro aspecto destacado para a edição da *Memória* em São Luís foi a crítica que indicava o equívoco do autor em aproximar as propostas políticas dos liberais com as ações dos líderes rebeldes. Na introdução e nas notas da nova edição, existe o cuidado de indicar que um partido tão grande e forte da capital, como era o dos liberais, não colocaria à sua frente um “miserável” como Raymundo Gomes, e que era falsa a ideia de “que a revolta de 1839 fosse feita por um partido ou influenciada em alguma coisa pelos chefes do partido bem te vi da capital”²⁰⁵. Durante a narração do início da revolta e do ataque a cadeia da vila de Manga, o editor faz questão de indicar que a interpretação de Magalhães sobre a influência do partido liberal para as ações de Raymundo Gomes era fantasia do autor, que havia tido essa conclusão depois de ter acesso a informações falsas²⁰⁶.

A preocupação do editor em pontuar os equívocos de Magalhães, nesse caso, tangenciava as disputas pela legitimidade dos partidos políticos e a negação da atribuição de responsabilidade do conflito para o grupo dos liberais. Assim, a edição procurava indicar novos aspectos para a interpretação do passado recente que ainda tinha relevância no debate político contemporâneo, e, nesse contexto, as explicações sobre as motivações para o envolvimento popular na revolta continuava sendo uma questão que gerava debate.

Francisco Ferreira, o conhecido Balaio, mereceu destaque no texto introdutório da edição da *Memória* de 1858, no qual é caracterizado como representante do povo que sofreu uma injustiça de um agente do governo central. Na própria narrativa escrita por Magalhães, como os leitores devem lembrar, é colocada a versão de que o envolvimento de Francisco Ferreira na revolta foi motivado pelo ataque de um oficial às filhas do futuro chefe popular da revolta, que decidiu, por motivos de vingança, entrar para a fileira dos rebeldes. Assim, na nota introdutória da nova edição da *Memória*, este fato da narrativa

²⁰⁴ MAGALHÃES, D. J. G. *A revolução da província do Maranhão, 1839-1840*. São Luís: Tipografia do Progresso. Impresso por B. de Mattos, 1858. p. 16.

²⁰⁵ *Idem*, p. VIII.

²⁰⁶ *Idem*, p. 24.

é ressaltado para negar o envolvimento dos liberais com os líderes populares da Balaiada. Segundo o comentário realizado na edição:

Essa revolução, nascida de circunstâncias previstas, foi agravada pelos que deveriam acalmá-la. Quem veio dar-lhe força foi Balaio, e bem se sabe, o historiador mesmo o confirma, que a vingança justa pela desonra que lhe trouxe ao seu teto hospitaleiro um oficial do exército, enviado pelo governo para sufocar o movimento revolucionário, foi que o compeliu a pegar em armas e a tornar-se por assim dizer o verdadeiro chefe da rebelião.²⁰⁷

A narrativa escrita por Magalhães foi um elemento que colaborou para a formulação dos argumentos utilizados pelos conservadores nos debates do final da década de 1840, que se estenderam por anos. Assim, segundo Adriana Barreto, apesar da crítica a elite maranhense não ser restrita aos membros do partido liberal, os liberais acabaram sendo caracterizados como colaboradores importantes para a eclosão da revolta e de seu desenvolvimento. Entretanto, a preocupação do IHGB com o enredo da narrativa escrita por Magalhães sobre um acontecimento contemporâneo também pode ser compreendida pela caracterização negativa, apresentada na *Memória*, de algumas figuras importantes do governo, como Manoel Felizardo de Souza e Mello, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e até mesmo críticas sobre o gabinete de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Em um artigo do jornal da corte chamado *O Patriota*, em setembro de 1849, a *Memória da Balaiada*, que havia sido publicada recentemente pela *Revista do IHGB*, é citada para auxiliar na crítica realizada pelo jornal que era dirigida ao governo. Assim, no artigo, o texto escrito por Magalhães é utilizado para a caracterização do ministério atual e especialmente para atacar a figura de Manoel Felizardo de Souza e Mello, que nos anos finais da década de 1840 ocupava dois ministérios: o da Marinha e o da Guerra. Portanto, ao apresentar as ações do governo de Souza e Mello na província do Maranhão durante a revolta, principalmente os trechos que indicava a fraqueza de suas ações e ineficácia estratégica contra o avanço dos rebeldes registrados por Magalhães, o jornal aproveitava para indicar a falta de capacidade do atual ministro, pois a obra descrevia “em caracteres verdadeiros, e brilhantes, um dos estadistas da *ordem reorganização, e futuro*.”²⁰⁸ Utilizando-se dos excertos de capítulos da *Memória*, o jornal perguntava-se, ironicamente, se dessa forma o público não ficava conhecendo o “gênio heróico-militar do nosso bi-ministro o Sr. Manoel Felizardo?”

Portanto, a publicação do texto de Magalhães em 1848 é significativa para o

²⁰⁷ *Idem*, p. VIII-IX.

²⁰⁸ Jornal *O Patriota*, 29 de setembro de 1849.

quadro de textos publicados pelo IHGB e também para o debate político do período, que gerou uma série de questionamentos, dando inclusive munição aos liberais. Todavia, sabemos que Manoel Felizardo de Mello na época da publicação era figura mais do que legitimada, permaneceu ministro, foi diretor da Escola Central, não teve sua carreira abalada. Entretanto a caracterização da incapacidade administrativa de Manoel Felizardo de Souza e Mello na *Memória da Balaiada* escrita por Magalhães seria suscitada para a apresentação de crítica ao político conservador que se estenderia até a década de 1860. O liberal Tehophilo Ottoni realizaria considerações sobre a política de Souza e Mello e relembriaria da descrição que Magalhães realizou na *Memória* para atacar o ex-presidente da província do Maranhão. Ottoni lamentava que o político conservador ainda mantinha-se no poder depois de tanto tempo. Dizia que “o homem que há mais de vinte anos ri cinicamente em resposta as mais graves acusações que pesam sobre sua cabeça, e que se repetem em todas as administrações” continuava ocupando posições importantes no Império Brasileiro.²⁰⁹

Portanto, a *Memória* foi escrita para parecer imparcial, mas auxiliou na elaboração dos argumentos utilizados nos impressos na corte e também no Maranhão. Mais importante do que tudo, a *Memória* legitimava a ação do governo central, endossando como salvadora a escolha de Luís Alves de Lima, o homem que estaria acima das paixões partidárias. Essa era a principal narrativa que precisava de eco em 1848, o discurso da moderação e da paz política. É importante destacar que os anos do final da década de 1840 são marcados pela tensão política e social, quando os debates entre os conservadores e os liberais eram intensos e os liberais iam sendo culpados por todas as revoltas do país. Foi também o período da Praieira, momento em que os conservadores tentavam um redirecionamento desse apaixonado debate, questões que merecem um espaço maior para pensar esta obra escrita por Magalhães e também a publicação de outras narrativas históricas sobre a revolta ocorrida em Pernambuco que apareciam para adensar ainda mais o debate político e auxilia-nos a refletir sobre os aspectos que aproximam essas narrativas históricas e também suas especificidades.

Desta forma, entre 1848 e 1850 foram impressas três narrativas de revoltas, todas das penas de homens que estiveram presentes nos conflitos, todas profundamente impregnadas do debate político do período. As duas narrativas que historiaram a Praieira representaram nos impressos a luta política existente, ao serem apresentadas pelas

²⁰⁹ Artigo escrito por Theophilo Benedicto Ottoni em 10 de julho de 1862 e publicado no jornal *A Revolução Pacífica*, 3 de agosto de 1862.

tipografias dos dois jornais rivais da corte, e pelo fato de serem escritas por homens que haviam participado da revolta, marcando também a disputa pela legitimidade no presente. Desta forma, a tipografia do jornal *Correio Mercantil*, jornal liberal, imprimiria a obra escrita por Urbano Sabino Pessoa de Melo, enquanto que a tipografia do *O Brasil*, jornal dos conservadores, redigido por Justiniano José da Rocha, financiava a impressão da obra do Jerônimo Martiniano Figueira de Melo.

A primeira interpretação sobre os acontecimentos em Pernambuco que resultaram no conflito armado na cidade de Recife em 2 de fevereiro de 1849 foi escrita por Urbano Sabino Pessoa de Melo, membro proeminente do partido liberal, sob o título de *Apreciação da Revolta Praieira de Pernambuco*, publicado pouco após o fim do conflito armado. O autor era um dos editores do jornal *O Correio Mercantil* e procurava nessa obra justificar a legitimidade da Revolta Praieira, apontando os erros gravíssimos cometidos pelo governo central com relação a província de Pernambuco e as principais falhas que teriam ocasionado a eclosão da revolta.

O debate sobre a legitimidade da Praieira estava em voga no cenário político do Império brasileiro, e, ocupando o centro da imprensa nesta acalorada disputa, Urbano Sabino enfatizava inúmeras vezes que os deputados pernambucanos não foram os responsáveis pela eclosão da revolta. Ao colocar-se como testemunha ocular de todo o processo que ocasionou a revolta, o autor indicava que “o governo que a provocou”²¹⁰, pois manobrava os nomes para o cargo de senador e substituíria arbitrariamente as autoridades locais de Pernambuco. Desta forma, a partir das ações do governo central, apareceu um pensamento de desordem e também de indignação popular. Além da responsabilidade de incitar a revolta, o despótico governo, segundo o autor, também conduziria de forma completamente arbitrária a contenção da revolta, exercendo uma “política de sangue”.

Além disso, Urbano Sabino procurou destacar que o conflito não chegara ao fim em 1849 e que na província de Pernambuco ainda não era possível encontrar a paz. O autor inicia seu texto em tom de acusação, dizendo que não poderia mais se abster diante dos acontecimentos recentes:

Já não posso continuar o silêncio que tenho guardado sobre deploráveis sucessos da província de Pernambuco. Esperava que com a pacificação cessassem tantas calamidades, e voltasse o regime da constituição a substituir o domínio da espada, do

²¹⁰ MELO, Urbano Sabino Pessoal de. *Apreciação da revolta praieira de Pernambuco*. Brasília: Senado Federa, Ed. UnB, 1978. p. 67.

arbítrio e do terror, empregado com a maior crueza e desumanidade, e pretextado com fictício reclamos da ordem pública: minha esperança se tem completamente esvaecido, e com dor observo que o furor da vingança e extermínio bem tarde se há de aplacar.²¹¹

É com o ímpeto de fazer vir a tona o verdadeiro estado “deplorável” da província de Pernambuco, que Urbano Sabino reúne documentos para construir sua narrativa, argumentando que os registros produzidos durante a revolta devem ser observados como “provas” para que se possa “restabelecer a verdade dos fatos” tornando possível uma compreensão fidedigna dos acontecimentos. Para tanto, o autor utiliza os documentos produzidos pelos deputados liberais que procuravam dar legitimidade à revolta, como os manifestos e as publicações em jornais. O autor também destaca os documentos relativos ao julgamento dos envolvidos na revolta para apresentar os erros no processo de punição dos praieiros.

Assim, ao apoiar-se na ideia de apresentar uma visão imparcial dos conflitos, o objetivo do autor é rebater os discursos que atacavam os deputados praieiros que tinham seus nomes envolvidos na revolta e que sofriam acusações constantes dos conservadores. Na introdução da *Apreciação*, Urbano Sabino dirige-se diretamente ao deputado Maciel Monteiro, que segundo o autor, acabara de realizar um discurso na assembleia provincial que era completamente falso, calunioso, e retratava o instinto de vingança para com os “inimigos vencidos, presos e foragidos, e impossibilitados de responder-lhe”.²¹²

Portanto, segundo Urbano Sabino, foram os próprios homens que defendiam a bandeira da ordem os principais responsáveis pelo descontentamento popular que causaria a revolta, e que contaria, posteriormente, com o apoio dos deputados da praia, que “ter-se-iam colocado à frente do movimento, como o fizeram corajosa e francamente depois de perdidas todas as esperanças de solução pacífica.”²¹³

Desta forma, podemos observar a intenção de Urbano Sabino em construir uma memória que dignificasse o sacrifício dos deputados praieiros que se envolveram na revolta para defender o povo das ações despóticas. Assim, a primeira edição do livro, em 1849, apresenta um retrato de Nunes Machado, deputado liberal que foi morto no confronto do dia 02 de fevereiro na cidade do Recife, e que aparece na narrativa como um mártir popular, um símbolo importante da luta praieira. Esta imagem ficaria marcada

²¹¹ *Idem*, p. 33. (Grifo nosso).

²¹² *Idem*, p. 34.

²¹³ *Idem*, p. 68.

na memória correspondente à revolta. Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, por exemplo, lamenta profundamente a morte de Nunes Machado no conflito ocorrido no Recife, e apresenta que o deputado liberal seria o principal nome lembrado pela população pernambucana. Segundo Nabuco:

Nunes Machado ficou sendo até hoje o ídolo popular pernambucano, a memória querida por excelência... É que o povo perdoa aos que se parecem com ele, e Nunes Machado é a expressão das qualidades e dos defeitos pernambucanos. A sua política, se lhe tivessem deixado livre o campo, nunca teria melhorado, porém, só piorado a condição do povo. A Praia morreu com ele, por ser ele de todos os seus homens o único que podia imprimir ao movimento um cunho de generosidade.²¹⁴

Apesar das ressalvas feitas por Nabuco com relação ao desempenho de Nunes Machado como um deputado liberal, o autor de *Um Estadista do Império*, destaca a importância que este homem teve para a população pernambucana e para os seus companheiros no movimento da Praia. Segundo Nabuco, a revolta não sobreviveria sem a sua principal figura, pois ele seria o único de “seus homens” que apresentava alguma “generosidade”. Assim, com relação à importância de Nunes Machado na revolta, Joaquim Nabuco aproximou-se da visão apresentada de Urbano Sabino na *Apreciação*. Entretanto, a construção de uma memória de Nunes Machado como um grande mártir popular é colocada por Urbano Sabino, enquanto que Nabuco critica essa visão, indicando que a adoração popular pela figura do deputado liberal ganhou ainda mais força depois da sua morte durante o conflito.

A caracterização dos responsáveis pela contenção da revolta feita por Urbano Sabino também é um elemento importante para compreender a construção de sua argumentação. Assim, além de demarcar o completo apoio popular da revolta, Urbano Sabino faz sérias críticas ao presidente da província de Pernambuco Manoel Vieira Tosta e ao chefe da polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, homens retratados com um caráter perverso, com coração frio e sanguinário, que apresentavam os piores instintos de vingança:

Cumpramos desmascarar a hipocrisia, em que se envolve a facção para devastar o país e exterminar seus adversários. A ordem, a ordem! Nos gritam continuamente, e com essa palavra vão assassinando suas vítimas! Mas nem ao menos há sinceridade em

²¹⁴ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época....* Op. Cit. p. 104.

tanto furor: são revolucionários audazes, sanguinários e incendiários.²¹⁵

Ao se posicionar de forma tão crítica sobre a atuação de homens que estavam na política, essa narrativa intensificou o debate no Rio de Janeiro e também em Pernambuco. A *Apreciação* escrita por Urbano Sabino não demoraria muito para ser questionada, e em 1850, no ano seguinte à publicação da obra de Urbano Sabino, o chefe da polícia, que havia sido tão duramente criticado pelo deputado liberal, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, apresentaria ao público a *Crônica da Rebelião Praieira, 1848-1849*, que também pretendia expor fielmente os motivos e o desenvolvimento da revolta, descrevendo “as diversas fases da revolta praieira”²¹⁶.

Assim, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo apresenta no início da narrativa, que manteve-se imparcial e que não estava imbuído de nenhum espírito do partido naquele momento, estando com “os olhos fitos somente na verdade”, fundamentado nos fatos de que fora testemunha e também nos documentos impressos e manuscritos que circularam durante a revolta, valendo-se principalmente dos relatórios de presidente da província, das correspondências oficiais entre as autoridades locais, das discussões da Assembleia provincial e de dados gerais da revolta.

Para o autor, a revolta teria sido iniciada por articulações políticas dos liberais que estariam lutando para não perder seu poder depois da queda do gabinete liberal, e acabaram por espalhar “a desconfiança, a intriga, a mentira e a calúnia contra o novo Gabinete.”²¹⁷ Além dos debates nos ambientes institucionais, o autor destaca o papel destes homens nos jornais, que serviriam de impulso para a agitação da população “menos pensante”. Para Jerônimo Martiniano, a circulação das ideias na imprensa ajudaria a pregar a anarquia, pois os praieiros “descreviam horríveis assassinatos como triunfos militares da facção e... elevavam o crime de resistência ao grau de sublime virtude.”²¹⁸

O chefe da polícia durante a revolta destacava a perversidade dos revoltosos, que, segundo o autor, em sua maioria, não estavam preocupados com as questões políticas, mas envolviam-se na revolta para praticar os crimes mais perversos e ficavam acobertados pela bandeira da luta partidária. O mesmo argumento de Magalhães aparecia na pena do conservador Figueira de Melo, os rebeldes eram perversos criminosos,

²¹⁵ MELO, Urbano Sabino Pessoal de. *Apreciação da revolta praieira de Pernambuco... Op. Cit.* p. 47.

²¹⁶ MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848-1849*. Brasília: Senado Federa, Ed. UnB, 1978. P. XXXI.

²¹⁷ *Idem*, p. 11.

²¹⁸ *Idem*, p. 103.

perigosos, e tinham sido insuflados pelos liberais irresponsáveis. Assim, aproveitavam esta situação para roubar casas, saquear engenhos, invadir cadeias e soltar os criminosos. Para o autor, tratava-se de verdadeiros assassinos sanguinários e não homens preocupados com as disputas políticas e que “pela multiplicidade de seus roubos, antes pareciam quadrilhas de ladrões, do que homens que pugnassem pelo triunfo de princípios políticos.”²¹⁹

A caracterização que o chefe da polícia faz dos principais líderes da revolta, como Pedro Ivo, Borges da Fonseca, João Roma também é degradante, enquanto que do outro lado, o autor esforça-se para desconstruir a imagem que Urbano Sabino apresenta de homens como o presidente Tosta, que seria, segundo o Jerônimo Martiniano, um homem tolerante com as opiniões divergentes, e “não podia prestar-se ao papel de algoz de uma Província.”²²⁰

Outra questão importante de ser destacada, é que nos autos do processo Jerônimo Martiniano classifica o movimento da Praieira como crime de *rebelião*, assim como faz questão de colocar a palavra no título de sua narrativa - *Crônica sobre a Rebelião Praieira, 1848-1849*. Para a historiadora Izabel Andrade Marson, Jerônimo Martiniano, ao classificar o movimento da Praia como um crime de *rebelião*, atribuiria a punição mais severa do Código civil do Império Brasileiro, caracterizada pela prisão perpétua em Fernando de Noronha com a realização de trabalhos forçados.²²¹ Por sua vez, ao utilizar a nomenclatura de *rebelião* para classificar o movimento da Praia, o autor também indica que houve uma premeditação política anterior à revolta, não restringindo a sua análise apenas ao desenvolvimento da revolta, mas apontando características do partido responsável pela movimento Praieiro, que não conseguiam aceitar a perda do poder político. Assim, os homens da Praia:

... trataram de organizar em seus clubes da Corte o programa da resistência à pacífica realização da nova política entenderam que animando nas Províncias o espírito de agitação, excitando todas as más paixões da sociedade, resolvendo todas as fezes que a poluem; espalhando, a desconfiança, a intriga, a mentira e a calúnia contra o novo Gabinete... eles não queriam resignar-se a serem governados, como fizeram os seus adversários, e resolveram lançar mão do desesperado recurso das armas.²²²

²¹⁹ *Idem*, p. 155.

²²⁰ *Idem*, p. 108.

²²¹ MARSON, Izabel Andrade. “Política, polícia e memória: a atuação do Chefe de Polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Mel na Revolução Praieira”. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 4, n. 7.

²²² *Idem*, p. 11.

Um movimento incitado por deputados que viam suas posições políticas serem enfraquecidas pela ascensão de um novo gabinete é a definição que Jerônimo Martiniano Figueira de Mello apresenta para o início da guerra civil de Pernambuco. Esta característica seria crucial para que o autor classificasse a revolta como um crime de rebelião nos autos do processo. Além disso, o chefe de polícia lamentava que a ambição política e mesquinha dos deputados praieiros tivessem causado tantas desgraças ao povo pernambucano. O autor fez questão de destacar que com o fim da revolta, a província de Pernambuco e o Império estavam salvos. Este feito seria resultado da ação dos conservadores que, com o apoio dos pernambucanos, teriam combatido a revolta e livrado o país destes homens ambiciosos que faziam guerra apenas com o objetivo de se manterem no poder, e que acabavam por incitar a população contra o governo.

Tanto sangue derramado, tantos cadáveres amontoados, tantas viúvas, tantos órfãos, para quê? Para elevação de alguns demagogos, que em seus cálculos de ambição não recuaram nem perante o saque da Cidade, com o qual acenaram e chamaram em derredor de si, essas hordas selvagens, que desonraram a nossa terra, e desmentem a nossa civilização. Basta. Está salva a Cidade, com ela a Província e com a Província o Império... enxuguemos com a caridade as lágrimas da viuvez e orfandade; coroemos de louros e recompensas os nossos bravos; roguemos a Deus pelos heróis, que pereceram no combate, defendendo a Cidade, e os objetos sagrados, que ela contém; *e sobretudo aproveitemos a lição, e olhem para o futuro.*²²³

Podemos destacar que a narrativa escrita por Jerônimo Martiniano seria utilizada como referência para a interpretação que Joaquim Nabuco realizaria em *Um Estadista do Império* sobre a Praieira. Apesar de não utilizar o conceito de *rebelião*, preferindo a palavra *revolução*, Nabuco apresenta uma chave de leitura semelhante à proposta por Jerônimo Martiniano com relação às ações dos deputados liberais que incitaram uma guerra civil em Pernambuco. Para Nabuco, os homens da Praia não se contentaram com a perda do poder para os conservadores e ainda lhes atribuíram a falta de capacidade de direcionar a política imperial quando estiveram no poder. Segundo Nabuco, “a revolta era inevitável, não porque os chefes políticos da Praia a promovessem, mas porque eram impotentes para dominar os seus correligionários.”²²⁴

²²³ MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848-1849. Op. Cit.*, p. 183. (Grifo nosso).

²²⁴ NABUCO, Joaquim. *Op. Cit.*, p. 97

Nabuco também marcaria a Revolta Praieira como a “última das revoluções”²²⁵ que viria para fechar um ciclo tortuoso de revoltas e ensinar aos homens a valorosa lição de aceitação da constituição do jogo político, para que o partido liberal não recorresse mais ao uso das armas para se manter no poder.

Assim, a ideia de que era necessário naquele momento olhar para o futuro a partir das experiências dolorosas do passado é enfatizada por Jerônimo Martiniano. Para o autor, a Rebelião Praieira havia chegado ao fim e o custo foi alto. Era necessário “enxugar as lágrimas” e, “sobretudo aproveitar a lição, e olhar para o futuro”. Segundo o autor, o fim da revolta marca um novo tempo, no qual a ordem estava instaurada pelos conservadores. O presente e o futuro tomariam novos rumos a partir da experiência com aquelas revoltas e, nesse processo, as aprendizagens do passado seriam fundamentais.

Esta visão da importância da ação dos conservadores também está presente na narrativa de Magalhães, que apresenta a chegada de Luís Alves de Lima para o cargo de presidente da província como um momento de ruptura na revolta da Balaiada. O autor da *Memória* da Balaiada apresenta o modelo de um bom governo, que deveria manter-se impessoal diante das disputas políticas locais. Assim como Jerônimo Martiniano, Magalhães também apresentou a ideia de ruptura com esse passado recente de revoltas. Estas conturbações políticas deveriam ser tidas como um exemplo para o futuro e, apesar dos males ainda deixarem “uma chaga aberta, que ainda goteja[va]”²²⁶, era necessário pensar no progresso nacional.

Essa ruptura para a demarcação de um novo tempo, de uma nova ordem, não pode ser observada na narrativa escrita por Urbano Sabino. Na ótica da narrativa do liberal pernambucano, as disputas ainda não haviam cessado no final da década de 1840. Pelo contrário, estavam longe disso. Ao narrar a revolta, Urbano Sabino tem um tom de denúncia e alerta sobre as ações dos homens do “partido da ordem” que mostravam incoerência entre seus discursos e suas ações. Os pregadores da ordem seriam os verdadeiros responsáveis pelas principais injustiças causadas no Império. Além disso, as preocupações em narrar os acontecimentos após a pacificação da província, ou seja, a continuidade das atrocidades dos homens da ordem no poder provincial, com a administração do presidente Tosta, contidas nos capítulos finais da narrativa, também colaboram para o entendimento da publicação da obra como uma forma de participar dos debates da época de forma decisiva. Assim, segundo Urbano Sabino, “se quiséssemos

²²⁵ *Idem*, p. 100.

²²⁶ MAGALHÃES, D. J. G. *A revolução da província do Maranhão, 1839-1840... Op. Cit.* p. 15-16.

investigar pontos de discrepância, acharíamos mais horrores, crueldade e imoralidade nos fatos seguintes à pacificação”²²⁷.

Vale lembrar que a ideia da colaboração dos homens da praia no auxílio de formulações das demandas populares e de suas insatisfações, que indica os liberais como defensores das causas do povo, colocada na narrativa de Urbano Sabino, também está presente no panfleto *O Libelo do Povo*, escrito por Francisco de Sales Torres Homem, no mesmo ano de 1849. Utilizando o pseudônimo de Timandro, Torres Homem procurou apresentar a revolta em Pernambuco como um exemplo significativo para as lutas do presente. Conforme as considerações da historiadora Izabel Marson, o autor do *Libelo do Povo* “utilizou a resistência pernambucana para a campanha do Partido Liberal contra o ato de dissolução da Câmara, de 19 de fevereiro”, e transformou a revolta em um símbolo “de um genérico Partido Liberal”, associando ainda com as lutas liberais na Europa contra o absolutismo.²²⁸ Nas palavras de Torres Homem, “um governo faccioso e sanguinário autorizara os Pernambucanos recorrerem para alto juízo de Deus, e lançaram mão das armas, em defesa de suas vidas, de suas propriedades, da honra de suas famílias, de seus direitos constitucionais, de tudo o que há de mais caro e sagrado para o cidadão!”²²⁹

Francisco Sales Torres Homem não destacava a busca pela imparcialidade no panfleto publicado em 1849, postura marcadamente diferente dos outros autores – Magalhães, Figueira de Mello, e Urbano Sabino – que trabalham neste capítulo, mas o seu texto publicado também no final da década de 1840 ajuda-nos a refletir sobre o ambiente de debate político que circulava nos impressos do Brasil Império. Timandro apesar de não reivindicar o título de “historiador”, apresenta uma reflexão sobre a situação política e social do país através de exemplos históricos do Brasil e também das inspirações que as revoluções de 1848 na Europa poderiam inspirar o país.

O debate continuava fervoroso, os levantes populares e as disputas entre os opositores políticos adensavam os argumentos. A publicação de quatro textos importantes nesse período, que procuram analisar e interpretar as revoltas nos indica a tentativa de influir nos debates contemporâneos e implicaram uma série de disputas, no qual o impresso era uma forma essencial de atuação política.

²²⁷ MELO, Urbano Sabino Pessoa de. *Apreciação da revolta praieira de Pernambuco. Op. Cit.* p. 142.

²²⁸ MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Moderna, 1980. p. 431.

²²⁹ MAGALHÃES, Junior R. *Três panfletários do segundo Reinado*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1956. P. 121.

CAPÍTULO 3 - O HOMEM DE LETRAS DIPLOMATA, AS DISPUTAS POLÍTICAS E DE IDENTIDADE

Posto que nestes climas frios não sofra eu tanto como ai, suspiro contudo pelo meu país; e si não fosse a necessidade, já teria deixado a terra estrangeira, onde tudo se acha, menos um coração amigo. Mas quando me lembro que o pobre Porto-Alegre, depois de velho, carregado de família, e com a mãe cega, viu-se ai desesperado, desprezado, e até posto fora do Paço pelo seu íntimo amigo o Sr. P. Barboza, a ponto tal que aceitou como um favor o mesquinho lugar de Cônsul de Prússia, cai-me a cara de vergonha, perco a coragem, e vou por aqui vivendo. O Brasil sem Artes e sem Letras, maltrata os seus literatos e artistas! Tanto pior para a sua glória... Alguém nos vingará.

Carta de Gonçalves de Magalhães para o Marquês de Caxias
Viena, 2 de março de 1861²³⁰

A correspondência entre Magalhães e Caxias na década de 1860 nos indica que a relação de amizade entre eles continuava estreita mesmo após tantos anos. Na carta, Magalhães perguntava sobre os estudos do “caro Luizinho”, filho do Marquês, e também contava sobre as habilidades musicais de sua filha Januária e da graciosidade de seu pequeno Amadeu. A parceria era mantida, ainda que os diversos trabalhos realizados por Magalhães como diplomata o haviam mantido fora do Brasil desde o ano de 1848, quando o poeta iniciou a sua longa carreira diplomática como representante do Império Brasileiro em diversos países da Europa e da América.

Assim, o excerto da carta citada na abertura do capítulo nos apresenta as confidências e as lamentações que ainda faziam parte da velha amizade consolidada após a parceria na contenção de duas revoltas que ocorreram no Império Brasileiro (Balaiada e Farroupilha). Dessa forma, na carta que Magalhães escreve para o Marquês de Caxias, percebemos elementos importantes no desabafo que expressava o desconsolo sincero de Magalhães em terras estrangeiras. A principal crítica realizada pelo poeta estava relacionada especialmente com a instabilidade vivenciada pelos homens de letras no Brasil. Magalhães mesmo saudoso com a pátria, admitia que não desejava voltar para o país, e assim constatava que a falta de espaço para os debates literários e artísticos era

²³⁰ Carta de Magalhães para o Marquês de Caxias. Viena, 2 de março de 1861. In: MORAES, E. Vilhena de. *Novos Aspectos da Figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937. p. 270.

uma dificuldade enfrentada pelos escritores brasileiros, cenário que não mudara desde sua partida em 1848, e que o levava a continuar exercendo cargos diplomáticos.

Magalhães não seria um exemplo isolado entre os homens de letras do Império brasileiro que seguiria a carreira diplomática. Dentre eles, teríamos outros exemplos, como o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen e o pintor Araújo Porto Alegre, citado inclusive no excerto da carta como um exemplo de desistência das atividades artísticas e literárias no Brasil. Varnhagen exerceria as funções diplomáticas durante praticamente o mesmo período em que Magalhães esteve fora do país e atuaria como diplomata em países como Portugal e Espanha, aproveitando sua estadia nesses lugares para realizar pesquisas históricas nos arquivos que pudessem servir de base para a escrita de suas obras e produzir reflexões sobre o passado brasileiro²³¹. Já Araújo Porto Alegre ocupou-se de atividades como pintor e decorador do Paço Imperial, foi orador durante 14 anos do IHGB e diretor da Academia Imperial de Belas Artes nas décadas de 1840 e 1850 antes de embarcar para as terras europeias e tornar-se cônsul brasileiro em Berlim, Dresden e Lisboa²³². Diferentemente de Magalhães e Varnhagen, Porto Alegre permaneceria mais tempo no Brasil antes de iniciar a carreira diplomática, mas, segundo o próprio Magalhães, não conseguiria obter apoio para continuar seu trabalho artístico e literário.

Esse aspecto é destacado por Magalhães, que observava a situação humilhante dos homens de letras que buscavam permanecer no Brasil. Dessa forma, para o poeta, a possibilidade de ocupar um cargo diplomático aparecia como uma boa oportunidade diante de um cenário escasso de incentivos às Artes e às letras no Império, e, por isso, a diplomacia seria a atividade que ocuparia uma boa parte da vida de Magalhães. Entretanto, essas funções, que mantinham Magalhães afastado do território brasileiro, não faziam com que o poeta deixasse de escrever, refletir e realizar ações que colaborassem para o adensamento das discussões sobre a literatura, a história e a política brasileira na segunda metade do século XIX.

Na Europa, durante um período de quase vinte anos, Magalhães foi enviado como representante do Império Brasileiro para cidades importantes da península itálica (Nápoles, Turim, Viena), e outras na Rússia, na Espanha e na Áustria. Nesse primeiro momento de sua carreira diplomática, o poeta relatava em sua correspondência os

²³¹ WEHLING, Arno. “Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): Pensamento diplomático”. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 198.

²³² SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor: Manoel de Araújo Porto Alegre. Op. Cit.*, p. 21.

principais acontecimentos e conturbações políticas ocorridas na Europa, especialmente sobre o processo de unificação da Itália, os conflitos originados deste processo e a interferência de países como a França e a Inglaterra.

Entretanto, mesmo longe do Império Brasileiro, o literato mantinha-se ativo na publicação de textos sobre a crítica literária e a escrita da história, enviando reflexões para a publicação na *Revista do IHGB*²³³. Magalhães também produziria muitas de suas obras que seriam publicadas e debatidas no Brasil neste momento, como é o caso da *Confederação dos Tamoios*, projeto antigo do literato que é finalizado e impresso no ano de 1856. Além dessas produções, ainda são desse mesmo período, as novas poesias líricas e os cantos fúnebres, que foram publicados nas coleções intituladas *Mistérios* e *Urânia*, e também as inéditas reflexões filosóficas realizadas pelo literato e publicadas no livro *Fatos do Espírito Humanos*.

Depois das funções diplomáticas exercidas na Europa, Magalhães iniciaria uma nova etapa em sua carreira ao ser nomeado em 1867 para ocupar o cargo de Ministro plenipotenciário e enviado extraordinário nos Estados Unidos, logo após a guerra Civil Americana, presenciando um período de reconfiguração política e social. No ano de 1871, o literato iria para a América do Sul, indicado para ser representante brasileiro na Argentina, onde escreveu artigos em jornais e mobilizou-se com as autoridades da República Argentina, em uma constante preocupação com uma possível guerra entre o Brasil e a Argentina, isso após o fim da Guerra do Paraguai e no período de conformação de acordos de limites e paz. Logo após a presença na Argentina, Magalhães seguiria para uma missão especial no Paraguai, realizada antes de retornar para a Europa, ocupando os cargos de ministro plenipotenciário e enviado extraordinário em Santa Fé.

Durante as suas atividades como diplomata na América do Sul, após a Grande Guerra, Magalhães teve uma atuação importante para pensarmos a prática diplomática da política externa do Império e, também, da política interna brasileira. A composição do gabinete ministerial era conservador e procurava estabelecer estratégias para que o país reafirmasse o poder da monarquia frente a uma possível guerra das repúblicas americanas contra o Brasil, contexto permeado pelo receio do avanço da influência da República Argentina na região platina. Além disso, foi criado na corte, no início da década de 1870, o Clube Republicano, que viria a fortalecer o movimento a favor da implantação da

²³³ Estamos nos referindo ao artigo “Os indígenas do Brasil perante a História”, oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1859 e a “Biografia do padre-mestre Frei Francisco de Monte Alverne” oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1859.

República no Brasil, especialmente após a publicação do *Manifesto Republicano* em dezembro de 1870. O Manifesto teve repercussão imediata e impulsionou o surgimento de outros clubes e jornais oposicionistas nas províncias do país. Desta forma, neste contexto político permeado por críticas à organização política monárquica, a nomeação e atuação de Magalhães como diplomata após a Guerra do Paraguai na Argentina e no Paraguai foi uma forma de acrescentar credibilidade às ações do governo, e, conseqüentemente, de defender e legitimar a grandeza do Império frente às repúblicas vizinhas. O poeta, que havia mantido boas relações no Brasil, inclusive com o próprio Imperador, apareceria como um bom nome para representar os interesses do Império.

É importante destacar que foi durante o período em que esteve na Argentina como diplomata que Gonçalves de Magalhães foi agraciado com o título honroso de Barão de Araguaia, simbolizando o reconhecimento do Império com os serviços diplomáticos prestados em trinta anos. O *Jornal do Commercio* destacava com “íntima satisfação” as qualidades do poeta como um homem importante para a política externa do país e também para o campo das letras, o que lhe garantia, segundo o jornal, “o respeito e a estima de todos.”²³⁴

A unanimidade da atribuição do título honorífico, destacada no *Jornal do Commercio*, não apareceria em outros periódicos da corte, especialmente na imprensa que configurava a oposição ao governo monárquico. Os jornais de oposição nesse período não deixariam de advertir negativamente o ato imperial que concedia o título de barão ao poeta. O periódico *A reforma: órgão democrático* interrogava quais seriam as ações importantes realizadas por Magalhães para que ele recebesse a honraria. Ironicamente insinuava que “sem dúvida que não é[ra] pelos Tamoyos: esses já foram condecorados”²³⁵, referindo-se a toda a polêmica que a publicação do poema havia causado na imprensa e nos debates brasileiros.

Assim, considerando a extensão das possibilidades de refletir sobre a atuação de Magalhães como diplomata do Império e como homem de letras do país propomos, nesse capítulo, analisar alguns embates na formação do Estado e na tessitura da identidade brasileira durante o período em que Magalhães foi diplomata, considerando duas dimensões principais: 1) os debates sobre a História e a Literatura nacional que foram suscitados com a publicação do livro de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios*, marcaram definitivamente o posicionamento do literato a favor do elemento indígena na

²³⁴ *Jornal do Commercio*, 7 de agosto de 1872.

²³⁵ *A Reforma: Órgão Democrático*, 21 de julho de 1872.

composição histórica da nação; e 2) o contexto de intensos conflitos internos nos países envolvidos na Guerra do Paraguai foi vivenciado pelo poeta, que em meio a discussão sobre o elemento indígena na Argentina e a forte tensão de um novo enfrentamento bélico, aparece como um defensor da política imperial, que procura demonstrar seu poder de influência.

Nessas duas facetas como diplomata, Domingos José Gonçalves de Magalhães realizou formulações importantes para pensarmos a sua atuação como homem de letras, que produz textos e reflexões sobre as questões da formação da nacionalidade brasileira, em um contexto de formulação de identidades também nos países vizinhos, e, que tem uma atuação política importante para auxiliar na conformação do país após o final de um grande conflito, correspondendo-se e negociando com autoridades políticas e escritores brasileiros, paraguaios e argentinos.

Significativamente, é também nesse período em que Magalhães esteve fora do país, que percebemos um processo de construção de uma autoridade sobre sua figura, especialmente no mundo dos impressos. É notável o esforço da Livraria Garnier em publicar a maioria das obras de Magalhães ao longo das décadas de 1860 e 1870. A importante editora, que a partir dos anos 1860 iniciou o interesse por publicação de obras de ficção de autores brasileiros já conhecidos dos debates literários, reservou um espaço significativo para a publicação das obras de Magalhães.

Segundo o historiador Laurence Hallewell foi a partir da iniciativa da Editora Garnier que ocorreu a publicação de obras e a formação de coleções com os “autores favoritos” para o público leitor. Dessa forma, a editora mostrava-se interessada em publicar livros de ficção para o público brasileiro, o que possibilitou a edição e organização de coletâneas de determinados autores. “Praticamente não houve um romancista brasileiro de importância que não acabasse tendo a maioria de suas obras publicadas”²³⁶ pelo francês Baptiste Louis Garnier, e, escritores como João Manuel Pereira da Silva, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo tiveram seus trabalhos organizados e publicados nesse período.²³⁷

Magalhães, conhecido no mundo letrado como o iniciador do romantismo no Brasil, também estaria nessa seleta lista de autores. Na primeira publicação que marca o

²³⁶ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2012. [tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza] p. 238.

²³⁷ *Idem*, p. 238-239.

início desse projeto realizado pela Garnier, em 1864, na nota introdutória²³⁸, é apresentado o projeto da editora em realizar uma edição completa dos trabalhos de Magalhães, considerando-o um importante escritor nacional contemporâneo que deveria ter seu nome lembrado para a posteridade. A primeira publicação, sem nenhuma surpresa, seria dos primeiros versos escritos pelo poeta ainda na década de 1830. Magalhães explicava que o objetivo da editora constituía-se em publicar oito volumes, “sendo seis em verso, e os outros em prosa”²³⁹.

O *Diário do Rio de Janeiro* apresentava em anúncio a novidade da republicação das obras de Magalhães, cuja impressão ainda não era realizada no Brasil. Informava que:

“Poesia Nacional – a livraria Garnier está reimprimindo as obras do Sr. Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães. Já temos anunciado alguns volumes. O último pacote trouxe da Europa um grosso volume de 366 páginas, onde sob título de Poesias avulsas, reuniu o Sr. Dr. Magalhães as poesias de sua adolescência poética, impressas em 1832, e algumas outras que por sua natureza pediam lugar no mesmo volume. Frutos dos primeiros anos, essas poesias careciam de uma correção severa. O autor dos *Mysterios* fê-la com a mais escrupulosa atenção, de modo que elas não desmerecessem das suas últimas produções.”²⁴⁰

Portanto, a publicação de obras na conceituada editora Garnier era feita através de uma seleção de autores, que criava “um restrito grupo de intelectuais”²⁴¹, e Magalhães, mesmo fora do país, interferia em publicações brasileiras, tornando-se uma importante referência. A historiadora Ligia C. Machado faz a ressalva que livraria B. L. Garnier também tinha empreendimento em periódicos, como a *Revista Popular*, publicada de 1859 a 1862, cujos colaboradores eram em sua maioria escritores do movimento do Romantismo brasileiro, e dentre eles, encontramos Gonçalves de Magalhães.²⁴²

Portanto, pensar sobre a multiplicidade desse extenso período das atividades de Magalhães como diplomata e como partícipe do debate sobre a nacionalidade brasileira pode-nos ajudar a compreender as ações de um homem de letras do século XIX, que também escrevia reflexões e obras sobre o Brasil e que mantinha relações políticas

²³⁸ Trata-se de *Poesias avulsas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864. (conteúdo: livro 1: *Primeiras poesias; Sonetos; liras; Epístolas; Sátiras; Noites Melancólicas*. Livro 2: *Poesias variadas*).

²³⁹ *Idem*, “Advertência”.

²⁴⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de fevereiro de 1865.

²⁴¹ MACHADO, Ligia C. “A *Revista Popular* (1859-1862) e a nacionalidade de seus colaboradores”. In: FERREIRA, Tania Bessone da Cruz; RIBEIRO, Gladys; GONCALVES, Monique. (orgs) *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 123.

²⁴² *Idem*. p.132-133.

importantes em momentos conturbados, como fora o pós-guerra do Paraguai. Assim, as antigas concepções já formuladas pelo jovem Magalhães do início do movimento romântico ganharam novas inquietações, angústias e desafios nesse momento no Brasil, e, para pensar sobre a nacionalidade brasileira a questão indígena é marcante para a literatura e para a formação da nação. Começamos analisando os debates que este tema causou no Império Brasileiro, para depois considerarmos, em diálogo, as tensões existentes na República Argentina com relação ao nativo, no contexto em que Magalhães fora enviado para ser representante do Brasil, defendendo a superioridade do Império diante das repúblicas platinas.

3.1 Interlocutores em confronto: Alencar e Varnhagen

Assim no momento de repouso dos meus estudos, solto as velas da minha imaginação, e vejo que dos poemas, que possuímos, nenhum se ocupa particularmente das nossas tribos, à não ser o Caramuru, onde os índios são alguns tanto maltratados; quanto às outras composições mais curtas são todas calculadas pelo modelo de Horácio, Camões, Boccage, etc., e de quantos poetaram a maneira dos Gregos e dos Romanos; nada de Poesia Nacional, nada de Poesia própria, natural e Brasileira... Porque pois não faremos uma Poesia Brasileira? Para não ficar em reflexões inúteis ousei empreender um Romance; estendi o depois, e fiquei em fazer um poema. Escolhi a Confederação dos Tamoios contra os Portugueses; para isto li na Biblioteca Real a vida do Padre Anchieta, e do Padre Nóbrega, por Vasconcelos; Lamartiniere no artigo – Brasil; Beauchamp e Ferdinand Dinis, quase que me foram inúteis. Tenho o primeiro Canto feito, e começo o segundo... se no fim a minha obra não prestar, pouco se perderá. Bastante vontade tenho de enviar-lhe tudo que está feito, para me mandar o seu parecer; mas isto excede os limites de uma carta. Darei pois alguns pedaços.²⁴³

A marca da História esteve presente em Magalhães desde suas primeiras experiências em terras europeias na década de 1830, quando o poeta fazia parte do grupo de brasileiros que buscavam a legitimidade para alcançar a tão sonhada independência literária brasileira, especialmente nos círculos franceses. O trecho da correspondência exposto acima foi escrito pelo jovem Magalhães nesse momento específico, entusiasmado

²⁴³ Carta de Domingos José Gonçalves de Magalhães, publicada no jornal *Correio Oficial*, 30 de agosto de 1834.

com as possibilidades de uma nova fase para o Brasil após a abdicação de D. Pedro I em 1831.

As considerações sobre a literatura brasileira realizadas neste momento pelos homens de letras, e evidentemente nos escritos de Magalhães, ressaltavam um elemento fundamental neste processo: a importância de conhecer os aspectos do passado brasileiro que colaborassem na construção dos símbolos nacionais. Assim, o projeto elaborado pelos nossos primeiros românticos indicava a necessidade de uma literatura nacional baseada em temas relacionados à nossa história e também no que julgavam representar as nossas verdadeiras glórias do passado.

Para empreender tal tarefa, era necessário escolher os acontecimentos que melhor pudessem auxiliar no conhecimento das características históricas da nação e investigar as peculiaridades desses momentos que muitas vezes ainda não haviam sido alvo de uma análise mais aprofundada. Por isso, era fundamental para o literato realizar a atividade de pesquisa nos arquivos e bibliotecas, estudando com afinco o que pretendia poetizar. Essa foi a atividade descrita por Magalhães que expressava também na correspondência publicada no jornal a ansiedade por uma nova produção literária que valorizasse o elemento indígena. Dessa forma, o poeta procurava inclusive obter o apoio dos homens que residiam no Brasil e que viviam as inquietações de pensar o passado nacional brasileiro, como era o caso de Januário da Cunha Barbosa, que em poucos anos seria um dos principais fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1838, e também realizaria reflexões sobre as questões indígenas que pudessem colaborar para o progresso civilizacional do país.²⁴⁴

Portanto, a partir deste contexto, o tema escolhido por Magalhães para o seu novo trabalho, e, que expressaria ideias desse período de busca pela independência literária, com a representação negativa das opressões que ocorreram durante a colonização portuguesa, foi a Confederação dos índios Tamoios realizada na luta contra os portugueses. Assim, vivenciando essas discussões, o desejo do jovem poeta era que a escrita da epopeia fosse concluída o mais rápido possível, pois Magalhães expressava a “vontade” de enviar os primeiros versos para dar continuidade na elaboração de seu projeto.

²⁴⁴ Januário da Cunha Barbosa escreveria para primeira edição da *Revista do IHGB* um artigo sobre as dificuldades do processo de civilização dos indígenas brasileiros diante da existência da escravidão no Brasil. Ver: BARBOSA, Januário da Cunha. “Se a introdução do trabalho africano embaraça a civilização dos nossos indígenas”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, jul/set, 1839.

Entretanto, a urgência em produzir todo o poema foi substituída por outras ocupações de Magalhães nos anos seguintes. Os debates políticos, a participação em instituições culturais, a colaboração nas revistas literárias brasileiras e a ocupação de cargos do Estado (secretário de governo, deputado, diplomata em diversos países) foram funções desenvolvidas pelo poeta ao longo das décadas de 1830/40/50. Essas atividades não anularam a ideia de escrever uma poesia nacional que valorizasse a figura do indígena brasileiro, mas comprometeram a imediatez da finalização do projeto, e, por isso, o poeta precisou de mais duas décadas para pensar, refletir e escrever a epopeia.

Assim, o projeto viria a ser concretizado somente no ano de 1856, quando ocorre a publicação da obra no Brasil, na ocasião em que o literato exercia funções diplomáticas em Turim, na península itálica. A edição do poema escrito por Magalhães seria destaque na Corte do Rio de Janeiro, sendo inclusive patrocinada uma segunda edição no ano seguinte pelo Imperador D. Pedro II.²⁴⁵ Após a publicação da *Confederação dos Tamoios*, iniciaria uma polêmica discussão a respeito da literatura e da história brasileira que evidenciou elementos antigos e novos para o debate a respeito da escrita da história e dos símbolos nacionais, especialmente a partir de dois interlocutores principais: José de Alencar e Francisco Adolfo de Varnhagen.

O primeiro crítico mais acentuado da *Confederação dos Tamoios*, o jovem José de Alencar, apontava para as deficiências do estilo literário de Magalhães, que na década de 1850 já era uma figura literária bastante conhecida. Assim, as análises negativas realizadas por Alencar, que usando o pseudônimo Ig (iniciais do nome da heroína do poema, Iguassu) publicou inicialmente nas páginas do jornal *Diário do Rio de Janeiro* e posteriormente organizou suas cartas de análise em formato de livro -, indicavam principalmente a falta de qualidade literária de Magalhães e julgava equivocada a ideia de que a epopeia escrita pelo poeta fosse considerada uma poesia nacional.

Alencar, nas doze cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*, destacava que a descrição da natureza brasileira, realizada na obra, não representava com dignidade as belezas de nossa terra. Dizia que a fama do autor criou uma expectativa que não fora

²⁴⁵ Jornal *Correio Mercantil* anunciava, em 27 de abril 1855, que Magalhães veio para o Brasil apresentar a sua obra sobre a Confederação dos tamoios, e que no ato, D. Pedro II decidiu fazer a impressão do poeta a partir de seu patrocínio: "... Há poucos dias chegou a esta corte o Sr. Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, bem conhecido já por toda a Europa como um dos mais distintos poetas brasileiros... que tantos aplausos tem merecido do mundo literário... Na terça feira 30 do passado, este ilustre cavalheiro teve a honra de ler no paço de Petropolis, para SS. MM. ouvirem, a sua epopeia em dez cantos, recentemente concluída... O efeito que esta leitura produziu no ânimo do monarca foi tal, que dirigindo-lhe as mais lisonjeiras congratulações, determinou mandar imprimir a sua custa, o mais rico que se possa fazer no Brasil, o poema do Sr. Magalhães, para oferecer depois aos soberanos e as bibliotecas de todos os países".

suprimida ao ler o poema, pois “onde esperava achar uma poesia soberba, apenas encontrava alguns versos, e uma imagem fria e pálida das belezas que sonhava”²⁴⁶. Além disso, o desenrolar dos acontecimentos, a sequência da narrativa e a composição dos versos da epopeia também eram alvos das críticas, e, Alencar indicava que Magalhães havia se “descuidado” inteiramente com as questões da forma do poema e de sua métrica.

247

As respostas para as críticas realizadas por Alencar também não demorariam a aparecer e mobilizariam argumentos de diversos amigos do poeta. Araújo Porto Alegre, Monte Alverne e o próprio Imperador D. Pedro II saíam em defesa do autor da *Confederação dos Tamoios*. De uma forma geral, as respostas à apreciação negativa realizada por José de Alencar indicavam a importância do trabalho de escrita de um poema que colaborasse para a exaltação da história nacional, e, sem dúvida, a defesa da epopeia escrita por Magalhães, realizada por estes homens, era essencial para o prestígio da obra e do autor.

Magalhães não se encontrava em solo brasileiro durante o debate que foi suscitado após a publicação da *Confederação dos Tamoios*, e, distante geograficamente acompanhava as disputas nos impressos da corte. Em correspondência para Araújo Porto Alegre, Magalhães, residindo em Turim, escreveu suas primeiras impressões após ter conhecimento sobre o início polêmica a respeito da sua obra. Apesar de apontar que a avaliação do pseudônimo *Ig* era injusta, o poeta relata que não havia se surpreendido com o fato de receber tantas críticas. Magalhães aproveitava para rebater alguns pontos, e, dentre as questões, enfatizava que sua produção poética era cuidadosa do ponto de vista da estrutura do poema, e, especialmente, com relação a definição do enredo e a narrativa dos acontecimentos.

Com relação a escolha do tema e da representação dos costumes e ritos dos indígenas, José de Alencar também havia desaprovado a composição da poesia, indicando que Magalhães não teria um conhecimento mais aprofundado sobre as tradições e os mitos dos índios brasileiros. É importante destacar que José de Alencar não criticava diretamente a escolha do tema para a escrita da epopeia nacional. Essa não era uma questão problemática. Assim, a crítica estava relacionada a falta de uma descrição mais detalhada e estudada sobre a vida dos indígenas e de sua cultura.

²⁴⁶ ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos por Ig*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional do Diário, 1856. p. 10.

²⁴⁷ *Idem*, p. 13.

No desabafo ao amigo Araújo Porto Alegre, Magalhães defendeu seu poema, indicando que havia estudado sobre o tema e que se o crítico (ainda) anônimo havia ficado incomodado com a caracterização dos costumes indígenas, não havia nada o que se fazer, pois seu papel de poeta era estudar e analisar as informações que estavam disponíveis sobre os ritos, mitos e tradições dos índios. Portanto, as caracterizações presentes na *Confederação dos Tamoios*, segundo Magalhães, eram resultado do estudo de pesquisa que havia sido realizado ao longo dos anos pelo poeta. Assim, o autor da *Confederação dos Tamoios*, aproveitava para destacar que sua epopeia tinha como fundamento os estudos e relatos que existiam sobre os indígenas brasileiros e lamentava ao amigo Porto Alegre que, apesar de tanto esforço, seu poema havia sofrido tão duras críticas. Orientava, ironicamente, que se Porto Alegre:

... conheces o autor das cartas dá-lhe os meus sinceros agradecimentos. Disse-lhe ao mesmo tempo que as crenças e tradições dos índios do Brasil eu disse o que se sabe, e de propósito não quis inventar novos mitos e novas tradições, que seriam sem valor algum faltando-lhes o testemunho da história; além de que não está nisso a poesia moderna morta estaria a poesia si só vivesse de mitos, de ficções, de personificações de ideias, de endeusamento das raças e de mentiras.²⁴⁸

Dessa forma, o objetivo do poeta ao escrever a *Confederação dos Tamoios*, registrada já na correspondência em 1834, era que sua obra literária tivesse como base os acontecimentos históricos que pudessem colaborar na formação da identidade nacional a partir do elemento indígena, o que auxiliava no processo de criação dos símbolos nacionais. Esse também era um ponto importante da crítica de José de Alencar, apontando que a representação do indígena e das belezas naturais do país não foram dignamente narradas por Magalhães. E, além disso, a crítica realizada por Alencar, sobre a falta de informações a respeito dos indígenas que pudessem fornecer a base para essa representação, atingira diretamente a faceta de historiador que eram essenciais para o poeta Gonçalves de Magalhães.

Portanto, o enredo, a escolha do tema e a preocupação com a composição do poema a partir de elementos históricos eram questões presentes desde o início da escrita da epopeia. Refletindo sobre as peculiaridades da nação, Magalhães considerava que a

²⁴⁸ Carta do Magalhães para Porto-Alegre sobre a Crítica à Confederação dos Tamoios. Turim, 31-08-1856. (Biblioteca Nacional. Seção Manuscrito. Código 26, 4, 81).

poesia deveria ter como referência a História, e, por isso, a crítica de Alencar sobre a falta de estudos históricos na composição da *Confederação dos Tamoios* era considerada grave por Magalhães. A representação do indígena como um guerreiro imponente, que durante o período colonial, com o auxílio dos franceses, lutou contra as agressões e injustiças dos portugueses, deveria ser observada de maneira extremamente relevante no momento de afirmação da independência nacional, que aparecera especialmente após a abdicação, no momento de concepção da escrita da epopeia, mas que ainda era importante no final da década de 1850, no momento de publicação da *Confederação dos Tamoios*.

Na narrativa do poema, cujo cenário é o Brasil colônia no século XVI, os índios tamoios, revoltados com a exploração e as maldades realizadas pelos portugueses, decidiram organizar uma guerra para expulsá-los da região litorânea do Rio de Janeiro. Aimbire, o “mais audaz entre os Tamoios”²⁴⁹ e principal guerreiro de seu povo, já havia iniciado articulações para incitar as tribos contra os invasores. O estopim para a revolta se deu após a perseguição e morte de outro guerreiro dos tamoios, Comorim, pelos inimigos portugueses, que havia tentado defender a honra da sua irmã Iguassu, diante da perseguição sofrida pelos invasores estrangeiros, mas acabou sendo atingido por um disparo e morreu. Então, na narrativa, Aimbire promete vingar a morte de seu amigo, e também, livrar a nação dos tamoios das crueldades oriundas das ações dos portugueses.

No poema, é notável a presença do antilusitanismo e a crítica ao passado de exploração colonial, características muito evidentes nas produções e reflexões realizadas por Magalhães desde a década de 1830. A figura do índio é apresentada em oposição aos portugueses, e, além disso, os nativos contavam ainda com o apoio dos franceses na luta contra os colonizadores, enredo que nos indica os aspectos frequentes nos primeiros escritos do poeta no início do movimento romântico, pois, Magalhães, desde o período de estadia na França na década de 1830, buscava elementos que marcassem a ruptura com Portugal e indicava a França como referência cultural.

O protagonismo da figura dos guerreiros tamoios também provocaria novos questionamentos sobre a *Confederação dos Tamoios*. Magalhães destacava que seu poema tinha como fonte de inspiração a pesquisa histórica. A representação do indígena na literatura não deveria ser observada como um processo imaginário do autor. A importância do lado historiador de Magalhães, que aparece em suas duas peças de

²⁴⁹ MAGALHÃES, D. J. G. *A Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Tipografia dois de dezembro, 1857. p. 17.

teatro²⁵⁰, por exemplo, indicam os elementos para a compreensão do debate que a publicação da epopeia nacional iria trazer para o campo da escrita da História no Brasil. Essa reflexão sobre os aspectos da história brasileira para a realização da escrita literária, e, especialmente a forma com a qual Magalhães descreveu o índio e o português em um conflito, provocaria críticas de outro historiador, Francisco Adolfo de Varnhagen.

De uma forma geral, Varnhagen questionava a produção literária romântica que valorizava a imagem do índio, colocando-o muitas vezes como o herói nacional, argumentando que a obra de Magalhães não poderia representar uma epopeia nacional. O contexto é marcado pelo intenso debate entre o campo literário e historiográfico, no processo de reflexão sobre a identidade nacional.²⁵¹ As atribuições de valores para determinados aspectos e personagens do passado são primordiais nesse processo de construção da comunidade nacional, e isso ocorre tanto na literatura quanto na História. Entretanto, existiram diferenças nas escolhas dos elementos que deveriam ser trabalhados e desenvolvidos na literatura e na História.²⁵²

Assim, Varnhagen também questionava o modo com o qual Magalhães apresentou/representou o conflito entre os índios e os portugueses na *Confederação dos Tamoios*. O historiador sorocabano havia publicado, três anos antes, o primeiro volume de sua *História Geral do Brasil* (1854), no qual tratava do embate histórico entre os portugueses e os tamoios, apresentando simpatia pela participação dos portugueses na luta contra os indígenas. Para Pedro Puntoni, “o louvor dos ‘bárbaros’, tal como aparecia na pena do indianista, era interpretado [por Varnhagen] como um desrespeito aos verdadeiros heróis da nação”.²⁵³ Ao receber exemplares da *Confederação dos Tamoios*, Varnhagen, que estava exercendo funções diplomáticas, comentaria com o Imperador D. Pedro II que Magalhães havia cometido vários erros históricos na construção do poema fictício e que também lhe faltava qualidades literárias para a escrita do gênero épico. Com relação aos acontecimentos apresentados no poema sobre a Confederação dos Tamoios,

²⁵⁰ Estamos nos referindo as seguintes peças: *Antonio José ou o Poeta e a Inquisição* (1838) e *Olgiato* (1841).

²⁵¹ Segundo o historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães, será em torno da temática indígena que se estabelecerá um embate, dentro e fora do IHGB, entre os limites e as especificidades da literatura e da História brasileira. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiros e o Projeto de uma História Nacional”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, CPDOC, 1988. p. 11.

²⁵² Sobre esta discussão ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 56.

²⁵³ PUNTONI, Pedro. “O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira”. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*, São Paulo, Editora Unijui, FAPESP, 2003. p. 656.

Varnhagen avaliava que:

[...] nem foi dela chefe Aimbire, mas sim Quoniambebe: nem o autor, exceto na parte descritiva, tem ao gênero épico tendência, nem tem o saber, nem a robustez de princípios, nem a generosidade e grandeza d'alma, que, o gênero requer pois é muitas vezes homem, e homem de paixões pequeninas. – A par desta ausência de grandes dotes, ficam a perder de vista as incorreções ou descuidos, os prosaísmos de alguns versos, e as injustiças talvez cometidas com algum pobre de Cristo, que lhe terá fornecido alguma ideia, mas que não cita; pois vão citados unicamente Vasconcelos e outros. Como não pôs o poeta uma nota para justificar o que tão afoitamente assegura, que a Cidade Velha foi na Praia Vermelha? Perdoe, Senhor, V. M. I. mais este pequeno desabafo.²⁵⁴

Não nos cabe neste momento discutir os pormenores desta polêmica, mas vale destacar o seguinte ponto: por que uma produção literária foi alvo de críticas de um historiador e de um literato pela sua atribuição significativa do caráter heroico e histórico do indígena no passado da nação? A respeito deste assunto, parece-nos necessário procurar evitar uma projeção contemporânea das delimitações atuais dos dois campos – História e Literatura – para o contexto do Brasil oitocentista. Assim, nas reflexões sobre o debate da produção literária de Magalhães, a consideração de Roger Chartier de que “devemos romper com a atitude espontânea que supõe que todos os textos, todas as obras, todos os gêneros, foram compostos, publicados, lidos e recebidos segundo critérios que caracterizam nossa própria relação com o escrito”²⁵⁵ é válida. Este seria o primeiro passo para apreendermos as especificidades do debate relacionado com a produção de Magalhães, que incluía as discussões sobre os textos com abordagens tanto históricas quanto literárias.

Segundo Puntoni, no momento de publicação do poema de Magalhães, o campo de pesquisa historiográfica não estava delimitado no Brasil, e ficava muitas vezes subordinado à literatura, pois “as fronteiras entre poesia e conhecimento do passado se confundiam nos projetos de constituição de uma nação que orientavam, de maneira determinante, a atividade intelectual dos nossos românticos”.²⁵⁶ *A Confederação dos*

²⁵⁴ VARNHAGEN, F. A. de. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 237. Apud: PUNTONI, Pedro. “O Sr. Varnhagen....” *Op. Cit.* p. 656.

²⁵⁵ CHARTIER, Roger. “Literatura e História”. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1. 2000. p. 197.

²⁵⁶ PUNTONI, Pedro. “A *Confederação dos Tamoyos* de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 45, 1997.p. 119.

Tamoios é um exemplo desta junção entre História e literatura, na qual a primeira era pensada para a segunda.

Para o autor, é notável o esforço de Magalhães de produzir uma narrativa que fosse lida como um mito fundador da nação. Apesar de ser uma obra de ficção, Magalhães utiliza-se de documentos históricos para construir sua narrativa, o que muitas vezes fez com que a epopeia fosse considerada uma obra de história, pois a “epopeia de Magalhães cumpre o papel de, ao misturar personagens e acontecimentos reais e fictícios, tecer uma narrativa plausível e funcional nos moldes exigidos pela historiografia romântica em construção”.²⁵⁷

Entretanto, a Confederação dos índios tamoios contra os portugueses, tal como descrita por Magalhães, “nunca existiu, pelo menos enquanto realidade histórica discernível, ou como ‘concreto real’”²⁵⁸. Segundo Pedro Puntoni, o poeta valorizou a importância histórica dos indígenas a partir da leitura da “Crônica da Companhia de Jesus”, escrita por Simão de Vasconcelos e publicada em 1663. Além de outras leituras, foi a partir dessa crônica que Magalhães pesquisou sobre a aliança entre os europeus e os indígenas, e atribuiu uma significação histórica específica para a escrita da sua epopeia e a caracterização de uma confederação entre as tribos indígenas contra os invasores. Assim, conforme indicação de Puntoni:

“O autor da Crônica da Companhia de Jesus, publicada em 1663, utilizava para os episódios em questão o termo ‘confederação’ como sinônimo de aliança, mas no sentido de submissão ou fidelidade: os índios eram ‘confederados’ dos portugueses ou dos franceses, e nunca ‘confederados’ entre eles. Assim, para Vasconcelos não havia propriamente aliança das tribos tamoyo contra o invasor português, mas apenas o uso pelos franceses de tribos hostis, uma vez que – dado o preconceito vigente desde o século XVI, que não via nenhuma racionalidade nas guerras indígenas e tampouco possibilidade de governo político – somente os interesses europeus poderiam dar lógica aos conflitos em curso. O episódio da conquista do Rio de Janeiro era e sempre foi considerado pela crônica capítulo da afirmação do domínio português sobre um território que disputava com a França. Ora, é exatamente esta visão que a epopeia de Magalhães coloca em xeque, mas utilizando, de toda maneira, o termo ‘confederação’, num sentido transformado, ou atualizado.”²⁵⁹

²⁵⁷ *Idem*, p. 124.

²⁵⁸ *Idem*, p. 124.

²⁵⁹ *Idem*, p. 128.

Portanto, ao representar, a partir desta ótica, o episódio histórico, Magalhães destacava a figura do indígena frente aos portugueses, e confrontava a *História Geral do Brasil*, escrita por Varnhagen. O debate iria se estender ainda mais quando Magalhães escreve uma resenha crítica sobre a obra de Varnhagen que é publicada nas páginas da *Revista do IHGB* no ano de 1860. No artigo, *Os indígenas perante a História*, o poeta expõe indiretamente argumentos para defender a sua epopeia e apresenta também considerações sobre a escrita da História do Brasil e os fundamentos metodológicos do historiador do século XIX.

Assim, Magalhães fazia considerações sobre o método do historiador, apontando a necessidade de uma análise mais crítica dos eventos do passado, que deveria ser livre de preconceitos. Para Magalhães, dependendo da escolha das fontes e de uma leitura que não considerasse os interesses que estavam presentes na produção dos documentos, o historiador poderia cometer o grave erro de reproduzir o discurso elaborado pelos vencedores, e, no caso, mostrar-se partidário às ações dos portugueses. Dizia que a História era um “processo pleiteado por interesses contrários”²⁶⁰. E, conforme foi possível observar no debate sobre a *Confederação dos Tamoios*, essa consideração também poderia ser estendida para a escrita literária, pois Magalhães realizava seus estudos históricos para produzir os textos poéticos.

A literatura de Magalhães era declaradamente inspirada na História do país e nos elementos que o poeta/historiador julgava destacar em suas produções, e, portanto, os indígenas ofereciam um “argumento simpático a nossa poesia nacional”.²⁶¹ A ideia da escrita de uma epopeia nacional que tivesse como centralidade a figura indígena não era nova, sendo apresentada ainda na década de 1830, no início do movimento que buscava a independência literária brasileira. Entretanto, na década de 1860, os argumentos e as discussões tinham ganhado outras questões e interlocutores importantes.

Era ainda intenso o debate sobre a literatura e a História nacional, mas a produção de artigos e textos literários de Magalhães teria uma pausa para a realização das atividades de diplomata em um período bastante importante para o Império Brasileiro: o período pós guerra do Paraguai, que também esteve envolto de questões com os indígenas, mas que não contou com o combate do poeta. As funções como diplomata requeriam o desenvolvimento de outra habilidade do poeta: o de articulador diplomático e defensor da

²⁶⁰ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Opúsculos Históricos e Literários*. Rio de Janeiro: Livraria de B.L. Garnier, 1865. 2ª. edição. p. 158.

²⁶¹ *Idem*. p. 232.

monarquia brasileira. Mas antes de pensarmos sobre suas ações nesse contexto, vale refletirmos um pouco sobre as tensões sociais e políticas ocorridas na República da Argentina posterior à Grande Guerra.

3.2 – A diplomacia e o silêncio do poeta

“... Por intervenção do arcebispo de Buenos-Aires, o governo argentino deu liberdade ao cacique Manoel Grande, que se achava preso na ilha de Martim Garcia.

Algumas folhas mostram apreensão desse cacique, vendo-o voltar ao Pampa, onde foi aprisionado, o terror dos habitantes da fronteira.

Entre os seus goza ele de grande prestígio, e depois do célebre Cafulcurá é o mais cruel e sanguinário dos caciques.

Diário do Rio de Janeiro, 1873

A pequena nota exposta no *Diário do Rio de Janeiro* mencionava o temor na Argentina dos ataques indígenas. O cacique “Manoel Grande” havia ganhado liberdade e voltava para os pampas, o que, segundo o jornal, causava imensa preocupação nos moradores que viviam nas proximidades da fronteira com as terras ocupadas pelos nativos. O *Diário* indicava ainda que o “Manoel Grande” viria substituir o famoso líder indígena, Cafulcurá, adjetivado como o “mais cruel e sanguinário dos caciques”, que havia dominado por longos períodos os indígenas da região do Pampa e da Patagônia²⁶². O conflito entre o governo e os nativos persistia pelo século XIX na República Argentina, e a visão dos indígenas como bárbaros sanguinários também era impressa nos periódicos brasileiros, assim como era veiculada em terras portenhas.

As informações sobre o cenário de negociações e de tensões políticas e sociais existentes nos países envolvidos na Guerra do Paraguai após o final do conflito, em 1870, eram constantes nos jornais da capital do Império Brasileiro. Os debates, as visões sobre a política imperial e as ações diplomáticas realizadas entre os países da região do Prata eram assuntos frequentes nos impressos. Assim, o *Diário do Rio de Janeiro*, por exemplo, transcrevia vários trechos de jornais que chegavam com informações novas. Periódicos argentinos - como *A Liberdade*, o *Pampa*, o *Nacional* – e os uruguaios – como o

²⁶² Sobre a liderança indígena de Cafulcurá durante o processo de formação do Estado Nacional argentino, ver: JONG, Ingrid de. “Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional”. In: *Instituto de Estudios sócio-históricos*. Faculdade de ciências Humanas. Universidade de La Pampa. Quinto Sol, no. 13, 2009, p. 11-45.

Telegrapho Marítimo – eram republicados para informar sobre as negociações e as principais preocupações da política interna dos países vizinhos neste período tenso de reconfiguração política após a guerra do Paraguai.

Os detalhes sobre o contexto das disputas do governo da República Argentina com os indígenas foram colocados após o *Diário do Rio de Janeiro* realizar uma apreciação e seleção dos principais comentários a respeito das ações de Domingos José Gonçalves de Magalhães que havia sido enviado para Assunção em uma missão especial na tentativa de assinar um novo acordo entre os países da Tríplice Aliança – Argentina, Brasil e Uruguai – e o Paraguai.

Os conflitos internos, políticos e sociais, dos países que tentavam definir os limites territoriais após a Grande Guerra completariam o contexto conturbado, e, Gonçalves de Magalhães, que em 1872 receberia o título de Barão do Araguaia pelos 30 anos de serviços diplomáticos prestados à pátria, acompanhava de perto as tensões nas duas principais repúblicas que disputavam os limites territoriais após a guerra: a Argentina e o Paraguai. Além da situação tensa das disputas entre o governo argentino e os indígenas, o *Diário do Rio de Janeiro* estampou a notícia de que no Paraguai, estava “se prepara[ndo] uma nova revolução” decorrente das disputas políticas internas do país e das discordâncias diplomáticas com a Argentina. Magalhães acompanharia e atuaria nesse cenário, correspondendo-se com o governo imperial e escrevendo nos jornais estrangeiros para defender os interesses do governo brasileiro e apresentando suas interpretações sobre o que ocorrera neste período.

Entretanto, antes de refletirmos sobre as principais ações de Magalhães como diplomata nesse período e da representatividade que a figura do literato deveria trazer para a defesa da monarquia e da grandeza Império brasileiro, é importante destacarmos o silêncio do poeta diante da problemática vivenciada na República argentina dos conflitos entre o governo e os indígenas, que o jornal *Diário do Rio de Janeiro* apresentava em seu artigo citado anteriormente.

Durante os anos em que esteve como diplomata nos países europeus, Magalhães, conforme indicamos anteriormente, travou um acirrado debate no Brasil para defender sua escolha temática e sua narrativa poética no poema da *Confederação dos Tamoios*. Enfrentou as críticas oriundas da crítica literária (José de Alencar) e da escrita da História nacional (Varnhagen) para finalizar seu antigo projeto inspirado no índio guerreiro, transformado em símbolo nacional pela literatura, característica marcante do nosso

romantismo.²⁶³ Entretanto, no período de atuação diplomática, Magalhães não produziu nenhum artigo ou reflexão sobre as ações do governo argentino contra os nativos do país. O poeta presenciava os debates nos jornais argentinos, tinha conhecimento dos conflitos, mas não se manifestara, e também não criticava o então presidente da República Argentina, Domingos Faustino Sarmiento, importante escritor do país, que realizava reflexões sobre a nacionalidade argentina e a composição social, cujas interpretações reservavam pequeno espaço para o índio, colocado ao lado da barbárie. Ao contrário, na correspondência que Magalhães enviava para o ministro das Relações Exteriores, percebemos a admiração e estima que o poeta manifestava ter com relação ao presidente argentino, Domingo Sarmiento. Dessa forma, vale apontar para a especificidade deste período e pelas disputas políticas e de identidade na Argentina, sobre a qual Magalhães presenciaria os conflitos no qual o indígena não ganharia espaço físico e nem simbólico na composição nacional argentina.

Com relação à representatividade do nativo, o romantismo argentino, diferentemente do brasileiro, realizou a caracterização negativa desde o seu início. O índio, na literatura argentina, seria o “selvagem, no sentido de animal”, visto como um obstáculo para o alcance da civilização,²⁶⁴ enquanto que na maioria dos textos e reflexões dos românticos brasileiros a imagem do bom selvagem é ressaltada, como nos escritos do próprio Gonçalves de Magalhães – o índio guerreiro e heroico – e em José de Alencar – a exaltação da miscigenação entre nativos e brancos.

Na manifestação inicial da literatura romântica argentina, que também ocorreu na década de 1830, a forma com a qual o índio foi representado fomentou a ideia da necessidade de ocupação dos territórios, dos espaços “vazios”, ocupados pelos indígenas. Esteban Echeverría, considerado o fundador do romantismo argentino, ao publicar a obra *Los consuelos*, em 1834, imprimiu uma interpretação importante sobre os indígenas argentinos, colocando-os como monstruosos e selvagens cruéis, e a “la *solución* del exterminio, que versos después tendrá su lugar, se *naturaliza*.”²⁶⁵

²⁶³ É importante destacar que o índio como símbolo nacional teve diferentes representações na literatura brasileira ao longo do século XIX. Para Bernardo Ricupero, “veremos, de certa forma, o bravo guerreiro da Regência se mestiçar, durante a Conciliação, com os descendentes dos conquistadores europeus até porque, em cada um desses momentos, sua imagem desempenhará diferentes funções ideológicas”. In: RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 154.

²⁶⁴ MOLINA, Diego Alejandro. “Naturaleza, nación y tensión en los Romanticismos argentino y brasileño”. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH, 2015.

²⁶⁵ As considerações realizadas neste parágrafo foram apresentadas na pesquisa de MOLINA, Diego Alejandro. *Op. Cit.* p. 441-443. (grifo no original).

Domingos Faustino Sarmiento, autor da obra referencial para a geração de escritores românticos argentinos – *Facundo: civilização e barbárie* (1845) – escrita para criticar o governo de Rosas e a “barbárie” americana, apresentou também caminhos para a nação argentina alcançar a tão sonhada “civilização”, e nessa narrativa, há pouco espaço para o índio. Sarmiento elaborou uma reflexão para pensar sobre as dificuldades encontradas na nação argentina que a impedia de tornar-se civilizada e, com esse objetivo, realiza uma descrição dos aspectos da natureza e do processo histórico (colonização espanhola) para caracterizar os “tipos humanos” e conceituar uma oposição entre a barbárie (indígena, nativa, espanhola) e a civilização (europeia), na qual a primeira predominava sob a segunda. Sarmiento apontava as seguintes características da formação da população argentina:

... da fusão desses três sangues [indígena, negro, espanhol] resultou um todo homogêneo, que se distingue por seu amor à ociosidade e por sua incapacidade industrial, sempre que a educação e as exigências de uma posição social não o esporeiam e não o tirem de seus hábitos. Muito deve ter contribuído para produzir esse resultado desgraçado a incorporação de indígenas propiciada pela colonização. As raças americanas vivem na ociosidade e se mostram incapazes, ainda que obrigadas, para dedicar-se a um trabalho duro e contínuo. Isto deu a ideia de introduzir negros na América, que tão fatais resultados produziu. Mas não se mostrou melhor dotada de ação a raça espanhola quando se encontrou nos descampados americanos, abandonada a seus próprios instintos.²⁶⁶

A barbárie que predominava na Argentina, para o escritor, tinha como base a mistura dos “três sangues”, mas de diferentes formas. Segundo Sarmiento, com exceção da capital Buenos Aires, o negro já estava quase extinto no território argentino. O espanhol, apesar de pertencer à “civilização europeia”, teria sido acometido pelos males que o distanciamento da cidade causava. Já o indígena mostrava-se incapaz de ser incorporado/assimilado à dinâmica da civilização, pois considerava que seus instintos eram contrários ao progresso.

A representação do indígena na Argentina, especialmente na obra de Sarmiento, marcou a exclusão simbólica do índio como um elemento positivo para a nação. Essa construção faria parte do contexto do extermínio indígena que ocorreria após a guerra do Paraguai, quando os ataques indígenas apareceram no interior do país, decorrentes da

²⁶⁶ SARMIENTO, Domingo Faustino. “Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino. (tradução Aldyr Garcia Schlee). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EDIPUCRS, 1996. p. 29-30.

antiga expulsão realizada pelo governo de Rosas. Sarmiento, na presidência do país desde 1868, retomaria “às noções originais de civilização e barbárie” para conter as ações dos indígenas, realizando “uma política deliberada de deslocamento e extermínio” dos nativos.²⁶⁷

A imprensa argentina relatava os ataques dos indígenas e ajudava a imprimir a visão de crueldade dos indígenas e o temor que eles causavam na sociedade, conforme o *Jornal Diário do Rio de Janeiro* transcreveu. Essa imagem auxiliava no apoio que alguns homens dariam à ação de extermínio, mas não garantia a homogeneidade de opiniões. O escritor argentino Lucio M. Mansilla, por exemplo, foi um defensor da inclusão do indígena na sociedade argentina e crítico da política de Sarmiento. Com a obra *Una excursión a los Indios Ranqueles*, Mansilla realizou um relato de viagem sobre suas impressões ao observar a o modo de vida dos indígenas e suas lutas pelo território, e defendeu a inclusão dos nativos na nação argentina.²⁶⁸

No Brasil, as ações do governo argentino também ganhariam espaço nas reflexões sobre os indígenas sul-americanos. Couto de Magalhães, na obra *O Selvagem*, publicado em 1876 no Rio de Janeiro, comparou a situação dos indígenas na Argentina com os índios no Brasil, e, o autor apontava que as dificuldades encontradas no território argentino poderiam ser vivenciadas no Brasil se não olhássemos com mais acuidade para os nossos nativos:

Não é só a conquista pacífica de um território igual à Europa e a de um milhão de braços úteis, próprios para desbravar a selvageria no nosso interior; há sérios perigos a evitar, e que o Brasil deve antever. Com uma população selvagem dez vezes menor do que a nossa, com um paiz de mais fáceis comunicações, a República Argentina tem-se visto em sérias dificuldades por haver descurado a questão da domesticação de seus selvagens; n’este mesmo anno os selvagens destruíram ali valores na importância de mil e quatrocentos contos de nossa moeda, além de vidas humanas, e de despesas colossais que mister foi fazer com o movimento de verdadeiros corpos de exercito para batel-os. O mesmo tem se dado no Chile, Peru, Bolívia e Estados Unidos.²⁶⁹

²⁶⁷ Sobre a política de Sarmiento com relação aos indígenas ver: SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina: História de uma ideia*. (Tradução Sérgio Bath e Mário Higa). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008. p. 325.

²⁶⁸ Ver: SHUMWAY, Nicolas. *Op. Cit.* p. 225-232.

²⁶⁹ MAGALHÃES, Couto de. *Selvagem*. São Paulo: Nacional. 1940.

Couto de Magalhães indicava ainda que “no Brasil as coisas não chegaram ao ponto” do que aconteceria na Argentina “por duas razões: primeiro, porque temos atendido mais a este assunto de nossos selvagens do que o fizeram aqueles países; segundo, porque o nosso território é mais vasto e o selvagem aqui está *ainda* à larga.”²⁷⁰. Mostrava estar ciente dos conflitos na Argentina (citava inclusive trechos de notícias de jornais do Rio de Janeiro) e defendia outra estratégia para o Brasil, a política da assimilação através do uso de intérpretes e de colônias militares, evitando ao máximo o confronto pelas armas.

Dessa forma, a tensão dos conflitos internos com os indígenas da Argentina angariou diferentes visões e opiniões no próprio país e também no Brasil. A questão indígena, tanto a representatividade na literatura e na História nacional quanto nos espaços físicos para a consolidação dos Estados Nacionais, mobilizou debates e ações importantes. Gonçalves de Magalhães, defensor do lugar do índio na história e na literatura do Brasil, na ocasião em que fora diplomata durante a política de Domingos Sarmiento não criticou o extermínio dos indígenas, e nutria respeitável admiração pelo presidente da República Argentina, mesmo no período de real conflito entre os dois países, durante as tentativas de acordos de paz após a Grande Guerra.

3.3 A Diplomacia e a defesa da monarquia

A guerra do Paraguai marcou uma série de questões relacionadas com a consolidação dos Estados Nacionais envolvidos no conflito. Interferiu decisivamente nas disputas políticas e administrativas internas das nações e também nas relações externas, resultando em alianças políticas entre países historicamente rivais, como era o caso do Império brasileiro e da República Argentina, que se uniram temporariamente, com o apoio do Uruguai, para combater o inimigo comum, Solano López. Para isso, formalizaram o Tratado da Tríplice Aliança, assinado em 1º. de maio de 1865 na cidade de Buenos Aires, representando a formação do grupo de países Aliados contra a ofensiva militar paraguaia que entre os meses de dezembro de 1864 e setembro de 1865 ocupavam parte dos territórios do Brasil e da Argentina.²⁷¹ A apreensão do navio brasileiro *Marquês de Olinda*, que conduzia o novo presidente da província de Mato Grosso, Carneiro de Campos, em dezembro de 1864, foi visto como o ato inicial de ataque paraguaio que

²⁷⁰ *Idem*, p. 9.

²⁷¹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 97.

afrontava o Império brasileiro e causou a imediata indignação. Na sequência, iniciou-se a ocupação paraguaia em parte da província de Mato Grosso, território que não estava preparado militarmente para resistir aos invasores e que por isso não ofereceu resistência eficaz.

O próximo passo das tropas de Solano López foi invadir a província do Rio Grande do Sul e chegar até o Uruguai para atacar o Exército Brasileiro. Para isso, as tropas paraguaias pretendiam avançar pelo território argentino e contavam com a autorização da República Argentina, que até então não manifestara nenhum apoio para os países envolvidos no conflito. Entretanto, o presidente argentino, Bartolomé Mitre, não permitiu a passagem do exército paraguaio. Essa decisão foi desrespeitada por López, que a considerou uma afronta e em 19 de março de 1865, o congresso realizado em Assunção aprovou a declaração de Guerra também contra a Argentina.²⁷²

Já o envolvimento do Uruguai, apesar da pouca estrutura militar para auxiliar na guerra, era bastante estratégico do ponto de vista territorial. Segundo Wilma Peres Costa, a adesão do Uruguai na aliança entre a república Argentina e o Império brasileiro, “era essencial para preservar o que fora obtido com a vitória da Revolução de Flores: a neutralização da aliança entre o Paraguai e o Partido Blanco no Uruguai, o que traria, independentemente do êxito da expedição paraguaia através de Corrientes, séria ameaça à segurança do Rio Grande do Sul.”²⁷³

Portanto, Brasil, Argentina e Uruguai, nesse contexto bastante específico e peculiar, uniram-se para enfrentar Solano Lopez e selaram a aliança com um tratado, que tinha como objetivo “fazer desaparecer aquele Governo, respeitando-se a soberania, independência e integridade territorial da República do Paraguai.”²⁷⁴ Desta forma, a luta era contra as ações de Lopez e o tratado enfatizava a importância da manutenção da independência e soberania do Estado Paraguaio²⁷⁵.

A aliança entre as três nações seria determinante para os rumos do conflito e para a derrota do Paraguai. Os dezenove artigos que compunham o tratado estabelecia estratégias militares no confronto e de limites das fronteiras entre as nações aliadas e o país Guarani. Além disso, o texto do tratado mencionava os pontos que faziam referência

²⁷² *Idem*, p. 130-131.

²⁷³ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Editora Hucitec-Editora Unicamp, 1996. p. 160.

²⁷⁴ Tratado da Tríplice Aliança. Apud: COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. *Op. cit.*

²⁷⁵ Artigo 8º do Tratado da Tríplice Aliança.

aos acordos e conformações que ocorreriam após o término do conflito. Desta forma, alguns artigos destacavam a importância da coletividade nas decisões que deveriam ser tomadas durante o conflito e no período do pós-guerra²⁷⁶. No entanto, já no período anterior ao final da Guerra do Paraguai, que deu-se com a captura e morte de Solano López, o Tratado da Tríplice Aliança foi alvo de questionamentos e disputas.

Na República Argentina, a mudança de governo no ano de 1868 acirrou os questionamentos com relação à aliança selada com o Império Brasileiro. Domingos Sarmiento assumiu a presidência no lugar do general Bartolomé Mitre, e o novo presidente desconfiava da política do Império brasileiro. Para Sarmiento, o Brasil tinha pretensões de transformar o Paraguai em seu protetorado e aumentar sua influência na política e no comércio da região Platina.²⁷⁷

No Império Brasileiro, a notícia da aliança com a rival histórica Argentina também recebeu críticas. Conforme nos mostra a pesquisa de Francisco Doratioto, no parecer emitido pela seção dos Negócios Estrangeiros surgiram questionamentos sobre pontos importantes do tratado, indicando que as estipulações do documento eram contrárias a política que estava sendo realizada no Império. A questão dos limites territoriais, expostos no artigo 16º. do tratado, propunha que o Paraguai perdesse partes de seu território e reservada para a República Argentina “todo o Chaco boreal – terras à margem direita do rio Paraguai, até a Bahía Negra, na fronteira com o Mato Grosso – e a margem esquerda do Paraná até o Iguaçu, ou seja, a área de Misiones”²⁷⁸. Região estratégica de divisa com o Brasil, o Chaco pertencendo ao Paraguai evitava a fronteira direta entre o Império e a República Argentina. Além disso, a concessão da área de Misiones para a Argentina representava uma ameaça para a independência do Paraguai, pois este “sofreria um ‘abraço apertado’ da Argentina, com a qual seria fronteiro a leste e a oeste, além de já o ser ao sul.”²⁷⁹

Essas seriam algumas das determinações do tratado que eram questionadas de forma mais acentuada.²⁸⁰ A expectativa era que o Tratado fosse perdendo sua eficácia

²⁷⁶ Ver especialmente os 6º., 8º. e 13º. do tratado.

²⁷⁷ DORATIOTO, Francisco... *Op. Cit.* p. 420.

²⁷⁸ *Idem*, p. 161.

²⁷⁹ *Idem*, p. 163.

²⁸⁰ Segundo Francisco Doratioto, algumas das críticas realizadas pelos conservadores vieram após a assinatura do Tratado. A primeira seria do conservador Visconde de Jequitinhonha, na ocasião da discussão da seção dos Negócios Estrangeiros, e, a outra de Nabuco de Araújo, dois anos após a assinatura do Tratado, quando o cenário político brasileiro já havia se modificado com os próprios desdobramentos da guerra. Apesar de não terem sido realizados no mesmo período, os dois discursos apontavam para a falta de efetividade do Tratado após o fim da Guerra do Paraguai. Ver: DORATIOTO, Francisco... *Op. Cit.*, p. 164.

com o desaparecimento dos motivos que levaram à sua assinatura, marcados pela ameaçada da política de López. As desvantagens territoriais e políticas que o Império Brasileiro sofreria com o cumprimento do Tratado após o término da Guerra motivou uma série de articulações diplomáticas que começaram a ocorrer no período final do conflito e que levariam anos para serem finalizadas. Portanto, a política externa brasileira procurava empenhar-se para amenizar os prejuízos ocasionados pela assinatura do Tratado durante a guerra e as negociações seriam conflituosas e tensas, peculiaridade que resultou na real possibilidade da ocorrência de uma guerra entre o Império Brasileiro e a República Argentina.

Nesse contexto, Gonçalves de Magalhães que estava realizando funções diplomáticas há mais de 20 anos, foi nomeado para ocupar o cargo de encarregado dos negócios estrangeiros em Buenos Aires e depois enviado para uma importante missão especial no Paraguai. Assim, entre os anos de 1871-1873, o literato foi o representante do Império brasileiro para residir na efervescente Buenos Aires e, também, em Assunção, para participar dos acordos de paz e definição dos limites entre os países envolvidos na Guerra do Paraguai. Exercendo a atividade de diplomata em uma situação tensa e relatando as principais discussões que ocorreram na Argentina, Magalhães procurava seguir e defender com afinco as orientações políticas do Império Brasil.

Dessa forma, no contexto de tensão, o interesse pelo fortalecimento da independência paraguaia e a preocupação com as ambições argentinas continuavam sendo questões importantes para a política externa brasileira e a nomeação de Magalhães é realizada neste momento. Além disso, a manutenção do regime monárquico no Brasil também necessitava de ações externas eficientes. O Brasil continuava mantendo o regime monárquico, enquanto os países vizinhos constituíam repúblicas, o que implicava uma afirmação expansionista em suas ações. Como nos indica Wilma Peres Costa, “uma monarquia entre repúblicas não poderia jamais ser um reino, ocupado apenas com os negócios internos de suas fronteiras. A sobrevivência da monarquia na América dependia, portanto, perigosamente, de sua condição *imperial* (ou imperialista).”²⁸¹

Portanto, a escolha desses agentes políticos e negociadores após a Grande Guerra era alvo de disputas e constantes discussões. Na ocasião da nomeação de Magalhães para ocupar o cargo de diplomata na Argentina, dúvidas surgiram inclusive sobre sua capacidade de conseguir desempenhar com eficácia os problemas que vinham ocorrendo

²⁸¹ COSTA, Wilma Peres. *A espada... Op. Cit.* p. 146. (grifo no original)

com relação aos questionamentos do acordo firmado pelo Tratado da Tríplice Aliança. A nomeação do literato foi então defendida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Manoel Francisco Correia, na Câmara dos Deputados, e, na sessão do dia 26 de julho de 1871, o ministro responderia que Magalhães teria total condições de realizar um bom trabalho como diplomata, pois, apesar de estar distante dos debates, teria conhecimento sobre as questões do Rio da Prata. Dessa forma, Francisco Correia indicava que “o Sr. Magalhães tem honrosos precedentes na diplomacia, tem sido considerado nas diferentes legações em que tem servido”, e que “o seu merecimento e os seus precedentes justificam, portanto, a nomeação” que havia feito²⁸².

Portanto, Magalhães chegou a Buenos Aires em julho de 1871 encarregado de negociar questões diplomáticas importantes com as repúblicas da região do Prata. Quase um mês depois do início das atividades de Magalhães na Argentina, o Barão de Cotegipe também seria enviado para o Paraguai com a intenção de realizar acordos de paz com os representantes da Argentina, Uruguai e Paraguai. Entretanto, essas negociações foram conturbadas e o desentendimento entre os representantes da República Argentina e do Império brasileiro gerou grande instabilidade nas relações entre estes países. E, neste cenário, Gonçalves de Magalhães auxilia decisivamente nas negociações da política externa brasileira, procurando legitimar as ações que Cotegipe iria realizar em Assunção.

É importante destacar que no momento exato da chegada de Magalhães em Buenos Aires a relação entre as duas nações não era conflituosa, apesar das disputas que já haviam acontecido. Na última correspondência do encarregado dos negócios do Brasil na Argentina, Benjamim F. de Barros, que seria substituído por Magalhães, é apresentado que o presidente argentino, Domingos Sarmiento, em discurso no congresso, fazia menção ao “perfeito acordo que continua[va] a reinar entre os Aliados na guerra contra o Paraguai” e que estava próxima a “conclusão entre eles do Tratado definitivo de paz com aquela nação”²⁸³.

No entanto, o cenário iria mudar em pouco tempo e exercer o cargo de representante brasileiro na Argentina iria exigir de Magalhães habilidade para que as disputas não resultassem em um conflito armado entre os países. Nessa ocasião, o Barão de Cotegipe, representando o Império Brasileiro, se dirigiu até o Paraguai e assinou um

²⁸² Annaes da Câmara dos Deputados, 26 de julho de 1871.

²⁸³ Correspondência do encarregado dos negócios na Argentina (Benjamim F. de Barros) para Manoel Francisco Correia, em 8 de julho de 1871. Arquivo do Itamaraty. (Estante 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 14).

acordo de paz com esse país. Entretanto, a questão principal é que a ação de Cotegipe representou um rompimento do Tratado da Tríplice Aliança que, conforme pontuamos anteriormente, continha artigos que indicavam que após a Guerra os países aliados deveriam negociar coletivamente a paz com o país derrotado.

O Barão de Cotegipe chegou ao Paraguai em setembro de 1871 para tratar do acordo de paz com os representantes da Argentina e do Uruguai, Manoel Quintana e Adolfo Rodriguez, respectivamente. Entretanto, logo no início das conferências diplomáticas, apareceu o desalinho de ideias entre estes representantes, especialmente entre Cotegipe e Quintana. O representante argentino, seguindo a política do ministro das relações exteriores Carlos Tejedor, reivindicava a posse dos territórios que deveriam pertencer a Argentina segundo o Tratado da Tríplice Aliança. Enquanto isso, Cotegipe propunha que novas negociações sobre os limites fossem discutidas, considerando também a opinião do Paraguai e seus interesses limítrofes.²⁸⁴

Diante do impasse, o representante brasileiro em Assunção solicitou ao Conselho do Estado autorização para negociar diretamente com o Paraguai sem a participação do governo argentino e recebeu uma resposta positiva. Assim, no dia “4 de janeiro de 1872 enceta as negociações em separado. Nesse mesmo mês, em dias, assina a sós com o Paraguai todos os tratados.”²⁸⁵

Todo este contexto, a assinatura de um acordo entre o Império Brasileiro e o país que havia sido derrotado na guerra, sem a aprovação da República Argentina, foi visto como um ato extremamente preocupante pelos argentinos e que teve grande repercussão na imprensa e na política do país. Essa situação exigiu uma articulação importante de Gonçalves de Magalhães e não foram poucas as correspondências nas quais o diplomata apresentou suas estratégias para justificar as ações do Brasil após a ida de Cotegipe para Assunção. Além disso, o literato preocupava-se em manter informado o gabinete do Visconde do Rio Branco sobre a movimentação suspeita de uma preparação bélica na Argentina para o início de um novo confronto, desta vez, tendo como adversário o antigo aliado de guerra.

Preocupado com a repercussão negativa e as consequências que poderiam suceder ao ato de Cotegipe, Magalhães procurou o então ministro das relações estrangeiras argentino, Carlos Tejedor, para apresentar as justificativas da política externa realizada pelo Império brasileiro. A recepção do ministro não foi das mais amistosas. Tejedor

²⁸⁴ NABUCO, Joaquim. *Um estadista...* Op. Cit. p. 288-289.

²⁸⁵ *Idem.* p. 315.

considerava uma ofensa a atitude de Cotegipe que discutiu um tratado de paz sem a presença do representante argentino. Além do mais, na percepção do ministro, o tratado assinado em 1865 não estava sendo respeitado pelo Império Brasileiro, que agia de forma isolada após o fim da guerra do Paraguai. Magalhães relatava na correspondência para o Ministro das Relações exteriores no Brasil sobre a conferência que teve com Tejedor:

Perguntei-lhe que artigos desse tratado [da Tríplice Aliança] inibe os aliados de entrar em ajustes separadamente com o Governo que se estabelecesse no Paraguai depois da queda de Lopez?

Respondeu-me que os mesmos que os inibiam de tratar com o nosso comum inimigo que a aliança não era só para a Guerra, mas também para os ajustes de paz.

Mostrei-lhe que essa interpretação era forçada, que na obrigação contraída de não se tratar separadamente com o inimigo, não se inclui de nenhum modo a ideia de não se poder tratar separadamente com o governo legal que lhe sucedesse por nós reconhecido.

Disse-lhe que a retirada do D. Quintana, que sempre se mostrou inimigo do tratado da Aliança, parecia um ato premeditado, ou para obrigar o Barão de Cotegipe a retirar-se do Paraguai sem fazer coisa alguma, com deixar para o Brasil a da reputação daquele ilustre estadista, ou para que ele tratasse separadamente e dar assim motivo a todo esse alarme.²⁸⁶

Magalhães ainda informava que procurava falar em “tom amigável”, com o objetivo de “manter a paz e harmonia entre as duas nações vizinhas”. E essa não seria a única oportunidade em que o diplomata explicava e justificava as ações do Império para as autoridades argentinas. Além dessas conversas e conferências, Magalhães também mostrava-se preocupado ao identificar a formação de uma opinião pública negativa na Argentina sobre o Brasil e escrevia artigos para serem publicados nos jornais sobre a lealdade do governo brasileiro com o cumprimento dos acordos.

No entanto, logo após a assinatura do acordo entre Brasil e Paraguai, a imprensa argentina iniciou a publicação de uma série de críticas à paz assinada entre os dois países. O jornal *Standard* foi um dos primeiros a dar a notícia do acordo de paz assinado em Assunção e das divergências entre a diplomacia argentina e a brasileira. Diante das divergências diplomáticas, o periódico publicou um artigo em que analisava a possibilidade do início de uma guerra das repúblicas americanas contra o Império.²⁸⁷

²⁸⁶ Correspondência de Magalhães em 20 de janeiro de 1872 para o ministro brasileiro das relações exteriores. Arquivo do Itamaraty. (Estante, 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 15).

²⁸⁷ *Idem*.

O fato é que o novo acordo entre Brasil e Paraguai definia novos limites de fronteira e determinava uma relação mais próxima entre os países. O Paraguai, conforme determinação do Tratado de 1865, deveria pagar as despesas de guerra para os países aliados. No entanto, de acordo com o novo tratado de 1872, apesar de ainda existir a permanência da obrigatoriedade do Paraguai de indenizar o país, nas negociações de Cotegipe, ficou “garantido que o pagamento dos gastos de guerra e indenizações a particulares pelos Paraguai, cujo montante ainda seria calculado, era uma estipulação apenas formal e não seria cobrada.”²⁸⁸

A confirmação da assinatura do tratado em Assunção reacenderia a rivalidade entre o Brasil e a Argentina e o discurso sobre a defesa dos interesses de cada nação. As opiniões se dividiriam com relação ao ato de Cotegipe, e, Magalhães apresentava o desenrolar dos acontecimentos e as discussões que ocorriam em Buenos Aires. Em um excerto do Jornal *El Nacional*, por exemplo, aparecia como afrontosa a ação de Cotegipe. Para o jornal, os últimos tratados abriram uma “ferida inferida” no amor “próprio dos argentinos” e que por isso condenavam a “infidelidade do Brasil”. Protestavam contra a assinatura do Tratado, mas eram veementemente contrários ao início do conflito.²⁸⁹

Em algumas correspondências, o diplomata apresentava o alerta sobre a possibilidade do conflito armado para o Brasil se preparar para o confronto com os argentinos. A movimentação e os pedidos de armamentos bélicos realizados pela Argentina eram vistos como preparativos para a Guerra e não são poucas as correspondências nas quais Magalhães relatava essas questões.

No entanto, as ponderações sobre as efetivas possibilidades de uma guerra eram atenuadas em determinados momentos e o diplomata tratava de tranquilizar o governo brasileiro. A Argentina não estaria de fato preparada militarmente para fazer com que o Império Brasileiro anulasse a assinatura do Tratado. O país não possuía sequer uma Marinha de Guerra, e, o seu Exército ocupava-se de por fim a um levante interno que ocorria em Entre Rios.²⁹⁰ Além disso, a Argentina encontrava-se isolada dos países vizinhos, com os quais poderia buscar algum tipo de aliança em uma guerra contra o Império. Assim, a Bolívia, preocupada com os interesses argentinos sobre o Chaco “concentravam tropas na fronteira, ao mesmo tempo que reivindicavam a área daquele

²⁸⁸ DORATIOTO, Francisco... *Maldita Guerra...* Op. Cit. p. 465.

²⁸⁹ Jornal *El Nacional* de 20 de maio de 1872.

²⁹⁰ DORATIOTO, Francisco... *Maldita Guerra...* Op. Cit. p. 466.

território até o rio Bermejo; por sua vez, o Chile também reclamava a posse da Patagônia e ameaçava ocupá-la.”²⁹¹

Magalhães ressaltava a incapacidade da Argentina em enfrentar o Império Brasileiro, apesar de todos os debates da imprensa e das opiniões que incentivavam o confronto. O diplomata fazia questão de destacar que a Argentina, mesmo após o descontentamento com a política diplomática do Brasil, tinha grandes receios de levantar as armas contra o Império, e que, naquele momento, a imprensa do próprio país procurava destacar a necessidade de usar os meios pacíficos e diplomáticos para negociar com o Brasil. Relatava que

A Presa de ontem, em um artigo pregando a paz no qual muitas verdades em honra do Brasil se misturam com as inevitáveis injúrias que a inveja inspira contra nós, diz que, ‘a guerra com o Brasil reduziria esta república as condições do Paraguai e o faria gastar o seu último peso, em quanto que o Império não se debilitaria tanto atenta a sua organização monárquica, a unidade dos seus elementos, a sua idade mais avançada na vida constitucional e as condições em que o colocou a paz e a tranquilidade de tantos anos, que tem sido para esta república períodos de sangue e de perda da fortuna pública’. *Assim reconhecem estes republicanos as vantagens que temos colhido do nosso sistema de governo, e é sem dúvida por isso que eles caridosamente desejam ver reduzido o Brasil a pequenas repúblicas e passando pela anarquia de que eles dão exemplo as portas do Império.*²⁹²

O literato observava os debates e aproveitava para fazer avaliações a respeito das diferenças entre os dois países, seus sistemas de governo, e acrescentava à caracterização do Império como uma grande potência em comparação as repúblicas sul-americanas. Comentava que nos jornais argentinos, apareciam “as queixas convencionais [que] se misturam com a expressão do medo, e o reconhecimento da superioridade do Império”²⁹³. Apesar de alguns periódicos ainda desejarem a guerra contra o Brasil, Magalhães destacava que suas interferências na imprensa argentina, por “intermédio de um brasileiro muito relacionado”, que tinha contato direto com “um dos redatores dos nove Diários de Buenos Aires”, havia resultado na mudança da linguagem dos jornais argentinos.

²⁹¹ *Idem*, p. 466.

²⁹² Correspondência de Magalhães em 8 de abril de 1872 para o ministro brasileiro das relações exteriores. (grifo nosso). Arquivo do Itamaraty. (Estante, 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 15).

²⁹³ Correspondência de Magalhães em 12 de abril de 1872 para o ministro brasileiro das relações exteriores. Arquivo do Itamaraty. (Estante, 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 15).

No entanto, a preocupação para preparar-se para o conflito, com encomendas de armamentos da Europa, de formação da estrutura bélica, para superar a inferioridade e armamentos na Argentina justificava as desconfianças e ainda preocupava Magalhães, que presenciava os debates nos jornais e conversava com as autoridades. O diplomata relatava que o governo argentino havia contratado “uma casa inglesa a compra de grande quantidade de pólvora”, encomendava encouraçados dos Estados Unidos, e concluía a correspondência dizendo que “não ha[via] dúvida que esta república se arma[va], qualquer que seja o fim dos seus aprestos bélicos.”²⁹⁴

Em outra carta, Magalhães apresentava diretamente suas impressões sobre as principais figuras políticas argentinas. Para o diplomata, o presidente do país procurava os meios pacíficos para diminuir as tensões entre as duas nações. No entanto, as ações do ministro dos Negócios Estrangeiros argentino, Tejedor, e de seu aliado político, Mitre, eram dignas de desconfiança e relatava suas observações:

“... Não desconfio do Sr. Sarmiento, creio mesmo que ele nutre sinceros intenções de manter a aliança, mas desconfio e muito do Sr. Tejedor, que é a alma deste governo, e cujo caráter ríspido, orgulhoso, dissimulado e presumido lhe não permitirá perdoar ao Brasil o xaque que a manhosa política argentina sofreu no Paraguai. Igual desconfiança me inspira o general Mitre, que está de acordo com o Sr. Tejedor, e, ambicionando a presidência da república, é muito provável que veja em um conflito com o Brasil um meio seguro de se elevar ao poder.

O certo é que todos aqui, sem exceção de ninguém, estão persuadidos que se esta república não declarar já a guerra ao Brasil, é porque não pode, mas que para isso se prepara.”²⁹⁵

As tensões eram grandes, mas o início de uma guerra entre os países não era muito aconselhável, apesar dos discursos elaborados pelos jornais e mais uma vez, as divergências seriam levadas para o campo diplomático. Assim, em junho de 1872, o presidente da Argentina decidiu enviar para o Brasil Bartolomé Mitre em uma missão especial, com o objetivo de restabelecer a aliança com o Brasil e buscar novas negociações sobre a questão das fronteiras do Paraguai.

Magalhães via com desconfiança a iniciativa argentina de enviar Mitre para novos acordos com o Brasil. Alertava para o ministro dos negócios estrangeiros no Brasil que

²⁹⁴ Correspondência de Magalhães em 21 de setembro de 1872 para o ministro brasileiro das relações exteriores. Arquivo do Itamaraty. (Estante, 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 15).

²⁹⁵ Correspondência de Magalhães em 1 de junho de 1872 para o ministro brasileiro das relações exteriores. Arquivo do Itamaraty. (Estante, 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 15).

Mitre mantinha relações com liberais e republicanos brasileiros e que era bem provável que sua escolha para a assinatura de um acordo com o Império poderia ser para ele se comunicar “com essa gente que lhe faz festa, conhecer os recursos desse partido, estudar a opinião pública, descobrir as intenções do governo Imperial e as suas relações diplomáticas com o Chile e a Bolívia, e decidir-se segundo as circunstâncias, dando tempo a que esta república se prepara.”²⁹⁶ Além de ressaltar um receio de que existia uma aliança entre os argentinos e os liberais brasileiros para “destruírem” o Império brasileiro, Magalhães destacava ainda que a tribuna da Argentina considerava que a missão de Mitre demoraria “de cinco a seis meses... tempo que aqui julgam necessários para o armamento da república.”²⁹⁷

No entanto, conforme as relações voltavam a ser estabelecidas entre os dois países, a imprensa argentina e o diplomata brasileiro mudavam as suas expectativas sobre a missão de Mitre. Quase um mês após a ida do representante argentino para o Império, Magalhães descrevia o seguinte cenário:

Desde então a imprensa de Buenos Aires se conserva muito moderada, limitando-se a transcrever os diferentes artigos dos nossos diários de opiniões diversas sobre a questão entre o Brasil e esta república que tanto agitou os ânimos no mês passado. Já se não crê na possibilidade de uma guerra por esse motivo, nem mesmo na de um rompimento das relações diplomáticas. Todos estão hoje persuadidos que o general Mitre se empenhará para manter as boas relações entre os dois países e que isso lhe foi especialmente recomendado pelo Sr. Sarmiento, que considera a guerra como um grande crime e a não quer com o Brasil por causa alguma, não havendo a mais leve razão que a justificasse. Já alguns membros do governo dizem, segundo me consta, que o armamento encomendado, insuficiente para ser empregado contra o Brasil, só é destinado a segurança da república, e a impor respeito a Bolívia e ao Chile que também se armam.²⁹⁸

As apreensões diminuíram consideravelmente após o início dessas negociações, e em novembro de 1872 foi finalmente assinado o novo acordo entre Brasil e Argentina, com os representantes Marquês de São Vicente e Bartolomé Mitre. O documento tocava em divergências antigas e tinha como finalidade a afirmação da aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai na definição das questões no Paraguai. Assim, a Argentina e o

²⁹⁶ Correspondência de Magalhães em 4 de junho de 1872 para o ministro brasileiro das relações exteriores. Arquivo do Itamaraty. (Estante, 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 15).

²⁹⁷ *Idem.*

²⁹⁸ Correspondência de Magalhães em 8 de julho de 1872 para o ministro brasileiro das relações exteriores. Arquivo do Itamaraty. (Estante, 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 15).

Uruguai deveriam negociar com o Paraguai os limites territoriais, e o Império Brasileiro deveria acompanhar estes diálogos e intervir em caso de disputas entre as nações. Conforme especificava o artigo 4º. do novo acordo, “o governo imperial cooperará eficazmente com sua força moral, quando os aliados julguem oportuno, para que a República Argentina e o Estado Oriental cheguem a um acordo amigável com o Paraguai a respeito dos tratados definitivos a que se refere o Pacto da Aliança.”²⁹⁹

Assim, o próximo passo era a realização da negociação entre Argentina, Uruguai e Paraguai, que contasse com o apoio brasileiro. Mitre seguiu para Assunção em 1873 e o Brasil mandou como representante Gonçalves de Magalhães. Foram em média cinco meses de negociações, até que o representante argentino não conseguiu alcançar o que pretendia com o Paraguai, e mais uma vez, os países não chegariam a nenhum acordo. “Em outubro de 1873, interrompida ou frustrada a negociação de Mitre, só se falava em guerra entre os Aliados... o Brasil e a República armavam-se, faziam grandes de Remingtons, encoutaçados, canhões Krupp, torpedos.”³⁰⁰

Esse contexto de negociação e de desacordos entre os países negociadores foi marcado por graves conflitos internos ocorridos no Paraguai, decorrente ainda das fissuras e dos grandes prejuízos que o final da guerra havia causado no país em conjunto com as pressões realizadas pela Argentina para a obtenção do território do Chaco. Os jornais brasileiros falariam em uma “nova revolução paraguaia”, que teria como motivação os interesses argentinos sob o território paraguaio. *O Diário do Rio de Janeiro* destacava o apoio que o Brasil dava para a reconstrução política e econômica do Paraguai, enquanto que “a República Argentina... usa[va]... de meios mais que artificiosos, para conseguir de meia dúzia de filhos desta República algumas dezenas mais de léguas, na margem direita do rio Paraguai”³⁰¹. Segundo o jornal, esse posicionamento e pressão realizados pela Argentina fomentou uma guerra civil e estava provocando uma nova revolução no Paraguai, fazendo surgir líderes que não visavam o bem da nação, eram ambiciosos, e que teriam como objetivo final a ruína do Paraguai. Esse era o cenário descrito pelo jornal que aproveitava para criticar o movimento republicano no Brasil, mencionando que a escolha pela República levava à conflitos partidários, disputas

²⁹⁹ Acordo Mitre- S. Vicente de 19 de novembro de 1872. Apêndice da obra de Joaquim Nabuco. *Op. Cit.* p. 663.

³⁰⁰ NABUCO, Joaquim. *Um estadista...* *Op. Cit.* p.330.

³⁰¹ Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de julho de 1873.

mesquinhas. Por isso, indicava que “a república assim é uma desgraça! Aqueles que, no Brasil, querem a República, desejam a ruína da sua pátria”³⁰².

Ainda na mesma edição, o *Diário do Rio de Janeiro* também apresentou detalhes do episódio que ocorreu no dia 18 de junho de 1873 em Assunção, quando os rebeldes paraguaios, sob a liderança de Cabellero, tentaram invadir a capital e representaram uma real ameaça ao governo paraguaio, assustando a população. Entretanto, a articulação do presidente do Paraguai e de Magalhães para fortificar a cidade antes da chegada dos rebeldes foi decisiva, segundo o jornal, para evitar o massacre da cidade. Assim, a atuação de Magalhães é apresentada de forma positiva, pois o poeta era um “ministro plenipotenciário inteligente, perspicaz... enérgico e patriota”, que diante do conflito armado mobilizou as tropas e forneceu armas para a defesa do governo Paraguai. No final da tentativa do assalto a cidade, o *Diário* acrescentava que Magalhães ainda correria risco de sofrer um atentado do rebelde Cabellero:

“O capitão Goiburu, das forças de Cabellero e que foi um dos principais assassinos do tempo do Lopes, vendo-se desesperado nas trincheiras paraguaias alguns marinheiros, supôs que fossem brasileiros por ser vestimentas quase a mesma, e estúpido na escolha dos insultos passou a legação imperial e dirigiu ao Sr. Barão de Araguaya palavras e ameaças ofensivas, fazendo aceno de pegar no revólver: a nossa guarda, composta de fuzileiros navais fez-lhe fogo, e ele abaixando-se e metendo esporas ao cavalo desapareceu como uma flecha”³⁰³

Além de relatar o atentado de Magalhães, que é destacado como se o diplomata brasileiro estivesse arriscando sua vida durante a missão em nome do Império, o jornal apresentava os resultados do final da tentativa dos revolucionários de tomar o poder no Paraguai:

homens e cavalos mortos pelas ruas, que olham para as trincheiras, uns 30 feridos, grande número de transfugas, 400 cabeças de gado, armas, carroças e cavahada; eis o que resultou do ataque do dia 18 em que o inimigo foi quase surpreendido pelas forças do governo, de quem escapou por achar-se montado, sendo que os soldados deste são na maior parte de infantaria.³⁰⁴

A intervenção de Magalhães para a defesa do governo Paraguai durante as tensões armadas era criticada pelos jornais da oposição no Brasil. O jornal *A Reforma*

³⁰² *Idem.*

³⁰³ *Idem.*

³⁰⁴ *Idem.*

opunha-se à ideia de que o Império deveria realizar ações na política interna dos outros países. Acreditava que a política diplomática do Império estava intervindo intensamente em assuntos que não eram de sua competência, e, que isso poderia resultar em uma nova possibilidade de Guerra entre na região do Prata:

O que nos parece porém é que temos um ministro em Assunção que está se envolvendo demais na política paraguaia, e que é o menos apto para esse gênero difícil de negociações, por não ser o que se chama um homem conciliador, mas exatamente o contrário... Estava o Sr. Barão do Araguaya autorizado para intervir nos negócios internos do Paraguai, e para ‘dominar a revolução com suas tropas?’ até onde se estende essa faculdade de intervir delegada ao plenipotenciário?³⁰⁵

Dessa forma, aproveitava também para cobrar explicações sobre a política externa Brasileira e suas possíveis pretensões sobre outros países. No debate realizado no Senado durante este mesmo período, o Ministro da Guerra, Junqueira, deixava evidente que as medidas tomadas nas negociações deveriam manter-se presentes, indiferentemente se com tropas armadas ou não. Argumentava que era extremamente necessária a representação do Império, no mínimo a simbólica, e Magalhães realizaria bem sua tarefa. Junqueira dizia que a “questão ali é de força moral; é questão de bandeira; é mister que o Império se represente pelo seu pavilhão e para isto não precisa ter ali um exército.”³⁰⁶

Conjuntamente aos conflitos físicos, as disputas diplomáticas eram mantidas. Mitre não contou com o apoio de Magalhães para defender os interesses argentinos. Segundo o acordo firmado em 1872, em caso de um impasse entre Argentina e Paraguai, o Império Brasileiro poderia interferir para que se chegasse a um consenso. Era dever de Magalhães cumprir as orientações do Império Brasileiro que, nesse caso, não apoiava a proposta da Argentina e colocava-se mais uma vez em defesa do território Paraguaio.

Magalhães também encontraria bastante trabalho ao retornar à Argentina. Teria algumas reuniões com Mitre, Tejedor e Sarmiento para expor o posicionamento do Império Brasileiro frente a proposta da Argentina. Mostrava-se persuadido que o governo Imperial não apoiaria a Argentina nessa negociação e que o Paraguai seria muito prejudicado se o acordo fosse firmado. Brasil e Paraguai estavam mais uma vez unidos para defender o território do Chaco da posse argentina. Em resposta a Tejedor, Magalhães expunha as justificativas para não apoiar a Argentina nesse tratado:

³⁰⁵ Jornal *A reforma*, 15 de julho de 1873.

³⁰⁶ Debate na sessão do Senado publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 16 de julho de 1873.

“Esse apoio, observei que, provocaria a maior indignação contra o Império, tanto no Brasil como fora dele, em todas as repúblicas americanas, e seria além disso inútil e sem efeito contra a invencível resistência do Sr. Jovellanos, que já formalmente declarou preferir retirar-se voluntariamente do poder ao assinar um tratado que completaria a ruína do Paraguai, sem lhe deixar a menor esperança, e com o qual, si o assinasse, não poderia conservar-se na presidência, nem viver no seu país odiado por todos.”³⁰⁷

O receio era novamente de uma reação armada do governo argentino para conseguir a posse de parte do território paraguaio. A realização de sessões secretas do congresso argentino nesse período era observada com desconfiança por Magalhães. O diplomata procurava informações sobre as discussões que ocorriam no interior do governo argentino, enviando correspondências para o ministro das relações exteriores argentino, Carlos Tejedor, solicitando explicações. Perguntava inclusive sobre uma possível “aliança ofensiva e defensiva entre a República Argentina e a da Bolívia com o fim de se repartirem entre si o território do Chaco, com exclusão completa do Paraguai, e fazer a guerra ao Brasil.”³⁰⁸ O ministro negava as intenções de formação bélica da Argentina e da aliança entre os países contra o Império Brasileiro e o Paraguai.

A nova possibilidade de uma guerra entre as nações voltava a aparecer, mas o governo brasileiro continuava mantendo suas estratégias para a proteção do território paraguaio e Magalhães mantinha-se atento às instruções do Império. Sua missão acabaria no ano de 1874 e os acordos entre os países ainda não haviam sido finalizados. Faltavam ainda outros capítulos para encerrar as negociações diplomáticas. Em 1875, já sem a presença de Magalhães na Argentina, seria assinado um acordo de limite e paz entre a Argentina e o Paraguai, conhecido como Tratado de Sosa-Tejedor, que não foi oficialmente reconhecido pelo governo do Paraguai por pressões do Império Brasileiro.

O impasse seria resolvido apenas em 1876, quando Paraguai e Argentina assinaram um acordo sem a oposição do Império Brasileiro. Segundo Doratioto, nesse momento “a hegemonia do Brasil no Prata estava enfraquecida, e impedia, como ocorrera anteriormente, uma influência brasileira decisiva sobre as negociações. Mesmo assim, o

³⁰⁷ Correspondência de Magalhães em 3 de outubro de 1873 para o ministro brasileiro das relações exteriores. Arquivo do Itamaraty. (Estante 205, Prateleira, Volume/Maço 3/16).

³⁰⁸ Correspondência de 31 de outubro de 1873 de Magalhães para o Carlos Tejedor, Ministro das relações exteriores da República da Argentina. Arquivo do Itamaraty. (Estante 205, Prateleira, Volume/Maço 3/16).

resultado do Tratado argentino-paraguaio satisfizes ao Rio de Janeiro, pois foi ratificada a independência paraguaia e a Argentina não se apossou de todo o Chaco”.³⁰⁹

Portanto, o governo do Império Brasileiro, cuja maioria era conservadora no início da década de 1870, utilizou-se fortemente da articulação diplomática para defender seus interesses e conseguir diminuir os efeitos negativos que o Tratado da Tríplice Aliança trazia após o fim do conflito para o Império. Os questionamentos sobre a forma de governo monárquico também estavam latentes no Brasil e a execução de uma política externa potente era um mecanismo de resposta às críticas da oposição.

Dessa forma, Magalhães foi um importante representante do Império e o defendeu fortemente nesses anos em que esteve na América do Sul. Na ocasião de sua ida para a Argentina, o poeta havia sido nomeado inicialmente para realizar uma apreciação sobre a instrução primária, conforme informações que eram enviadas para o Ministro brasileiro das relações exteriores logo no início de seu período de estadia em Buenos Aires.³¹⁰ Entretanto, sua atuação como articulador diplomático – reuniões com outros diplomatas dos países sul-americanos, conferências com as autoridades argentinas, escrita de artigos para os jornais portenhos, a vivência das tensões armadas no próprio Paraguai – fizeram parte desse período importante na trajetória do poeta, que o marcaram como um combatente dos interesses do Estado monárquico brasileiro.

Magalhães também não deixaria Buenos Aires sem realizar uma apreciação sobre as disputas que permeavam o período posterior à guerra do Paraguai, e fez uma análise sobre a rivalidade histórica entre os dois países, refletindo sobre o processo histórico das nações e seus desdobramentos para as ações do presente. Em uma das suas últimas correspondências, o diplomata avaliava as origens históricas das disputas entre Brasil e Argentina, que, segundo o poeta, eram responsáveis pela tensão vivenciada nos últimos anos, especialmente na imprensa argentina que alimentava o ódio dos argentinos com relação aos brasileiros em um processo de afirmação de sua nacionalidade, “como se na República Argentina o patriotismo se medisse pela intensidade do ódio contra o Brasil!”, exclamava Magalhães.³¹¹ E acrescentava ainda que “nos corações dos patriotas argentinos o pensamento hereditário da reconstrução do Vice Reinado do Rio da Prata a custa dos

³⁰⁹ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra... Op. Cit.* p. 482.

³¹⁰ Correspondência de Magalhães em 7 de dezembro de 1871 para o ministro brasileiro das relações exteriores, Manoel Francisco Correia. Arquivo do Itamaraty. (Estante 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 14).

³¹¹ Correspondência de Magalhães em 4 de janeiro de 1874 para o ministro brasileiro das relações exteriores. Arquivo do Itamaraty. (Estante, 205, Prateleira, Volume/Maço 4/01).

Estados vizinhos” apresentava “o Brasil como o único obstáculo”³¹². Para o poeta, a grandeza do Império brasileiro incomodava o patriotismo argentino, que buscava construir um grande reino, pois a fragmentação dos governos republicanos na América Latina ficava à sombra do Império brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dia 7 de setembro fora muito festejado, em Assunção, pelos corpos da ocupação nessa cidade. Houve Te-Deum na catedral a que assistiram o Srs Barão de Araguaia e o marechal Guimarães, o presidente da República e as pessoas distintas da capital. A noite o Sr. Barão do Araguaia deu um baile que foi muito concorrido, e os quartéis do 8º. e 10º. de infantaria estiveram brilhantemente iluminados, assim como as ruas mais vizinhas.

*Diário do Rio de Janeiro, 1873*³¹³

A nota exposta acima foi extraída do Jornal *Diário do Rio de Janeiro* e faz referência as solenidades realizadas no Paraguai que contaram com a participação de Gonçalves de Magalhães. Naquele momento, após as conturbações que ocorreram em Assunção, transmitia-se a mensagem de trégua nas tensões e aproveitava-se para destacar que mesmo no ambiente de imprecisões na região do Prata, o prestígio do Império era mantido e isso era visível através das comemorações da Independência do país.

³¹² *Idem.*

³¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de setembro de 1873.

Representando a força simbólica do Estado Brasileiro estava o Barão do Araguaya, que ofereceu um baile, “disputado”, para completar as comemorações relacionadas à data da Independência do Brasil. Ruas e quartéis iluminados mostravam como a festa era prestigiada na capital do Paraguai. O periódico também tinha trazido informações sobre o episódio do atentado do dia 18 de junho, realizado com o objetivo de derrubar o governo paraguaio, cuja ação de Magalhães havia sido exaltada pela maioria dos jornais da corte.

Domingos José Gonçalves de Magalhães foi um ministro referenciado pelo governo brasileiro, recebeu o título de Barão pelos seus serviços diplomáticos, e, na missão do Paraguai enfrentaria as discussões com Mitre e as tensões de uma possível guerra entre as nações. Representava também uma resposta para a oposição ao governo no Brasil, defendendo a Monarquia. Entretanto, essa autoridade que o poeta diplomata possuía também tinha sido construída nas últimas décadas de atuação política e também literária de Magalhães.

O leitor deve se lembrar que quase quarenta anos antes de ter sido agraciado com o título de Barão do Araguaya, o jovem Gonçalves de Magalhães também viajaria para representar o Brasil que, na ocasião, ainda era uma nação recém-independente. Magalhães, compartilhando essa experiência com outros jovens brasileiros, mostrava ser um poeta polêmico, que se envolvia em discussões com as autoridades do Império Brasileiro, o que lhe custaria inclusive a demissão de seu cargo de adido na França. Sem muitos recursos para conseguir manter-se na Europa, Magalhães receberia ajuda de amigos para continuar sua estadia em terras europeias, e participar das sessões do Instituto de Paris, dando também continuidade à escrita de suas obras literárias e publicando a *Revista Nytheroi*. Enfim, trabalhava e refletia sobre as especificidades da nação no campo das letras e também político. Com a demissão do seu cargo, a situação financeira ficou extremamente precária e o poeta precisou voltar para o Brasil, mas a correspondência enviada para o seu velho mestre Monte Alverne, deixava evidente que os projetos nacionais deveriam continuar sendo elaborados. Era “tempo de trabalhar e de escrever”³¹⁴, dizia Magalhães.

O caminho para o alcance de uma literatura nacional e do Estado brasileiro consolidado era extenso, e a “missão” de Magalhães nesse contexto seria evidenciada quando o poeta ocupou a função de secretário do governo no Maranhão, sobre a qual dedicamos um capítulo dessa dissertação. As formulações e concepções elaboradas pelo

³¹⁴ Correspondência de Magalhães para Monte Alverne em 23 de fevereiro de 1835. In: Lopes, Roberto (org.). *Cartas a Monte Alverne... Op. Cit.* p. 55.

poeta buscavam também conhecer as especificidades da nação e do território brasileiro. Conhecer as partes para integrá-las ao todo. Mas não todas as partes. Deixava bem claro que os revoltosos eram homens que “viviam de rapina”, “que matavam com naturalidade”, e que “nos faziam guerra” e estavam fora do pacto político, havia um nós (conservadores, Imperador, Caxias) e um eles (ralé e liberais, uma vez que os liberais puseram lenha na fogueira), procurava por cada um no seu lugar, construía uma hierarquia (e a crítica ao Felizardo funcionava apenas como uma ressalva, um alerta na dinâmica do poder) e a narrativa era autoritária, pedia pela ação, pelo pulso firme. Dessa forma, Magalhães procurava formas de alcançar a civilidade necessária para fortalecer a nação, as instituições, a ordem, a territorialidade. O trabalho histórico seria premiado e elogiado pelo IHGB pelo estilo narrativo de Magalhães e pelas questões colocadas em sua reflexão.

Essa inquietação vivida por Magalhães e pelos homens de letras e políticos do Império Brasileiro também foi compartilhada por outros pensadores da América Latina, como o próprio Domingos Faustino Sarmiento, pelo qual Magalhães nutriu sinceras simpatias durante o período em que foi diplomata na Argentina. Sarmiento seria membro inclusive do IHGB, teria também uma rápida passagem pelo Rio de Janeiro antes de se exiliar no Chile, durante o governo de Rosas, e de escrever o livro *Facundo: civilização e barbárie* em 1845.

Apesar das diferenças entre o romantismo argentino e o brasileiro, os dois escritores realizaram reflexões para pensar a nação, identificar os problemas e entraves para o alcance da “civilização” de suas respectivas nações. Dessa forma, a caracterização dos “tipos” sociais, a importância do meio para a formação das características dos habitantes é fundamental na obra de Sarmiento, esforço também empreendido por Magalhães em sua *Memória da Balaiada* que buscava compreender a personalidade dos líderes rebeldes da revolta no Maranhão. E ambos eram catastrofistas com relação ao que viam, aos habitantes do lugar, eram homens de outro tempo, estavam no caminho, atrapalhavam. O leitor da *Memória* termina o texto cheio de horror por aqueles homens, o texto é carregado de emoção.

A barbárie estava posta nas províncias brasileiras e no território argentino, segundo Magalhães e Sarmiento. Balaios e gaúchos seriam bárbaros. Se afastássemos por um instante das capitais dos dois países, encontraríamos, segundo os literatos, atores sociais que não eram guiados pelo pensamento racional, político, mas pelas paixões, pelos seus instintos primitivos. Uma sociedade na qual o “bem público é uma palavra sem

sentido”, a barbárie persistia.³¹⁵ Era então necessário o fortalecimento do Estado para fazer com que as luzes da civilização iluminassem todo o território nacional.

Por fim, é importante destacarmos que foi objetivo da pesquisa pensar sobre as várias ações e produções de Magalhães em períodos variados e efervescentes do século XIX brasileiro, em diálogo com outros escritores e políticos do período. Dessa forma, talvez a narrativa da Balaiada escrita pelo poeta, por exemplo, possa ter realizado um papel semelhante ao que *Facundo: civilização e Barbárie* representou para a Argentina, no mesmo período, ao apresentar um quadro sobre os problemas nacionais e suas dificuldades. Mas, investigar mais a densamente essa relação fica, de fato, para a próxima pesquisa.

Complementar a essa questão, ressaltamos que a marca pela busca da construção e defesa do Estado monárquico brasileiro e também a preocupação com os rumos do país até a sonhada civilização ficou evidenciada na atuação do poeta, e essas características foram identificadas tanto em seus textos literários, como em suas produções históricas e filosóficas, e também em suas ações como homem representante do Estado. Portanto, o literato participou das discussões no “laboratório da nação” e depois apresentou-se como um defensor da monarquia em um contexto em que o regime já estava sendo questionado. Magalhães continuava assim defendendo o Império e suas instituições, e, a multiplicidade das atividades realizadas por ele fez com que o poeta em muitas ocasiões encontrasse o político e o historiador.

³¹⁵ SARMIENTO, Domingo Faustino. “Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino”. *Op. Cit.* p. 64.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Revistas:

Revista da Sociedade Filomática (1833);

Revista Nitheroy (1836);

Minerva brasiliense (1843-1845);

Revista Guanabara (1849-1856);

Revista Universal Maranhense (1847-1848);

Revista do IHGB

Jornais:

Jornal dos debates políticos e Literários;

Jornal Sete d'Abril;

Pharol do Império;

Chronista;

Aurora Fluminense;
O Parlamentar;
Correio Official;
Diário do Rio de Janeiro;
Jornal do Commércio;
A Reforma: órgão Democrático;
A nação;
A Revolução Pacífica;
Correio Mercantil;
O Patriota;
A Revolução Pacífica

Fontes manuscritas

Biblioteca Nacional

- Carta do Magalhães para Porto Alegre sobre a Crítica à *Confederação dos Tamoios*. Turim, 31-08-1856. (Código 26, 4, 81);
- Manuscrito: Magalhães, D. J. G. *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão*. (Código: 15, 3, 6);
- Guia de pagamento do ministério do Império, relativo a Diploma da Comenda da Ordem da Rosa, concedido a D. J. G. Magalhães, 1855. (Código 0433, 032, no. 004);
- Requerimento de Magalhães ao Ministro do Império (Código – 0433, 032, no. 001, no. 002, no. 003): solicitando que seja determinado o início do curso de filosofia no Colégio e estabelecido o valor, 1839; solicitando a devolução dos documentos uma vez que desiste da cadeira de substituto da academia de Médico cirúrgico do RJ em 1833; guia de pagamento relativo a Diploma da ordem do cruzeiro concedido em 1841.

IHGB

- Fundo do Araújo Porto-Alegre. Lata 653 e 654: Dados biográficos sobre Domingos José Gonçalves de Magalhães escrito por A. Porto Alegre. Lata 653 Pasta 9.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

- Coleção Caxias, caixa 808: neste fundo documental existem os documentos referentes à administração e segurança da província do Maranhão entre 1838 e 1841, contendo as correspondências dos presidentes da província anteriores ao Luís Alves de Lima, mas, sobretudo a correspondência deste último com os ministros da corte (o da Guerra, da Justiça e do Império), e também com os comandantes das forças províncias que atuaram durante a revolta.

- Ata do Conservatório. Registro do pedido de oficialização da instituição datado de 12 de março de 1843. Arquivo Nacional, Sobre a censura dos espetáculos do conservatório. Referência: 46, 5, 7.

- Manuscrito original de 158 páginas da memória histórica da Revolução Maranhense, da lavra de Domingos José Gonçalves de Magalhães, publicada na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – Ano de 1848. Vide Portaria, n. 212-121 de 20-7-42. Arquivo Nacional.

Arquivo do Itamaraty

- Correspondências de Magalhães como diplomata na Argentina e no Paraguai com o Ministro das relações exteriores no Brasil:

Buenos Aires – 1871-1874

1870-1871: Estante 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 14

1872: Estante, 205, Prateleira 3, No. Volume/Maço 15

1873: Estante 205, Prateleira, Volume/Maço 3/16

1874: Estante, 205, Prateleira, Volume/Maço 4/01

Paraguai – 1874

Referência: Estante, Prateleira, 201, Volume/Maço 1/12

Fontes impressas

- Anais da Câmara dos Deputados: encontra-se no acervo da biblioteca do IEB/USP e disponível também online em <http://www.camara.gov.br>

- ARAÚJO, Maria Raimunda. *Documentos para a história da Balaiada*. São Luís, ed. FUNCMA, 2001.

- LOPES, Roberto (org.). *Cartas a Monte Alverne*. SP: Conselho Estadual de Cultura, 1964.

- MORAES, E. Vilhena de. *Novos Aspectos da Figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937.

Livros e opúsculos consultados

ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos por Ig*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional do Diário, 1856.

ARMITAGE, João. “História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I., em 1831, por João Armitage”. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E const. De J. Villeneuve e Comp. 1837.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 2º. Volume.

- DEBRET, J. Baptista. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil: pranchas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Carteira de meu tio*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo & Henrique Laemmert, 3ª. Edição, 1867. (Primeiro folheto).
- MAGALHÃES, Couto de. *Selvagem*. São Paulo: Nacional. 1940.
- MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848-1849*. Brasília: Senado Federa, Ed. UnB, 1978.
- MELO, Urbano Sabino Pessoa de. *Apreciação da revolta praieira de Pernambuco*. Brasília: Senado Federa, Ed. UnB, 1978.
- MONTE ALVERNE, Francisco do. *Oração da ação de graças que no solene aniversário do glorioso 7 de abril de 1831 celebrado na Igreja de S. Francisco de Paula em o dia 7 de abril de 1833 por Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro, recitou Fr. Francisco do Monte Alverne pregador de S. M. I.* Rio de Janeiro: Tomas B. Hunt, 1833.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier. 1897. (tomo 1).
- PENNA, Martins. *O Juiz de paz da Roça. Comédia em 1 ato*. Rio de Janeiro: livraria de Cruz Coutinho. 1871.
- PORTO ALEGRE, Araújo. *Prólogo Dramático*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. P. Brito. 1837.
- PORTO ALEGRE, Araújo, “Apontamentos biográficos” (1858). In: KOVENSKEY, Julia; SQUEGG, Leticia (org.). *Araújo Porto-Alegre: Singular & Plural*. São Paulo: IMS, 2014.
- ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da Atualidade política do Brasil” (1855). *Justiniano José da Rocha; estudo introdutório, notas e estabelecimentos do texto*: Tâmis Parron. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2016. p. 99.
- ROMERO, Silvio. *História da Literatura* (volume 1). Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1888.
- SANTOS, Prezalindo Lery dos. *Pantheon Fluminense. Esboços biográficos*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1880.
- SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros Ilustres: os contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson. 1861.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. (tradução Aldyr Garcia Schlee). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EDIPUCRS, 1996.
- WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário: história da literatura brasileira*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1955.

Obras de Gonçalves de Magalhães:

- Poesias*. Rio de Janeiro, Tipografia Ogier, 1832.
- Suspiros Poéticos e Saudades. Poemas*. Paris: Dauvin ET Fontaine, 1836.

Episódio da Infernal Comédia ou minha viagem ao Inferno. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin. 1836.

Antonio José ou o poeta e a inquisição. Tragédia. Rio de Janeiro: Paula Brito, 1839.

Olgiato. Tragédia. Rio de Janeiro: Paula Brito, 1841.

Amancia. Romance. *Minerva Brasiliense*, n. 9 e 10, 1844.

“O poeta infeliz: poesia”. *Revista Universal Brasileira*, Rio de Janeiro, 1847-1848.

A Confederação dos Tamoios. Rio de Janeiro: Paula Brito, 1857.

Os mistérios: cântico fúnebre à memória de meus filhos. Paris: Rignoud, 1858.

Fatos do Espírito Humano. Paris: D’Auguste Fontaine, 1858.

Biografia do padre-mestre Frei Francisco de Monte-Alverne. Oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1859.

Urânia, Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, ano de publicação 1862.

Poesias avulsas. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864. (conteúdo: livro 1: *Primeiras poesias; Sonetos; liras; Epístolas; Sátiras; Noites Melancólicas*. Livro 2: *Poesias variadas*).

Obras de Magalhães. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864 (contém: *Confederação dos Tamoios*).

Obras de Magalhães, Cantos Fúnebres. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.

Obras de Magalhães. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865 (obras: *Antonio José ou o poeta da inquisição; Olgiato, Othelo*).

Obras de Magalhães. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865. (contém: *Fatos do espírito humano*).

Opúsculos Históricos e Literários. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1865. (Obras: *Memória histórica da Revolução da Província do Maranhão; Os indígenas do Brasil perante a história; Discurso sobre a literatura no Brasil; Filosofia da religião; Biografia de Frei Francisco de Mont’Alverne; Porque envelhece o homem; O pavão; Amância, novela; Ode a Dante; Hino dos Bravo*).

A Alma e o cérebro: estudos de psicologia e de psicologia por D. J. G de Magalhães. Rio de Janeiro: livraria de B. L. Garnier, 1876.

Comentários e pensamentos. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1880. (Obras: *Hipótese da metamorfose das espécies; Força vital; Causas finais; A inteligência e forças da natureza; Unidade da força; Impressões e sensações; Leis do movimento; Leis da natureza; Hipótese cosmogonia da Laplace; O espaço e o tempo; A matéria; Livre arbítrio; Religião, moral e política*).

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. “Memória Histórica e documentada da província do Maranhão desde 1839 até 1840”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Memória da Balaiada”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23, março, 1989.

MAGALHÃES, D. J. G. *A revolução da província do Maranhão, 1839-1840*. São Luís: Tipografia do Progresso. Impresso por B. de Mattos, 1858.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Memórias da Balaiada”. *Novos Estudos do CEBRAP*, n.23, março, 1989.

ANDRADE, Débora El-Jaick. “Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista *Niterói*”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, 2009.

ANDRADE, Priscila Rampin de. *Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo imprensa e política na consolidação do Estado-nacional brasileiro*, Dissertação de mestrado, USP, 2011.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *A Guerra dos Bem-ti-vis. A Balaiada na história oral*. 2ª. ed. São Luís/MA: EDUFMA, v.1. 216p.

_____. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão”. In: ____ DANTAS, Monica Duarte (org.), *Revolutas, Motins, Revoluções, homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, São Paulo, Alameda, 2011.

_____. *Dos Caboclos aos bem-ti-vis*. Tese de doutorado. São Paulo: USP.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AZEVEDO, Moreira de. “Domingos José Gonçalves de Magalhães.” In: *Revista do IHGB*, Tomo XLVI, Parte I. 1883.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: USP, 1973.

BARMAN, Roderick J. “Justiniano José da Rocha e a época da Conciliação. Como se escreveu Ação; Reação; Transação”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, out-dez, 1973, vol. 301, n. 4.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. “O laboratório da nação: a era regencial”. In: GRINBERG, Keila (org.), e SALLES Ricardo (org.) *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. “Festas cívicas na Corte regencial”. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, no. 36. Jul/dez 2006.

_____. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de doutorado, UFRJ, 2004.

BRAGANÇA, Anibal e ABREU, Márcia (orgs.) *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: ____ FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BROCA, BRITO. “O que liam os românticos?”. *Revista do Livro*, n. 13, ano IV, mar., 1959.

_____. *Teatro de Letras*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo/Brasília: Polis/INL, 1979.

CAMARGO, Katia Aily Franco de. *A Revue des Deux Mondes: intermediária entre dois mundos*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2005

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009. 12ª. edição. (1ª. ed. 1959).

_____. “Literatura durante o Império”. In: S. D. de Holanda (org.). *HGCB*. São Paulo: Difel, 1968, Tomo II, vol. 3.

CARLOS, Lilian Beatriz. *Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CASTELLO, José Aderaldo. *Polêmica sobre a ‘Confederação dos Tamoios’: críticas de José de Alencar, Manuel de Araújo Porto Alegre, d. Pedro II e outros*. São Paulo: FFLCH-USP, 1953.

CASTRO, Paulo Pereira de. “A ‘experiência republicana’, 1831-1840”. In: _____ HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1978, Tomo II, vol. 2.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da história*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CEZAR, Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”. In: Pesavento, Sandra J. (org.) *História Cultural. Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. “A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império”. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul: Unisc, v. 11, n. 01, 2005.

_____. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX”. In: *Diálogos. Revista do Dep. de História da UEM*, vol. 8, n. 1, 2004.

_____. “Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587)”. In: *História em Revista*, v.6, 2000.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. “Literatura e História”. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1. 2000.

_____. *A História ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Wilma Peres. “Narrativas de viagem no Brasil do século XIX: formação do Estado e trajetória intelectual”. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. (orgs.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. COSTA, Wilma Peres. “Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos”. In: BASTOS, Elide; RIDENTE, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Editora Hucitec-Editora Unicamp, 1996.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaíos e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina. Instituto Dom Barreto, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. 1. reimpr. São Paulo: Globo, 2007.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. “Os intelectuais e o poder na construção da memória nacional”, *Revista Tempo Brasileiro*, n. 87, Memória e história. Rio de Janeiro, 1986.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000.

EVANGELISTA, M. J. “Gonçalves de Magalhães e a estética romântica no Brasil”, *Cerrado*, n. 1, ano 1, Unb, 1992.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 2010.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. “Os Brasileiros no Instituto Histórico de Paris”. In: *Revista do IHGB*. V. 266, jan/mar, 1965.

FERRETTI, Danilo José Zioni. “Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil”. *Revista Almanack*. Guarulhos. n. 02, 2º semestre/2011.

_____. “A confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão”. Ouro Preto: *Revista história da historiografia*, n. 17, abril de 2015.

FERREIRA, Tania Bessone da Cruz; RIBEIRO, Gladys; GONÇALVES, Monique. (orgs.) *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Editora Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Lucia M Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial”: *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de doutorado, USP: 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. “Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Revista Estudos Históricas*, RJ, n. 1, CPDOC, 1988.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HOLANDA, Sergio Buarque de. “Suspiros poéticos e saudades: prefácio”, in. *Livro de prefácios*. São Paulo: Companhias das Letras, 1996.

JANOTTI, Aldo. *O marquês de Paraná: inícios de uma carreira política num momento crítico da história da nacionalidade*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

_____. “A falsa dialética: Justiniano José da Rocha”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2 (3): 3-17, 1986.

_____. “Balaiada: Ação e exploração”. In: *Revista de História*, 103, p. 345-65, 1975.

_____. *João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador*. São Paulo, Ática, 1975.

JONG, Ingrid de. “Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional”. In: *Instituto de Estudios sócio-históricos*. Faculdade de ciências Humanas. Universidade de La Pampa. Quinto Sol, no. 13, 2009.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo; Alameda; Belo Horizonte, MG: PUC- Minas, 2009.

KOVENSKY, Julia; SQUEFF, Leticia (org.). *Araújo Porto-Alegre: Singular & Plural*. São Paulo: IMS, 2014.

LEVI, Giovani. “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LIMA, Israel Souza. *Biografia dos patronos*, v. 5. *Cláudia Manuel da Costa, Domingos Gonçalves de Magalhães, Evaristo da Veiga*. RJ: Academia Brasileira de Letras, 2002.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. “A Revolução Praieira”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 201, 1948.

LOPES, Hélio. *A divisão de águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: ____ REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MACHADO, Alcântara (1875-1941). *Gonçalves de Magalhães, ou o romântico arrependido*. São Paulo: livraria acadêmica, Saraiva & CIA, 1936.

MAGALHÃES, Junior R. *Três panfletários do segundo Reinado*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1956.

MARSON, Izabel Andrade. “Política, polícia e memória: a atuação do Chefe de Polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Mel na Revolução Praieira”. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 4, n. 7.

_____. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Moderna, 1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. S.P., Ed. Annablume, 2005.

MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro, 1842-1849: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

_____. “O Império da Revolução: Matrizes interpretativas dos conflitos da Sociedade Monárquica”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *O Império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco, (1842-1855)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. “O gigante e o espelho”. In: GRINBERG, Keila (org.), e SALLES Ricardo (org.) *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MOLINA, Diego Alejandro. “Naturaleza, nación y tensión en los Romanticismos argentino y brasileño”. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH, 2015.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *O período das regências (1831-18340)*, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, the State and Slavery in the Brazilian Monarchy 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

_____. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857.” *Revista Almanack Brasiliense*, n.10, 2009.

NUNES, Odilson. *Pesquisas para a história do Piauí*, v. 3, 2ª ed., RJ: Artenova, 1975.

NUNES, Tassia T. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro. Os debates parlamentares (1820-1840)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 2010.

OLIVEIRA, Maria Alice de. “Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris”. *RIHGB*, 266, 1965.

OLIVEIRA, Maria Amália de. *A Balaçada no Piauí*. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985.

OTÁVIO, Rodrigo. *A Balaçada, 1839. Depoimento de um dos heróis do cerco a Caxias sobre a revolução dos “balaços”*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1842.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre. Um Estudo da Revista Niterói, 1836*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

PENNA, Martins. *O Juiz de paz da Roça. Comédia em 1 ato*. Rio de Janeiro: livreria de Cruz Coutinho. 1871.

PESAVENTO, Sandra J. (org.), *A Revolução Farroupilha: História & Interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

PINHO, W. *Cotegipe e seu tempo: primeira fase, 1815-1867*. RJ: José Olympio, 1936.

PUNTONI, Pedro. “A Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 45, 1997.

_____. “O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira”. In: ____ JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*, São Paulo, Editora Unijui, FAPESP, 2003.

REIS, Arthur Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: BUARQUE de Holanda, Sergio (org.). *História geral da civilização brasileira*, t.2, vol.2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.
- SCHWARTZ, Lilia M. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina: História de uma ideia*. (Tradução Sérgio Bath e Mário Higa). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008.
- SERRA, Astolfo. *Caxias e o seu governo civil na província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª. edição: Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Fatos e personagens em torno de um regime político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- _____. “O resgate do que se desmancha: a cartografia da pacificação da Balaiada”. *Revista Topoi*, v.9, n. 16, jan-jun. 2008.
- SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- TIBURSKI, Eliete. *Escrita da História e tempo presente no Brasil Oitocentista*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- TORRES, João Camilo de Oliveira Torres. *Os construtores do Império. Ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro*. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1968.
- TURIN, Rodrigo. *Tempos Cruzados: a escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese de doutorado, IFCS/UFRJ, 2009.
- WEHLING, Arno. “Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): Pensamento diplomático”. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. Brasília: FUNAG, 2013.